



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MILANE BATISTA DA SILVA

CADÊ O ARCA QUE ESTAVA AQUI?

(Experiências do Programa Arca das Letras nos rurais teresinenses, entre sentidos de positividade e de negatividade acionados por agentes de leitura e da gestão pública)

TERESINA
2018

MILANE BATISTA DA SILVA

CADÊ O ARCA QUE ESTAVA AQUI?

(Experiências do Programa Arca das Letras nos rurais teresinenses, entre sentidos de positividade e de negatividade acionados por agentes de leitura e da gestão pública)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como requisito final para o grau de mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes

TERESINA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

S586c Silva, Milane Batista da.

Cadê o Arca que estava aqui? [manuscrito]: (experiências do Programa Arca das Letras nos rurais teresinenses, entre sentidos de positividade e de negatividade acionados por agentes de leitura e da gestão pública) / Milane Batista da Silva. – 2018.
289 f.

Cópia de computador (*printout*).

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, 2018.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes.

1. Política Cultural. 2. Sociologia Rural. 3. Programa Arca das Letras – Teresina-PI. I. Título.

CDD 301.2

Bibliotecária: Milane Batista da Silva. CRB 3/1005

CADÊ O ARCA QUE ESTAVA AQUI?

(Experiências do Programa Arca das Letras nos rurais teresinenses, entre sentidos de positividade e de negatividade acionados por agentes de leitura e da gestão pública)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como requisito final para o grau de mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes

Aprovada em ____/____2018

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes - UFPI
(Presidente)

Membro Interno: Prof. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa - UFPI
(Membro Interno)

Membro Externo: Prof. Dr. Luciano de Melo Sousa – UESPI
(Membro Externo)

Membro Suplente: Prof. Dr. Francisco de Oliveira Barros Junior -UFPI
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Gratidão é uma das palavras mais significativas e presentes na minha vida, por isso, mesmo correndo o risco de esquecer alguém, faço alguns agradecimentos especiais:

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo, inclusive, por momentos bons e ruins;

A minha orientadora, professora Dra. Dione Moraes, de quem tenho muito orgulho de ser orientanda. Obrigada pelos ensinamentos, pelo apoio e dedicação, por saber ser exigente nos momentos certos e motivar nos momentos de dúvida, ajudando-me a superar limites, a aprender com a experiência acadêmica e por ser exemplo de professora que exerce a profissão com amor, disciplina e rigor, sem deixar de valorizar o “ócio criativo” e a sociabilidade;

A todo(as) o(as) professore(as) do PPGS, que, das mais diversas formas, contribuíram com a riqueza de seus ensinamentos para esta etapa de minha formação;

Aos colaboradores do PPGS, Érico e Andresson, que, com atenção e simpatia, foram sempre prestativos nas informações e serviços solicitados ao longo desse período;

Aos e às colegas de turma, pela amizade construída, em especial a Carol e Aldo, por estarem sempre presentes, dividindo comigo as “dores” e as “delícias” no percurso deste mestrado;

Ao reitor da UFPI, José de Arimateia, e aos funcionários e funcionárias que fazem parte da Administração Superior, em especial, ao diretor da biblioteca Jornalista Carlos Castelo Branco, Sr. Geraldo Batista, pelo apoio e liberação das minhas atividades profissionais para a conclusão deste mestrado;

Agradeço, especialmente, a meu pai, Maurício Borges, com quem aprendi o sentido das palavras gratidão e respeito, pela incansável insistência no incentivo aos estudos;

A minha mãe, Gilvanda Pontes, também pelo incentivo, mas, principalmente, pelo apoio nas minhas decisões, pela atenção de sempre e por acreditar em mim;

A meu parceiro de longa data, Benuar Ramos, que sempre apoiou e incentivou o meu crescimento pessoal e profissional, contribuindo significativamente para a concretização desta dissertação;

À minha irmã, Marlene Batista, pelo apoio durante todo meu processo gestacional, na organização e iniciativa dos preparativos para o nascimento do meu filho, bem como no pós-parto, enquanto dedicava-me ao desenvolvimento da pesquisa;

A meu primo e compadre, Pedro Neto, pelos *abstracts* dos artigos e desta dissertação;

A minha tia Gilvanilda Pontes, sempre presente nos momentos mais importantes da minha vida, pela força durante o meu afastamento do trabalho para a conclusão do mestrado;

Às amigas Jociede Reis e Caryne Silva, pelo apoio.

A todas as pessoas com quem dialoguei, sejam agentes de leitura ou agentes da gestão pública. Cada localidade visitada e cada agente público foram fundamentais para a concretização desta pesquisa.

Enfim, a todo(as) aquele(as) que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização deste trabalho e que aqui não foram mencionados(as).

RESUMO

Nesta pesquisa, o ponto de partida é o entendimento de rural e urbano, campo e cidade como categorias de classificação do mundo social, espaços geossimbólicos, seja como conceito, seja como representação social e de que o debate sobre rural e relações rural-urbanas não pode ignorar inflexões – nas representações de rural como periférico – voltadas à perspectiva de cidadania cultural. Isso aponta para a necessidade de pensar políticas de cultura no campo com a mesma atenção dada a áreas urbanizadas, uma vez que, em localidades rurais, essas políticas ainda não apresentam protagonismo. O Programa Arca das Letras, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), instituído em 2003 por demanda de movimentos sociais, apresenta-se como uma política cultural de incentivo à leitura voltada para povos rurais, visando a disponibilizar o acesso a livros e a capacitar agentes de leitura. Nesta pesquisa, focalizo a experiência do Programa em localidades rurais do Município de Teresina-PI capital brasileira com a maior área rural do país, buscando compreender a produção de sentidos de atores sociais envolvidos, em particular agentes de leitura e agentes da gestão pública relacionado(as) ao programa. A abordagem é predominantemente qualitativa e interpretativa, com aporte da sociologia interpretativa, em diálogos com a antropologia interpretativa e a psicologia social. Metodologicamente, desenvolvi pesquisas teórica, documental e de campo. Na pesquisa teórica focalizei categorias e conceitos como políticas culturais; práticas culturais; políticas do livro e da leitura; livro, leitura e biblioteca; leitura e relação da produção de livros com o mercado; ruralidades, povos rurais. Na documental, voltei a atenção para documentos do Programa Arca das Letras e afins. Na pesquisa de campo, em um trabalho de observação direta, visitei as 29 localidades – e uma associação – onde foi instalado o Programa Arca das Letras, nos rurais teresinenses. Foram ouvidos agentes de leitura dos rurais teresinense e agentes da gestão pública nos planos nacional e estadual. Os resultados da pesquisa apontam para uma produção de sentidos categorizados nas dimensões de positividade e de negatividade. Constatei a desativação do programa nos rurais teresinenses e o conseqüente sentimento de abandono expressado nas falas de agentes de leitura; bibliotecas, ainda ativas, funcionando, predominantemente nas sedes de algumas escolas e creches; quase nenhuma informação da gestão pública sobre a situação do programa em Teresina. Em um plano mais geral, extrapolando os limites do Município de Teresina, pude verificar, com base na pesquisa, que, apesar de o Arca ter-se expandido no Brasil, o Programa não teve força política necessária para obter maiores investimentos como política cultural, o que aponta para o lugar subvalorizado das políticas de cultura, sobretudo, as voltadas para povos rurais, no país, as quais não apresentam paridade com as voltadas para áreas urbanas. Assim, permanecem os desafios de uma maior atenção à relação entre ruralidades, povos rurais e cultura, como eixo em políticas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Políticas culturais. Ruralidades. Políticas de incentivo à leitura. Programa Arca das Letras. Rurais Teresinenses.

ABSTRACT

The starting point of this research is the understanding of rural and urban, countryside and city, as categories of classification of the social world, geosymbolic spaces, either as a concept or as social representation and that the debate on rural and rural-urban relations can not ignore inflections - in representations of rural, as peripheral - oriented towards the perspective of cultural citizenship. This points to the need of thinking on culture policies, in the countryside, with the same attention given to urbanized areas, since in rural localities these policies still do not play a leading role. The Arca das Letras Program of the Special Secretariat for Family Farmers and Agrarian Development (SEAD), established in 2003 as requested by social movements, presents itself as a cultural policy to encourage reading for rural peoples, aiming to provide access to books and to empower reading agents. In this research I focus on the experience of the Program in rural localities of Teresina, State of Piauí, the Brazilian capital with the largest rural area of the country, seeking to understand the production of meanings of social actors involved, in particular reading agents and of public management agents related to the program. The approach is qualitative and interpretive in most of its part, with the contribution of interpretative sociology, in dialogues with interpretive anthropology and social psychology. Methodologically I developed theoretical documental and field researches. In the theoretical research I focused on categories and concepts as cultural policies; cultural practices; book and reading policies; book, reading and library; reading and relation of the production of books with the market; ruralities, rural people. In the documental research, I turned the attention to documents from the Arca das Letras and related programs. In the field research, in a direct observative work, I visited the 29 localities - and an Association - where the Arca das Letras Program was installed in rural areas of Teresina. Reading agents from rural Teresina and public management agents were heard at national and state levels. The results of the research point to a production of meanings which could be categorized into the dimensions of positivity and negativity. I verified the deactivation of the program in rural Teresina, and the consequent feeling of abandonment expressed in the speeches of reading agents; libraries, still active, functioning, most of its part, in the headquarters of some schools and day care centers; almost no information from the public management about the situation of the program in Teresina. On a more general level, extrapolating the limits of the municipality of Teresina, I could verify, based on the research that, although the Arca has expanded in Brazil, the Program did not have the necessary political force to obtain greater investments as cultural policy, which points to the undervalued place of the culture policies, especially those directed to rural people in the country, which are not parity with those directed to urban areas. Thus, the challenges of paying more attention to the relationship between ruralities, rural peoples and culture remain as an axis in development policies.

Keywords: Cultural policies. Ruralities. Policies to encourage reading. Arca das Letras. Teresina-PI program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de tipologias de ruralidades e temas de políticas públicas de organizações multilaterais	37
Figura 2 – Imagens do móvel arca	121
Figura 3 – Logomarca do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras	122
Figura 4 – Imagem do móvel arca com a logomarca	122
Figura 5 – Imagem do site do Programa Arca das Letras	123
Figura 6 – Imagem de página do manual do Programa Arca das Letras, com informações sobre o acervo	123
Figura 7 – Mapa do Piauí, com destaque para o município de Teresina	128
Figura 8 – Mapa do município de Teresina, com delimitação das zonas rural e urbana de Teresina, parte superior do mapa	129
Figura 9 – Mapa do município de Teresina, com delimitação das zonas rural e urbana de Teresina, parte do meio do mapa	130
Figura 10 – Mapa do município de Teresina, com delimitação das zonas rural e urbana na parte inferior do mapa	131
Figura 11 – Mapa parcial do município de Teresina-PI com indicações das localidades onde está o Programa Arca das Letras	140
Figura 12 – Imagem fotográfica da igreja onde supostamente os livros da localidade Bebedouro estariam alojados	151
Figura 13 – Imagem fotográfica da casa onde morava a A1 de Formosa	157
Figura 14 – Imagem fotográfica da estante de madeira contendo livros do programa Arca das Letras em Nova Laguna	158
Figura 15 – Imagem fotográfica da fachada do prédio da creche onde se encontram os livros do Programa Arca das Letras na localidade Jacu	166
Figuras 16a, 16b, 16c, 16d – Imagens fotográficas da fachada e da biblioteca da EFA Soinho com alguns livros do Arca das Letras.....	167
Figuras 17a, 17b, 17c, 17d – Imagens fotográficas da biblioteca da EFA Baixão do Carlos, em sala de aula, e de livros do Arca das Letras nessa biblioteca	168
Figura 18 – Imagem fotográfica da estante de madeira do Arca das Letras na casa de A1 e A2	182
Figura 19 – Imagem fotográfica da estante de madeira do móvel do Arca das Letras na casa de A1	182

Figuras 20a, 20b, 20c, 20d – Imagem fotográfica de livros do acervo da biblioteca da EFA Soinho	183
Figuras 21a, 21b – Imagem fotográfica de livros do Arca das Letras na biblioteca da EFA Baixão do Carlos	184
Figura 22a e 22b – Imagem fotográfica de livros do acervo da biblioteca do Arca das Letras na localidade Campestre Norte	185
Figura 23 – Imagem fotográfica da estante com livros do Programa Arca das Letras na localidade Centro dos Afonsinhos	197
Figura 24 – Imagem fotográfica de estante de madeira com livros doados pela A1 para a associação dos moradores da localidade Coroatá	203
Figura 25 – Imagem fotográfica de estante de madeira com livros do Programa Arca das Letras na sala de estar do A1, na localidade Soinho	205
Figura 26 – Imagem fotográfica de estante de madeira do Arca das Letras com adereços de imagens de santo, na sala da A1, na localidade Herdeiros de Canudos	205
Figura 27 – Imagem fotográfica de estante de madeira do Programa Arca das Letras no quarto da A2	206
Figura 28 – Imagem fotográfica de estante de madeira do Programa Arca das Letras servindo de apoio para uma cabelereira em um “Dia de cidadania” na sede da associação local de moradores	206
Figura 29 – Imagem fotográfica de estante de madeira do Programa Arca das Letras em um quarto separado na casa do A1	207
Figura 30 – Imagem fotográfica de estante de madeira do Programa Arca das Letras como móvel da sala da A1	207

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de delimitação de rural no mundo	38
Quadro 2 – Tipologia das políticas culturais no Brasil	60
Quadro 3 – Atuação do Sistema MinC e parceiros voltada total ou parcialmente a povos rurais.....	63
Quadro 4 – Iniciativas que contribuíram para a elaboração do PNLL e respectivas responsabilidades (órgãos) da gestão pública	83
Quadro 5 – Políticas e iniciativas de incentivo à leitura no Brasil, em perspectiva diacrônica	86
Quadro 6 – Trajetória de políticas educacionais voltada para povos rurais	92
Quadro 7 – Relação entre Eixo 1 do PNLL e diretrizes do Programa Arca das Letras	109
Quadro 8 – Estrutura rural-urbana do município de Teresina: zonas, subzonas, bairros e localidades rurais	136
Quadro 9 – Localidades visitadas e distâncias percorridas na pesquisa de campo	141
Quadro 10 – Panorama do Arca das Letras nas localidades visitadas.....	174
Quadro 11 – Paralelo entre dados do Relatório da EQUIP e dados produzidos nesta dissertação sobre o Arca da Letras nos rurais teresinenses.....	176
Quadro 12 – Síntese de sentidos presentes nas falas de agentes de leitura do Programa Arca das Letras em Teresina (PI).....	209
Quadro 13 – Síntese de sentidos agenciados por agentes da gestão pública sobre o Programa Arca das Letras	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento destinado ao Programa Arca das Letras	111
Tabela 2 – População residente em Teresina por zona - 1872 a 2017.....	133

LISTA DE SIGLAS

AEFAPI—Associação das Escolas Família Agrícola do Piauí
BN—Biblioteca Nacional
CSLL — Câmara Setorial do Livro e Leitura
CSLLL— Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura
Ceffas— Casas Famílias Rurais
Cepi—Centro de Profissionalização Integrado
CRAS —Centro de Referência de Assistência Social
CES—Centros de Estudos Supletivos
CBAR—Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CPT —Comissão da Pastoral da Terra
CONTAG—Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da
Agricultura
CONDRAF—Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPC—Conselho Nacional de Política cultural
CGPP—Coordenação de Gestão e Articulação de Políticas Públicas
DFDA—Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DIP—Departamento de Imprensa e Propaganda
MDSA—Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
EDURURAL—Educação Rural
Embrapa—Empresa de Pesquisa Agropecuária
EFTUR—Escola Família Turismo
EQUIP—Escola Quilombo dos Palmares
EFA—Escolas Família Agrícola
PNATER—Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAG—Federações dos Trabalhadores na Agricultura
FAE—Fundação de Assistência ao Estudante
FUNACI—Fundação Padre Antônio Dante Civiero
IICA—Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA—Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INL—Instituto Nacional do Livro
MinC—Ministério da Cultura
MEC—Ministério da Educação

MDA—Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS—Ministério do Desenvolvimento Social
MPDG—Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão
MST—Movimento Sem Terra
MSTTR—Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
PNC—Plano Nacional de Cultura
PNRA—Plano Nacional de Reforma Agrária
PNLL—Plano Nacional do Livro e Leitura
PSECD—Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos
PMT—Prefeitura Municipal de Teresina
PBF— Programa Bolsa Família
PAA— Programa de Aquisição de Alimentos
PNBE—Programa Nacional Biblioteca na Escola
PRONASEC—Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural
PNAE—Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONATER—Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONERA— Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
Pronaf — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROLER —Programa Nacional de Incentivo à Leitura
Pró-Jovem — Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PNLD— Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM —Programa Nacional do Livro do Ensino Médio
PNSL— Programa Nacional Salas de Leitura
PTC— Programa Territórios da Cidadania
PEC— Projeto de Emenda Constitucional
SRA—Subsecretaria de Reordenamento Agrário
Seduc—Secretaria de Estadoda Educação do Piauí
SEAD— Secretaria Especial de Agriculta Familiar e do Desenvolvimento Agrário
STTRs —Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SNC— Sistema Nacional de Cultura
SDR—Superintendência de Desenvolvimento Rural
UE — União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Abordagem Metodológica	18
CAPÍTULO 1 RURALIDADES E POLÍTICAS DE CULTURA NO BRASIL: DESAFIOS A UMA AGENDA PÚBLICA	32
1.1 Ruralidades e povos rurais: ordenando conceitos	32
1.2 Ruralidades e cultura no Brasil	42
1.3 Políticas culturais no Brasil: qual o lugar dos rurais entre propostas de democratização da cultura e de democracia cultural?	53
CAPÍTULO 2 POLÍTICAS DE LEITURA NO BRASIL E O PROGRAMA ARCA DAS LETRAS: ATORES, CONTEXTOS E PROCESSOS	65
2.1 Sobre a prática cultural da leitura e bibliotecas: delineamentos teóricos e históricos	65
2.2 Elementos de uma trajetória das políticas de incentivo à leitura no Brasil: qual o lugar dos povos rurais?	74
2.3 Políticas de incentivo à leitura voltadas a povos rurais no Brasil	88
2.3.1 Prolegômenos: panorama das políticas de educação e sua ação junto a povos rurais	88
2.3.2 Sobre o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras	96
CAPÍTULO 3 O PROGRAMA ARCA DAS LETRAS NOS RURAIS TERESINESES	127
3.1 Teresina: cidade e campo	127
3.2 O Programa Arca das Letras nos rurais teresinenses	137
3.2.1 Uma visão geral do Arca no Brasil, no Piauí e, em especial, em Teresina	137
3.2.2 Processo de implantação do Programa em Teresina: formulário inicial, cadastro, capacitação de agentes e definição do acervo	146
3.2.3 Sobre acompanhamento do Programa pela gestão pública	163
3.2.4 Sobre a situação atual do Programa Arca das Letras no rural teresinense	172

CAPÍTULO 4 EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS: UMA INTERPRETAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS DE AGENTES DE LEITURA NOS RURAIS TERESINENSES E DE AGENTES DA GESTÃO PÚBLICA	179
4.1 Sobre produção de sentidos e sua interpretação	179
4.2 Interpretando sentidos acionados por agentes de leitura sobre as próprias experiências com o Arca das Letras	185
4.2.1 Sentidos de positividade	186
4.2.2 Sentidos de negatividade	193
4.2.3 “Cadê” a Arca que estava aqui?	201
4.3 O Arca das Letras por agentes da gestão pública	211
4.3.1 Sentidos de positividade	212
4.3.2 Sentidos de negatividade	215
5 CONCLUSÕES	226
REFERÊNCIAS	236
ANEXO A – Manual do Programa Arca as Letras	251
ANEXO B – Formulário de consulta da localidade	287

INTRODUÇÃO

“Procuro despir-me do que aprendi, Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram, e raspar a tinta com que me pintaram os sentidos, Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras [...]”¹

Alberto Caeiro

Este trabalho de pesquisa insere-se no campo de estudos de políticas públicas de cultura voltadas para povos rurais. O foco é o Programa Arca das Letras, instituído, no Brasil, em 2003, como uma política de leitura de textos impressos, tendo como *lócus* empírico o rurais teresinenses. Na pesquisa, buscamos apreender e compreender sentidos produzidos, a partir das próprias experiências, por agentes de leitura – moradores(as) escolhido(as) pela localidade pesquisada para serem os(as) mediadores(as) entre os livros do programa e demais moradores(as) –, por agentes públicos (que têm/tiveram envolvimento direto na gestão do programa) e por outras pessoas envolvidas com o programa.

Para além da pretensão de abranger a problemática dos debates conceituais contemporâneos sobre rural e ruralidades, voltei a atenção para a necessidade de (re)leituras que vêm contribuindo para superar a visão de rural apenas como espaço periférico cujo destino inexorável é a urbanização, para pensar ruralidades na perspectiva da cidadania cultural. Nesse sentido, entendo que políticas culturais não são necessárias apenas nas cidades, devendo também estarem voltadas para áreas rurais e seus/suas habitantes. No entanto, ao se tomarem políticas de leitura como parte do universo das políticas culturais, considerando-se leitura como prática cultural, como abordado nesta dissertação, percebe-se que ações com foco na leitura direcionadas a povos rurais ainda carecem da mesma atenção que recebem em áreas urbanas.

O Programa Arca das Letras, do Governo Federal, foi criado e conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a extinção desse órgão no atual governo, passou a ser gerido, a partir de 2016, pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil da Presidência da República, na Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). As

¹ De “O Guardador de Rebanhos”, de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa. Caeiro (1946).

ações do Programa são executadas pela Coordenação de Gestão e Articulação de Políticas Públicas (CGPP).

O Arca das Letras é um programa com vinculação institucional diferente tanto das demais políticas de incentivo à leitura no Brasil, normalmente sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Cultura (MinC), quanto das políticas culturais *stricto sensu*, também sob responsabilidade do MinC.

Na origem da implantação do Arca das Letras pelo MDA, encontram-se reivindicações de movimentos sociais encabeçadas pelo Movimento Sem Terra (MST) e pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Tal demanda instiga a pensar sobre como, no Brasil, a relação entre cultura e ruralidades é concebida na agenda de desenvolvimento como componente central do problema aqui abordado.

E, voltando a atenção para o modo como o Programa se apresenta nos rurais teresinenses, com destaque para os sentidos agenciados por atores sociais envolvidos com o Arca das Letras, o problema desta pesquisa foi assim formulado: como agentes públicos e agentes de leitura das localidades contempladas pelo Programa Arca das Letras, na zona rural de Teresina-PI, significam sua experiência em relação a essa ação governamental?

Como pressuposto inicial, considere que a própria demanda dos movimentos sociais, referida, aponta para a perspectiva de que políticas públicas de acesso ao livro e à leitura contribuem para a construção da cidadania, em particular, de povos rurais, uma vez que o domínio da leitura e sua prática são condições essenciais para uma participação mais qualificada das pessoas na sociedade contemporânea, pois, por meio da leitura, têm-se possibilidades de se ampliarem conhecimentos e desenvolver o senso crítico. Ademais, no Brasil, o acesso ao livro e à leitura é direito de todo(as), como instituído na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, cujo artigo I assegura o pleno exercício do direito de acesso ao livro e seu uso.

Claro está que não basta ser leitor(a) e ter consciência dos seus direitos para poder conquistá-los, sendo necessário que interesses do Estado estejam alinhados aos de cidadãos e cidadãs visto que, para grande parte da população brasileira, sobretudo povos rurais, muitos são os obstáculos no acesso a livros e ao desenvolvimento da prática de leitura. Fatores como inacessibilidade a centros

informativas, não-alfabetização ou apenas a alfabetização funcional são exemplos dessas barreiras.

É impossível negar o poder da leitura na formação do indivíduo, bem como a importância de políticas públicas que visem a “democratizar” o acesso ao livro e à leitura, promovendo a formação de leitor(as), o que contribui para o exercício da cidadania. Entretanto, quando voltamos a atenção para tais políticas implantadas, vemos que, em áreas rurais, não apresentam as mesmas proporções que em áreas urbanas.

O interesse por esse tema surgiu por sua relação com minha formação profissional em biblioteconomia, que me propiciou atentar à dificuldade de acesso a livros por habitantes de regiões rurais, o que despertou a curiosidade em saber como o Programa Arca das Letras incide na vida de povos rurais, em específico, no município de Teresina, cuja área rural é a maior dentre as capitais do país, correspondendo a 83% do território teresinense.

Assim, esta pesquisa possibilita o debate sobre relações rurais/urbanas e ações de políticas culturais voltadas a povos rurais, em especial aquelas direcionadas ao acesso ao livro e à leitura. No plano empírico, visa-se compreender como se dá a experiência social do Programa Arca das Letras no município de Teresina. O estado da arte aponta para carência de investigações sobre o tema, portanto esta pesquisa poderá servir como fonte para novas pesquisas e ainda para alimentar processos de avaliações do Programa.

Importante é destacar que o intento não foi realizar uma avaliação de uma política pública, mas realizar uma pesquisa exploratória da territorialização do Programa nos rurais teresinenses e apreender sentidos que lhe atribuem agentes da gestão pública² e agentes de leitura envolvido(as) com o Programa em localidades rurais do município de Teresina, a partir da própria experiência. Com essa

²Em termos genéricos, conforme entendimento do campo do Direito Administrativo, agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem função pública, responsáveis pela coisa pública, seja de modo definitivo ou transitório, no exercício de alguma função estatal conferida a órgão ou entidade da Administração Pública, sob variadas formas de contratação. Assim, podem estar apenas de passagem ou de forma definitiva no funcionalismo público. A **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**, em seu Art. 2º diz: “Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior” (BRASIL, 1992). Nesta dissertação, consideramos duas categorias de agentes públicos: pessoas voluntárias, aqui denominados(as) Agentes de Leitura, e pessoas atuando na gestão pública do Programa Arca das Letras, aqui denominadas Agentes da Gestão Pública, correspondendo a pessoas que exercem função pública remunerada em cargos de gestão, ou assessoria relacionados de forma direta ou indireta ao Programa Arca das Letras.

perspectiva, estabeleci os seguintes objetivos específicos: construir a trajetória (início, motivações, percursos etc.) e o funcionamento (local, atuação de agentes, perfil de usuários(as) etc.) do Programa nas localidades pesquisadas; apreender sentidos produzidos por agentes da gestão pública e agentes de leitura a partir da experiência com o Programa; entender como o Programa incide nas relações sociais locais e identificar sentidos de experiências de leituras de pessoas que usaram livros do Programa.

Ao longo da pesquisa, tais objetivos foram revistos, sendo que o último, por questões de tempo e de possibilidades operacionais, não pode ser alcançado a contento sobretudo porque, devido às condições nas quais se encontra o Programa no município, como se verá nesta dissertação, tal objetivo requereria um tempo maior de pesquisa de campo. Para se ter um exemplo dessas dificuldades, durante a pesquisa, algumas pessoas se autoidentificavam como agentes, embora não tivessem seus nomes relacionados no cadastro geral do Programa. Em outras situações específicas, referidas no capítulo 3 desta dissertação, algum(ma)s agentes não mais foram encontrado(as). Mesmo assim, considere as falas de interlocutore(as) não cadastrados(as) como agentes, porque, nessas situações, as pessoas com as quais conversei, além de serem moradoras das localidades, afirmaram conhecer o(a) agente e ter tido algum tipo de contato com o Programa. E, em vários casos, não mais havia o(a) agente no local.

Abordagem Metodológica

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise.

Clifford Geertz³

Nesta pesquisa, a abordagem é predominantemente qualitativa (em sentido de que ultrapassa a mera oposição entre qualitativo e quantitativo) e interpretativa, na esteira da sociologia interpretativa de Max Weber e seus desdobramentos contemporâneos nos campos da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia Social. A opção levou em conta, como observam Bauer e Gaskel (2003), que a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas explorar opiniões

³Da obra “Interpretação das culturas” (GEERTZ, 1989, p. 15).

e diferentes representações sobre o assunto em questão. A estratégia utilizada na abordagem metodológica envolveu pesquisas bibliográfica, documental e de campo, sendo esta, em um trabalho de observação direta, na busca de interação com os sujeitos. No entanto, não realizei um trabalho etnográfico, com inserção de longa duração nas localidades tendo priorizado a observação na extensão do território, cobrindo todas as 30 localidades.

Na pesquisa bibliográfica, condição básica para toda pesquisa, busquei embasamento teórico sobre as categorias utilizadas. Acerca de políticas culturais, trabalhei com autores(as) como Rubim (2007; 2010), Rubim e Barbalho (2007), Calabre (2007), Ventura (2005), Barbosa (2008), dentre outros(as), sobretudo, na abordagem de políticas culturais no Brasil. No que tange a políticas culturais do livro e da leitura, busquei ancoragem em autores como Moraes Junior (2010), especialmente sobre o necessário debate acerca da inserção do livro e da prática da leitura nas políticas públicas, com referência não só à implantação de bibliotecas, uma vez que essa medida não é suficiente para instituir ou melhorar o hábito de leitura no país. Nos temas livro e leitura, o diálogo com Freire (1982; 2006) mostra que o processo de leitura de mundo vem antes da leitura da palavra e que os regionalismos devem ser respeitados em favor de uma ação cultural de libertação e não de uma cultura de alfabetização dominante. Com base em autores como Chartier (1999; 2011) e Zilberman (2001), refiro o debate sobre a importância da leitura e a relação da produção de livros com o mercado. Por seu turno, com Milanesi (2002; 2003) pude referir à proximidade entre livro, leitura e biblioteca, destacando como bibliotecas vêm sendo tratadas no Brasil. No que diz respeito a temáticas das ruralidades, fontes como Williams (2011), Wanderley (2011; 2009), Moraes (2015a; 2015b; 2015c; 2014a; 2014b; 2016), Moraes e Vilela (2013), Oliveira (2010) e Carneiro (2008; 2012), dentre outros(as), foram acionadas na reflexão teórica sobre rural como categoria do pensamento, como categoria de classificação do mundo, e na reflexão sobre como rural é pensado no Brasil, em larga medida como espaço que “ainda” não foi urbanizado, sendo sinônimo de atraso. Esse conjunto bibliográfico também deu base para discutir o desafio de pensar rural como lugar de múltiplas vivências e saberes, e povos rurais como sujeitos de direitos, para além de corpos funcionais.

A pesquisa documental (CELLARD, 1997; SPINK, 2013) permitiu o aprofundamento da análise de documentos oficiais, como os SEAD, cedidos por

alguns dos próprios agentes públicos que trabalham ou trabalharam com o Programa, bem como de dados disponibilizados em sítios oficiais na *internet* pela Escola Quilombo dos Palmares (EQUIP) e pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT).

A pesquisa de campo (BEAUD; WEBER, 2007) teve como *lócus* localidades rurais do município de Teresina. De fato, meu contato com as localidades rurais visitadas começou antes do ingresso no mestrado, em setembro de 2015, quando frequentei algumas seções de aulas do Programa de Mestrado em Sociologia, como ouvinte, na fase de elaboração do projeto de pesquisa para participar do processo seletivo.

Nessa época, uma formação teórica e metodológica no campo da Sociologia fez falta, inclusive, porque eu iniciava tanto a pesquisa bibliográfica sobre o Programa Arcas das Letras, quanto realizava as primeiras visitas de reconhecimento do campo empírico. Nesse período, escrevia no diário de campo na frente das pessoas, sem pedir permissão, para não perder nenhum detalhe, mas percebi que isso as intimidava. Além disso, as perguntas eram diretas e objetivas, tentando “manter distância”, em um diálogo mais ou menos formal.

Com o ingresso no mestrado e a gradativa preparação teórico-metodológica, ao longo da pesquisa, percebi que, nas interações com os sujeitos participantes, quando usava um discurso mais informal, estendendo para uma conversa mais coloquial, obtinha respostas mais longas. No decorrer do curso, deparei-me, dentre outros, com um texto de Foote-Whyte (1990), que me ajudou a perceber que a pesquisa realiza-se até mesmo em conversas informais, no cotidiano, como também diz Menegon (1999), e, ao contrário do que eu pensava, essa podia ser a forma mais adequada para conseguir informações de habitantes de uma localidade.

De forma mais sistemática, a pesquisa de campo foi realizada em dois momentos não estanques entre si, sendo aqui referidos muito mais em sentido lógico do que cronológico. Foram visitadas, primeiramente, todas as localidades em que funcionou ou funciona o Arca das Letras, utilizando-se como indicador o cadastro geral de agentes de leitura do Programa, que abrange toda a região rural de Teresina, para identificar a atual conjuntura do Programa e o contexto histórico-social das localidades em que ele se insere.

Ao todo, foram visitadas 30 localidades, sendo uma delas a Associação das Escolas Família Agrícola do Piauí (AEFAPI), localizada na zona urbana de Teresina,

que recebia os móveis arca para serem distribuídos nas Escolas Família Agrícola (EFAs). Isso ganha relevância na medida em que, enquanto na maioria das demais localidades o Programa não se encontra mais em funcionamento, em algumas EFAs, escolas e creches, ele ainda funciona, sendo os livros incluídos no acervo de bibliotecas já existentes, de modo a serem usados por alunos e alunas dessas instituições de ensino. Observei ainda que, nas outras localidades onde as arcas foram instaladas em casas de moradores(as), igreja ou associações de moradores(as), não houve continuidade do Programa.

Nesse processo, construí o mapa etnográfico⁴ dos locais onde funciona/funcionava o Programa Arca das Letras em Teresina, com base nos seguintes documentos: mapa da zona rural de Teresina, fornecido pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT); cadastro geral dos agentes de leitura do Programa; busca na *internet* – para identificar em qual região (norte, sul, leste ou oeste) se encontra a localidade – e uso dos recursos *Google Maps* e *Earth*. A isso somam-se idas a campo, realizadas no período de 30.04.2016 a 15.10.2017, a partir das quais pude melhor definir os locais, de forma aproximada, com base na localização por satélite do *Google Earth*.

Na pesquisa de campo, identifiquei as 30 bibliotecas rurais nas seguintes localidades: Alegria, Angolá, Angolá II, Assentamento 17 de abril, Bebedouro, Boquinha, Campestre Norte, Centro dos Afonsinhos, Coroatá, Associação das Escolas Família Agrícola do Piauí (AEFAPI), EFA Baixão do Carlos, EFA Soinho, Escola Família Turismo (EFTUR), Eldorado dos Carajás – Cacimba Velha, Formosa I, Francisca Trindade, Herdeiros de Canudos, Jacu, Lagoa dos Afonsinhos, Lagoinha, Nova Laguna, Parque Eliane, Passagem Santo Antônio, Recanto Santo Antônio, Santa Rita, Saturno, Soinho, Taboca do Pau Ferrado, Tapuia e Vale da Esperança.

Na realização deste trabalho, utilizei a observação direta (JACCOURD; MAYER, 2008) com registro no diário de campo (BRANDÃO, 1998), assim como a produção de imagens fotográficas (MARTINS, 2008) e mensagens de texto por aplicativo de celular (o *whatsapp*), além de contatos por telefone com interlocutores(as) da pesquisa. Entrevistas com tópicos-guia foram utilizadas com vistas a produzir informações que possibilitassem a compreensão das relações entre

⁴ Apresentado no capítulo 3 desta dissertação (Figura 11).

atores sociais e a situação pesquisada (GASKELL, 2003). Nas entrevistas, recorri à gravação por meio digital, sempre atenta para que a conversa fluísse de forma que entrevistado(a) e entrevistadora se sentissem à vontade (BOURDIEU, 1997) para falar a partir dos tópicos.

Durante toda a pesquisa tive certa dificuldade de encontrar agentes de leitura, porém a dificuldade maior deu-se logo no início, porque, na época, eu ainda não possuía o mapa da zona rural de Teresina. Então, tive que estabelecer alguns critérios de busca: procurava a escola local ou perguntava pelo(a) presidente da associação de moradores(as) daquela localidade. A maior parte das bibliotecas foram instaladas entre 2005 e 2007, ou seja, há mais de dez anos⁵. Nesse intervalo de tempo, mudanças ocorreram, por exemplo, algumas pessoas que antes eram agentes de leituras mudaram de residência por vários motivos (casamentos, empregos etc.), o que dificultou encontrar as pessoas cadastradas como agentes de leitura no relatório do Programa, especialmente, pela desatualização dos números de telefones cadastrados no relatório. A maioria já não existe⁶.

Houve, também, dificuldade de acesso devido às condições das estradas, comumente de piçarra e “chão batido” e, em boa parte, “desertas”, o que me provocava sensação de insegurança, por isso, nunca ia sozinha ao campo. Tenho consciência, entretanto, de possíveis implicações disso nas situações de entrevistas e nas respostas das pessoas com quem dialoguei. Outra dificuldade encontrada foi a distância entre uma localidade e outra, fator que me fez realizar várias visitas em dias diferentes. Ao todo foram percorridos mais de 1.000km, considerando as idas e vindas dessas localidades até a minha casa, em Teresina.

A princípio, as visitas ocorriam no meio da semana, mas logo percebi que seria mais fácil encontrar agentes de leitura em fins de semana, visto que se trata de dias de descanso para trabalhadores e trabalhadoras e, como boa parte dele(as) trabalham fora de casa, obtive mais sucesso com essa estratégia. Mesmo assim, em alguns casos, tive que percorrer o mesmo caminho por mais de uma vez para conseguir conversar com o(a) agente. Em outros casos, embora não o(a)

⁵O delegado do MDA, responsável pela gestão estadual do Arca foi Valter Carvalho, falecido em 2008.

⁶ Assim, se, por um lado, pude recorrer, como dito, à troca de mensagens via telefone móvel; por outro, nem sempre era bem sucedida, devido à intensa substituição de números e linhas telefônicas pelo sistema de telefonia móvel, sobretudo, pela forma como as operadoras funcionam, competindo entre si com “planos” e “ofertas”.

encontrasse, conseguia o número do seu telefone com vizinho(as) ou conhecido(as) e, assim, conseguia estabelecer alguns contatos.

As pessoas de algumas localidades chegaram a pensar que minha visita era uma espécie de fiscalização do Programa e receberam-me com certa desconfiança, reagindo com poucas palavras nas respostas e alguns olhares de suspeita. Por outro lado, na maior parte das localidades que visitei, fui muito bem recepcionada: não me faltava uma cadeira para sentar e nem um copo d'água para saciar a sede, havendo, em alguns locais, lanches oferecidos de bom grado. Essa receptividade das pessoas da zona rural de Teresina surpreendeu-me por viver na zona urbana e, costumeiramente, vivermos assustadas e dificilmente abrimos nossas portas para pessoas estranhas. Ao contrário de onde moro, as pessoas dos locais visitados, em boa parte, abriam seus portões com facilidade. Não que não houvesse relatos de violência, mas isso não os impediu de receberem acolhedoramente uma estranha para ele(as). Esse comportamento, de certa forma, motivou-me a levar a pesquisa adiante.

Para ter acesso às pessoas que ocupam ou ocupavam cargos públicos, a exemplo da ex-consultora e de ex-coordenadores do Programa, investi em ligações interurbanas e mensagens de texto via aplicativo *whatsapp*, uma vez que essas pessoas residem em outros estados, sendo que, através de *e-mail*, elas enviaram-me alguns documentos. Todos(as) foram muito receptivos(as) e mostraram-se dispostos(as) a colaborar com a pesquisa. Já no caso do ex-delegado do MDA do Piauí (gestão 2015-2016), a entrevista foi agendada previamente e realizada presencialmente, inclusive, com participação da minha orientadora.

A princípio, pensei em escolher duas localidades como *locus* empírico: uma EFA, por ainda estar com o programa em atividade, e uma localidade onde o programa funcionava na casa do(a) agente de leitura, no entanto, após analisar as falas (com vários pontos em comum, como o tempo de recebimento do Arca nas localidades, em torno de dez anos em média) e os objetivos da pesquisa, mudei os planos. Assim, optei por analisar de forma mais densa possível a fala de sujeitos da pesquisa em localidades rurais e em cargos da gestão pública relativa ao Programa, com os quais conversei durante o percurso destes dois anos de curso e de pesquisa, além de analisar documentos oficiais, como referido. Desse modo, busquei construir uma visão panorâmica da situação do Arca das Letras no rurais teresinenses, sem perder de vista o programa em âmbito nacional.

Assim, paralelamente às visitas *in loco*, onde havia/houvera o Programa, foram realizadas entrevistas com sete agentes da gestão pública envolvido(as) de várias formas com o Arca das Letras: dois ex-delegados do MDA do Piauí; uma subdelegada do MDA; uma ex-consultora do Programa; a primeira e a segunda coordenadora nacional e seu último coordenador nacional (substituído em setembro de 2017 por outro coordenador que, até então, não havia assumido a função). Realizei ainda entrevista com uma pesquisadora da EQUIP.

Com esses(as)interlocutores(as), foram utilizadas formas diversas de entrevistas, sempre dependendo de negociações. Assim, foram duas entrevistas face-a-face; uma por aparelho telefônico (a interlocutora reside fora de Teresina), quatro via correio eletrônico e uma via aplicativo de celular *whatsapp*. Naquelas realizadas face-a-face e por aparelho telefônico, foi utilizado o recurso da gravação de voz em aparelho digital (BAUER; GASKELL, 2003). Nas demais, o registro foi feito em texto escrito.

Para as entrevistas com o ex-delegado do MDA, gestão 2015-2016, e com a pesquisadora da EQUIP, utilizei roteiro semiestruturado com tópicos-guia (BOURDIEU, 1997; GASKEL, 2003; OLIVEIRA, 2004), gravação em aparelho digital (BAUER; GASKELL, 2003), o diário de campo (BRANDÃO, 1998) no registro da observação direta (JACCOUD; MAYER, 2008) e aparelho telefônico. No caso específico da ex-consultora do Programa, a entrevista foi realizada, excepcionalmente, por telefone, uma vez que a entrevistada reside em Brasília. A conversa fluiu bem e pude coletar as informações que depois foram autorizadas para publicação nesta dissertação.

Um dos entrevistados, embora com residência em Teresina, propôs que eu mandasse as perguntas via correio eletrônico, alegando impossibilidade de encontro presencial por incompatibilidade com sua agenda. Como lembram Reedy, Schullo e Zimmerman (2001), uma das ferramentas digitais que pode ser explorada em pesquisas *on-line* é o correio eletrônico, por ser bastante versátil, visto que permite a comunicação por mensagens de qualquer tamanho e o envio de documentos a um custo muito baixo e com grande rapidez.

Cabe registrar que foram retiradas das transcrições, a pedido de entrevistados(as), o que pode ser definido, com base em Bourdieu (1997, p. 710), como certos “desdobramentos parasitas” de frases confusas, redundância verbal e tiques de linguagem como “bom” e “né”, cuja ausência não prejudica a comunicação.

Todavia, no processo de transcrição, “nunca se substituiu uma palavra por outra, nem se transformou a ordem das perguntas, ou o desenrolar da entrevista [...]”. (BOURDIEU, 1997, p. 710).

A análise das informações recolhidas nas visitas às localidades, na observação direta, nas conversas e entrevistas foi realizada na perspectiva da produção de sentidos, com as técnicas de construção de mapas de associação de ideias de Spink (2010, 2013, p. 34) para quem, “de uma forma ou outra, todo mundo trabalha com produção de sentidos”. O sentido, segundo a autora, é uma construção social por meio da qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos (SPINK, 2010, 2013).

O diário de campo foi utilizado no trabalho de observação, no registro das situações de entrevistas e também no processo de análise das informações e de construção de dados. Como afirma Brandão (1998), os escritos do diário devem descrever situações, lugares, objetos e maneiras de sentir as pessoas. Tais registros estão na base do processo de construção de dados desta dissertação, a partir da pesquisa de campo.

Esse “pluralismo metodológico” (BAUER; GASKEL, 2003) foi necessário na abordagem empírica, sendo elaborados, ainda, relatórios parciais para a orientadora, e o relatório final, que constitui esta dissertação.

Com esse entendimento de interpretação e ciente de que o processo de atribuição de sentidos reporta à simbolização, ou seja à cultura, condição essencial da existência humana (GEERTZ, 2008), a técnica de mapas de construção de sentidos de Spink (2000, 2010) foi aplicada na análise das falas de agentes de leitura abordados(as) nesta pesquisa, assim como na de agentes públicos relacionados ao Programa, no intuito de compreender o agenciamento de sentidos relativos à experiência do Arca das Letras na zona rural do município de Teresina. Tais mapas têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas e constituem instrumentos de visualização que têm o duplo objetivo de dar subsídio ao processo de interpretação e de facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo (SPINK, 2000).

O Mapa é uma tabela onde as colunas são definidas tematicamente. Os temas, em geral, acabam refletindo o roteiro de entrevista, porque

ninguém vai para o campo de pesquisa dizendo: “fala!”. Todo mundo diz: “fale sobre”, “me conte sobre” ou “o que você pensa disso”. Então, obviamente, a entrevista acaba reproduzindo um roteiro que pode ser menos explícito ou mais explícito; mas existe, porque a pesquisa assim o exige. (SPINK, 2010, p.39).

Optei por não nomear os(as) agentes de leitura, embora o uso do conteúdo das entrevistas tenha sido autorizado, assim como a publicação de todas as imagens fotográficas utilizadas neste texto. Essa decisão, longe de orientar-se por uma perspectiva objetivista na qual, como diz Colombo (2005), os sujeitos reais, participantes da pesquisa, são reduzidos a meros rótulos ou números, decorre do fato de boa parte das autorizações terem sido apenas verbais, seja no caso das entrevistas, seja no caso das imagens fotográficas.

Para não identificar nominalmente os(as) participantes da pesquisa, optei por codificá-lo(as). Assim, agentes de leitura são identificados pela letra “P”, que equivale a “pessoa”, e uma numeração atribuída por mim, considerando a ordem alfabética das localidades visitadas. Já agentes da gestão pública são identificados(as) com seus respectivos nomes, por se tratar de pessoas públicas respondendo pelo Programa Arca das Letras, do Governo Federal.

Sobre o trabalho de produção de imagens, lembro Bittencourt (1998) quando analisa características da imagem fotográfica que possam contribuir para ampliar a compreensão dos processos de simbolização próprios dos universos culturais com os quais pesquisadores(as) defrontam-se em suas pesquisas de campo. Nesse sentido, o uso de fotografias nesta pesquisa funcionou tanto como registro da presença em campo, quanto como auxílio na construção de dados, acionando as imagens como instrumentos de interpretação da realidade pesquisada e da compreensão do próprio texto desta dissertação.

A utilização de imagens fotográficas envolve diferentes formas de olhar, de produzir e de interpretar essas imagens, e o sentido que elas propiciam permite extrapolar a explicação objetiva ingênua da fotografia como se ela fosse um registro sem ambiguidades (LOIZOS, 2003), ainda mais quando há alterações no ambiente. A exemplo, pelo menos em duas localidades, ao fazer o pedido de autorização para o registro da fotografia, interlocutores(as) da pesquisa fizeram, antes, uma limpeza e organização no móvel arca, posicionando-o do modo considerado apropriado. Como observa Martins (2008, p. 36),

[...] a reflexão sociológica sobre a fotografia pode contribuir significativamente para o conhecimento das limitações dessa forma de documentação e, portanto, demarcar com segurança o lugar que pode ter na Sociologia. Mais significativamente ainda, pode contribuir para desvendar aspectos do imaginário social e das mediações nas relações sociais que de outro modo seriam encarados sociologicamente com maior déficit de informação. Se a fotografia nada acrescenta à precisão da observação sociológica, muito acrescenta à indagação sociológica na medida em que a câmera e a lente permitem ver o que por outros meios não pode ser visto. Ao mesmo tempo ela introduz alterações nos processos interativos, na pluralidade de sentidos que há tanto no lado do fotógrafo quanto no lado do fotografado e do espectador da fotografia.

Retomando o tema da coleta e sistematização das informações, primeiramente, após a transcrição e com base nos conceitos de leitura vertical e leitura horizontal de Michelat (1987), foi analisada cada entrevista/conversa individualmente e depois analisados os pontos em comum nas falas e os fatos mais diversos para se entenderem os sentidos que os(as) agentes atribuem ao Programa.

Em seguida, considerando com Spink (2010, p. 40) que “a definição das temáticas organizadoras dos conteúdos da entrevista já é o processo de interpretação”, na coleta das informações, foram contemplados os seguintes tópicos, com variações, dependendo do(a) interlocutor(a) e das circunstâncias:

- Conferência de dados cadastrais com base no cadastro geral do Programa;
- Modo como o Programa Arca das Letras chegou à localidade;
- Circunstâncias em que o(a) agente tomou conhecimento do programa;
- Ocorrência de algum treinamento e, em caso positivo, onde;
- A experiência com o Programa.

A intenção metodológica desses tópicos foi o de atingir os objetivos propostos para a pesquisa, os quais encontram-se na base dos tópicos-guia e na organização dos mapas de leitura. Cada um deles consta em coluna para melhor visualização das falas. Na primeira coluna, “conferência dos dados cadastrais”, priorizei as falas com conteúdo referente ao cadastro geral de agentes de leitura, assim como informações sobre o(a) outro(a) agente que não foi entrevistado(a): se houve mudança em relação aos dados, se o(a) agente de leitura não é a mesma pessoa cujo nome consta no cadastro, divergências e/ou afirmações. Na segunda coluna, “chegada do Arca na localidade”, lidei com falas sobre quando se iniciou o programa

naquela localidade. Já na terceira coluna, “mediadore(as) entre o programa e a localidade”, organizei falas sobre pessoas que tiveram influência na instalação – ou mediação – do programa na localidade. Na quarta coluna, “processo de preparação para trabalhar com o programa”, foram inseridos conteúdos relativos a treinamento: se houve, onde e como se realizou. Na quinta coluna, “experiência do Programa”, falas sobre experiências de agentes com o Arca das Letras, sentidos atribuídos ao Programa, relatos das pessoas das localidades segundo o(a) agente; se o programa teve êxito ou não e o porquê. Os tópicos-guia serviram para nortear as conversas que naturalmente estendiam-se ou limitavam-se, conforme as circunstâncias, fossem por empatia entre entrevistadora e entrevistado(a), pela disponibilidade⁷ ou pelo próprio estado emocional do(as) agentes. Em função disso, alguns mapas são curtos; outros, extensos.

Em cada localidade, foi ouvido(a) um(a) agente de leitura, exceto nos casos em que foram encontrado(as) dois(duas), sendo ambos(as) consultados(as). Priorizei encontros como(a) agente de leitura 1 (A1), mas houve casos em que este(a) não foi localizado(a), sendo então abordado(a) o(a) agente de leitura 2 (A2)⁸. Aconteceu também de nenhum(a) deles(as) ser encontrado(a), por divergência no cadastro de agentes ou por ausência mesmo. Do total de 30 localidades, 16 pessoas identificaram-se como A1, 7 como A2 e 2 como agentes não-cadastradas. Em 6 localidades não foram encontrado(a)s agentes.

Além disso, acompanhei alguns momentos de uma pesquisa avaliativa do Programa iniciada em 2015 pelo extinto MDA, sob coordenação da EQUIP, que demonstrou dificuldades de continuar os trabalhos por conta da conjuntura política do país, quando estão em curso mudanças na gestão pública federal, incluindo-se, no contexto, extinção de ministérios e programas. Por esse motivo, realizei uma entrevista sobre a pesquisa com uma pesquisadora associada da EQUIP.

Como dito, foram 30 as localidades visitadas. O termo localidade é usado nesta dissertação com base no significado dado por Carneiro (2012, p. 38), “como uma construção social e não como um espaço reificado”, estando em contínua reformulação a partir das novas relações construídas pelos diferentes atores sociais, que passam a ter como referência, seja para o trabalho, seja para moradia, um

⁷ Como não avisava previamente da visita, as pessoas eram surpreendidas, sendo que nem todas mostravam-se dispostas, por diversos motivos, a longas conversas.

⁸ Esta categorização de agentes será abordada no capítulo 3 desta dissertação.

mesmo território. Ainda segundo a autora, a noção de território não corresponde a espaços delimitados fisicamente, mas a uma representação que alimenta uma rede de relações sociais e por elas é alimentada. Isso significa que uma localidade pode ser entrecortada por diferentes territórios segundo diferentes interesses e identidades territoriais, implicando ainda o reconhecimento de uma pluralidade de fronteiras entrecortadas entre si, formando núcleos de sociabilidade distintos.

Não é incomum que localidades sejam correntemente referidas na literatura como comunidades, geralmente, sem maiores reflexões conceituais⁹. O termo *comunidade* aparece, por vezes, nas falas de algumas pessoas com as quais conversei e no próprio texto do Programa Arca das Letras, em seus aspectos mais descritivos, mas julguei pertinente não o empregar nesta pesquisa. Como teoriza Martins (1981) e explicam Silva e Moraes (2017a), a longa discussão teórica nas Ciências Sociais remonta à oposição conceitual comunidade/sociedade, na qual Ferdinand Tönnies sistematizou o debate no século XIX, com os termos *gemeinschaft* e *gesellschaft* para referir a figurações sociais contrastantes (arcaico/moderno; afetivo/racional; sagrado/secular) e que desaguam, como observa Albuquerque (1999), em noções de comunidade e sociedade, na vida contemporânea, como fontes de representações simbólicas. Ademais, a própria forma de operacionalização desta pesquisa de campo não parece compatível com o emprego do termo *comunidade*, o que exigiria um contato de mais longa duração entre a pesquisadora e cada uma das localidades visitadas, para apreender sentidos de comunidade.

Quanto ao tipo de narrativa, lembro Colombo (2005), quando aborda o tema da comunicação dos resultados da pesquisa, considerando três formas retóricas de narração: realista, processual e reflexiva, caracterizadas conforme suas peculiaridades, evidenciando que os modos de escrita possuem intervenções ativas de interpretação e de seleção, não sendo simples atos automáticos. Com base nisso, e considerando que não existem modos de narração certos ou errados, optei pela narração reflexiva, com alternância entre primeira e terceira pessoas do discurso. Utilizo a primeira pessoa em trechos que retratam opções metodológicas, decisões, emoções e inclinações, oferecendo detalhes sobre como a pesquisa foi feita, como foram construídos os dados e sobre as situações de observações, erros

⁹ A respeito do emprego do termo nas Ciências Sociais no Brasil, ver Oliveira e Maio (2011).

cometidos, obstáculos encontrados e busca de superá-los. Quanto à terceira pessoa, emprego, sobretudo, em passagens de cunho predominantemente teórico-conceituais, nos quais múltiplas vozes e autorias são agenciadas.

Este texto dissertativo está estruturado em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. No segundo grupo incluem-se esta introdução, quatro capítulos e a conclusão – com as fontes teóricas e documentais utilizadas indicadas ao longo do texto – distribuídos da seguinte forma: no capítulo 1, abordo os temas políticas culturais e ruralidades no Brasil e apresento alguns desafios enfrentados por essa relação, apontando para o necessário debate sobre dois tipos distintos (e por vezes complementares) de políticas culturais: o primeiro baseado na democratização da cultura, e o outro, na democracia cultural. No que tange à relação entre ruralidades e políticas culturais, lembro que, no Brasil, rural ainda é visto como sinônimo de resquício de atraso, o que ainda leva gestores(as) públicos(as) a não considerarem povos rurais como sujeitos de políticas culturais. Além disso, refiro a políticas de leitura como política cultural, a partir da leitura como prática cultural e da concepção de que todo projeto de educação pode ser visto como uma ação social culturalmente orientada, usando expressão conceitual de Weber (2006), autor que destaca a importância do sentido, culturalmente atribuído, da ação social na interpretação sociológica.

No capítulo 2, abordo o tema das políticas de leitura no Brasil, seus contextos e perspectivas, mostrando, inclusive, que práticas culturais, como a leitura, sofrem contingências do mercado capitalista. Explano também sobre a relação entre livro, leitura e biblioteca, incluindo os desafios históricos que o país enfrenta para melhorar os índices de leitura de brasileiros e brasileiras, com os planos e programas desenvolvidos com vistas a atingir esse fim. Ainda nesse capítulo, trato das políticas de leitura para povos rurais e apresento o Programa Arca das Letras como uma política cultural não convencional, porquanto não é vinculado diretamente ao Ministério da Cultura (MinC).

Em sequência, no capítulo 3, apresento aspectos gerais do rurais teresinenses, bem como a inserção do Programa Arca das Letras nesse espaço, com base nas informações colhidas na pesquisa de campo, que envolvem a implantação do Programa, e nos aspectos relativos ao formulário inicial, cadastro, arregimentação, capacitação de agentes e definição dos acervos.

No capítulo 4, apresento os dados construídos no decorrer da pesquisa, os quais permitem entender como agentes de leitura envolvido(as) com o Programa Arca das Letras nos rurais teresinenses, bem como agentes da gestão pública percebem e atribuem sentidos a essa política pública, ao tempo em que vai-se configurando, de forma mais nítida, a situação do programa na atualidade, sobretudo, nos rurais teresinenses.

Na conclusão, é feita uma síntese do que apresentei nos quatro capítulos da dissertação, afinando para conclusões desta pesquisa sobre a experiência do Programa Arca das Letras nos rurais teresinenses, a partir da análise de documentos, da observação direta em pesquisa de campo, de sentidos produzidos por pessoas das localidades rurais e por agentes da gestão pública envolvidos com o Programa. Assim, são indicadas as principais conclusões deste estudo.

Nos tópicos pós-textuais, apresento anexos que serviram como fonte de informação para esta pesquisa.

CAPÍTULO 1

RURALIDADES E POLÍTICAS DE CULTURA NO BRASIL: DESAFIOS A UMA AGENDA PÚBLICA

*“A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...”*

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...”¹⁰*

Arnaldo Antunes

Neste capítulo abordo a necessidade de refletir sobre rural – aqui referido, em alto nível de abstração teórica, no singular – em suas múltiplas dimensões, com vistas, sobretudo, à passagem da visão de rural como periférico para pensá-lo na perspectiva da cidadania cultural. E, ao fazê-lo, reafirmo outra necessidade: a do entendimento de que políticas culturais com foco na atuação do Estado no campo da cultura não são necessárias apenas às cidades, mas também devem se voltar para os povos do campo.

1.1 Ruralidades e povos rurais: ordenando conceitos

Rural e urbano são categorias de classificação do mundo presentes tanto no senso comum quanto nos discursos político e teórico. Na teoria sociológica, como diz Martins (1981), as bases teóricas têm em sua origem a clássica oposição entre os conceitos de comunidade/sociedade, com desdobramentos nos quais contradições e contrabandos ideológicos definem rural e sociologia rural em perspectivas diversas¹¹.

¹⁰ Letra da canção intitulada “Comida”, de autoria de Arnaldo Antunes, gravada pela banda brasileira de *pop-rock* Titãs, no álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”, lançado em 1987.

¹¹ Martins (1981) cita autores como Karl Mannheim, cuja perspectiva de análise encontra-se na determinação das condições sociais e históricas de produção do conhecimento; Robert Nisbet,

Em abordagens recentes, da segunda metade do século XX, questiona-se a dualidade rural/urbano e, como diz Abramovay (2000, p. 4), “as insatisfatórias fronteiras entre rural e urbano”¹², problematizadas em muitos países do mundo. Não é incomum, principalmente no Brasil, que, via de regra, rural seja considerado como algo essencialmente agrícola, enquanto urbano seja sinônimo de moderno, sobretudo, como lembra Carneiro (2012), na sociologia de tradição urbano-industrial americana e alemã.

Dentre as correntes de pensamento que alimentam esse debate, por um lado, destaca-se a premissa de que o fim do campesinato, referido na tese de Henri Mendras, nos anos 1960, na França, seria expressão de um processo mais amplo, entendido como o fim dos mundos rurais. Tal premissa pode ser vista em diálogo com a da urbanização progressiva de Henri Léfèbvre. Por outro lado, outras correntes interpretativas são contrárias à afirmação da tendência ao esvaziamento social, econômico e cultural de mundos rurais, como se vê na tese do renascimento rural de Bernard Kayser¹³ e mesmo em teses que a ultrapassam, como a de Veiga (2006), ao referir à emergência de uma nova ruralidade ou de novas ruralidades, como postulam Carneiro (2012) e Moraes (2014b).

A sustentação da tese da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade, engendrando novas ruralidades, ganha corpo no Brasil, embora nem sempre da mesma forma, como se lê em Veiga (2002), Carneiro (2012) e Wanderley e Favaretto (2013). Também há posicionamentos que enfatizam o fim de dicotomias como rural-urbano e agricultura-indústria nas sociedades contemporâneas, conforme a tese do “novo rural”, encabeçada por Silva (1997).

Com base nessas correntes e na diversidade de posicionamentos, questiona-se até que ponto o esgotamento do modelo modernizador que possibilitou a libertação da imagem tradicional de rural é impermeável a mudanças nos mundos rurais afora, em sua diversidade de atores sociais, espaços, territórios, dinâmicas

que fala da tradição sociológica, e Henri Lefebvre, que trata da sociologia rural, focalizando, sobretudo, a comunidade camponesa.

¹² Para detalhes sobre as concepções de rural em diversos países do mundo, na contemporaneidade, ver Abramovay (2000).

¹³ O ponto de partida desse autor foi a observação da tendência demográfica nos espaços rurais nos países industriais (Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Itália, França e Estados Unidos) e as mudanças que ali se deram nos anos 1970: observava-se, após declínio acentuado da população rural, um renascimento de áreas rurais (KAYSER, 1990).

culturais, sociais, políticas e econômicas, em seus aspectos mais específicos e em suas incontornáveis imbricações com o urbano.

Favareto (2007), em uma análise diacrônica da relação entre campo e cidade, enfoca a evolução dessa relação, mostrando a permanência do fenômeno rural no mundo contemporâneo, mesmo onde a urbanização foi mais intensa. Assim, não faz sentido tratar rural como oposto a urbano, proclamar o seu desaparecimento, ou resumi-lo a agrário. Rural, na contemporaneidade, passa a ser visto por múltiplas significações, o que provoca o questionamento de Moraes e Vilela, (2013, p. 75): seria o fim da “[...] visão dualista que opunha rural a urbano como realidades empiricamente distintas, definidas pela negação mútua, e com base em critérios meramente descritivos, em um paradigma que associa rural a agrícola, e urbano a industrial e moderno?”

Para Silva e Moraes (2017a), embora, como categoria classificatória, geossimbólica, da vida social, a definição de rural venha sofrendo, nos últimos tempos, no mundo e no Brasil, substantivas inflexões, principalmente, no sentido de apontar para os limites de visões dicotômicas e reificadoras de rural e urbano, campo e cidade e suas relações, não se pode dizer que ruíram de vez, sobretudo no Brasil, concepções estratigráficas, pelas quais se estabelecem hierarquias, em cujo âmbito rural subordina-se a urbano. Autores e autoras, como Williams (2011), Wanderley (2011, 2009), Moraes (2015a, 2015b, 2015c, 2014a, 2014b, 2016), Moraes e Vilela (2013), Oliveira (2010) e Carneiro (2012), apontam para uma hierarquização conceitual e política não só, mas, sobretudo, no Brasil, entre urbano e rural, com o segundo visto como subordinado ao primeiro pelo ideário da relação estratificadora entre modernidade e atraso.

Dentre os diversos desdobramentos políticos dessa perspectiva hierárquica, percebem-se diferenças importantes nos investimentos em políticas públicas, em especial, políticas culturais, em espaços urbanos e rurais, com visível predomínio de investimentos em áreas urbanas.

Uma possível explicação desse processo de hierarquização entre rural e urbano é que ele se dá a partir do processo histórico de colonização, dos resíduos persistentes da colonialidade e da progressiva busca de modernização que marcam o contexto brasileiro. Vale lembrar que a modernidade tem sido produtora de sentimentos de inferioridade. Para Gohn (2015), Ballestrin (2013) e Miglievich-Ribeiro (2014), a modernidade oculta um continuado processo de colonização. Gohn

(2015) ressalta a colonialidade do saber e discute, entre outras coisas, as relações de dominação entre Norte e Sul¹⁴, no mundo. Para essa autora, a colonialidade é a face oculta da modernidade eurocêntrica, que impôs sentimentos de inferioridade aos(às) colonizado(as). Ser “moderno” foi significado como referência ao indivíduo “civilizado”, em oposição a nativos(as) da colônia, tidos(as) como “bárbaros(as)” e “atrasados(as)”.

Para teóricos(as) dessa corrente, o problema político central do que hoje se conhece como América Latina seria a necessidade de descolonização do saber e do ser enquanto repositórios de práticas e valores que mantêm e reproduzem subjetividades e conhecimentos. Ballestrin (2013) argumenta que a modernidade é um mito que oculta a colonialidade e desenvolve-se mediante o exercício de uma violência irracional que tem como pano de fundo a relação bárbaro/civilizado, implicando na diferença produzida pela colonização. A origem desse ocultamento e da diferença encontra-se no “descobrimento da América”, uma vez que esta foi a primeira oportunidade de acumulação primitiva do capital pautada na classificação com base em raça, gênero e trabalho, o que ordenou as relações de exploração/dominação/conflito.

No caso brasileiro, esse processo de hierarquização pode ser visto com base no que Bourdieu (2009, p. 7) define como “poder simbólico”, incidindo de forma importante nas representações de rural, de urbano e de suas relações. Como destaca Moraes (2014b), até os dias atuais, os ecos dessa construção permanecem no que a autora concebe, com base em Ferreira (2008), como “texto brasileiro sobre rural”.

Rural como categoria do pensamento e como realidade social, cultural, econômica, geográfica está atrelado a urbano, seja como alteridade ou contínuo, demarcado por diversos elementos incorporados nos modos de vida. Nas cidades, têm-se, a exemplo, certos rituais, como procissões, festas juninas, algumas crenças, tidos como bens simbólicos e materiais apropriados pela vida citadina, em um consumo de bens simbólicos e materiais realizado pela sociedade urbano-industrial, assim como práticas culturais de elementos reconhecidos como de mundos rurais. Por seu turno, práticas culturais de centros urbanos também são incorporadas a mundos rurais, como modos de vestir, presença de tecnologias de informação no

¹⁴Norte e sul são metáforas espaciais utilizadas para referir a relações de poder no mundo.

cotidiano de viventes de áreas rurais, dentre outras. Desse modo, não se pode pensar rural e urbano separadamente, nem rural pode ser interpretado apenas como espaço progressivamente penetrado pela lógica urbano-industrial (CARNEIRO, 2012).

No cenário atual, a facilidade de mobilidade espacial é fator que aproxima e afasta diferentes povos e culturas bem como identidades sociais. Os indivíduos pertencem a mais de um só grupo ou localidade, portanto não se restringem a apenas uma única identidade distintiva e coerente, mas assumem diferentes “posições de sujeito”, conforme Hall (2002). As identidades construídas e permeadas pela lógica cultural pós-moderna são híbridas, maleáveis e multiculturais (CANCLINI, 1995). A interdependência entre rural e urbano quebra paradigmas e questiona dualidades. Pessoas transitam diariamente entre o centro de grandes cidades e zonas mais afastadas desse centro.

Carneiro (2012) alude a pessoas que valorizam as condições de vida no campo como lugar onde predomina o “ar puro”, a simplicidade de vida em contato direto com a natureza, em oposição à cidade, cada vez mais poluída pelo crescimento industrial. Tais características exercem um poder de atração sobre pessoas da cidade, definidas como neorrurais¹⁵, as quais, sem abandonar seus empregos, estabelecem residências em áreas rurais, deslocando-se regularmente entre a cidade e o campo. Por outro lado, o baixo custo das casas em regiões rurais também é fator que pode contribuir para a permanência dessas pessoas nessas áreas.

Para Anjos e Caldas (2014,p. 387), observa-se, na sociedade contemporânea, o que se pode chamar de “reinvenção” e de idealização de rural, sobretudo, pela imagem melancólica de um passado soterrado por grandes transformações socioculturais. Tem-se, portanto, rural representado como guardião da biodiversidade e como espaço de encantos das paisagens naturais, onde se projeta e se aguça o desejo de quem quer consumir, além de produtos, amenidades, bens tangíveis e intangíveis, conforme se observa em países da União Européia (UE) ou em determinadas áreas rurais no Brasil, como refere Froelich (2002). Os ecos dessa virada, de fato, segundo Silva e Moraes (2017a), atingem o Brasil e

¹⁵ Sobre a emergência do fenômeno do neorruralismo, ver Giuliani (1990) e Sastoque (2014), o qual versa ainda sobre uma tipologia de novos(as) habitantes do campo.

outros países latino-americanos, o que nos deve levar a perguntar: que razões conspiram para a emergência dessas dinâmicas de revalorização do rural?

Sem dúvida, como aponta Moraes (2014b), não se pode ignorar o papel de organismos multilaterais na reconceituação de rural na contemporaneidade, como se vê na figura 1, a seguir:

Figura 1– Mapa de tipologias de ruralidades e temas de políticas públicas de organizações multilaterais



Fonte: Delgado et al. (2013), com adaptações gráficas de Moraes (2014b, p. 6).

Esse conjunto de definições de agências multilaterais tanto é alimentado por pesquisadores(as) de diversos países quanto incide, de variadas formas, nos diversos países do mundo, revelando insatisfações¹⁶ com as formas de delimitação de rural dominantes até o final dos anos 1990, como demonstrado no quadro 1.

¹⁶ Para detalhes, ver Abramovay (2000).

Quadro 1– Critérios de delimitação de rural no mundo

Critério de delimitação	Escopo	Países (exemplos)
Delimitação administrativa	Critério de base administrativa, com rural definido ao arbítrio, até certo ponto, dos poderes públicos municipais ¹⁷ .	Brasil e América Latina, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana.
Delimitação com base na ocupação de mão-de-obra da agricultura	Critério de base econômica, cuja aplicação aboliria o espaço rural dos países desenvolvidos e declinaria seu peso nas nações em desenvolvimento ¹⁸ .	-Israel: são urbanas localidades onde 2/3 dos chefes de famílias exercem ocupações não agrícolas; -Chile: além do patamar populacional (1.500 habitantes) a localidade rural deve ter menos de 50% de habitantes ocupados em atividades secundárias.
Delimitação populacional	Critério com base em um limite que define localidades abaixo de um certo patamar populacional.	-Espanha, Portugal, Itália, Grécia (menos de 10.000 habitantes); -França (“comunas” com menos de 2.000 habitantes); -Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá (população entre 1.0001 e 2.500 habitantes) ¹⁹ .

Fonte:Elaborado pela autora desta dissertação, com base em Abramovay (2000).

Do final da década de 1990 aos dias atuais, progressivamente, a ideia de rural reduzida à de setor agrícola cede lugar à de território, que está na base da ideia de desenvolvimento territorial – essa nova forma de racionalização dos espaços, conforme Moraes (2014b) –, o que, por seu turno, traz para primeiro plano o termo *ruralidades*.

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial. Em muitos países — entre eles o Brasil —, o rural é definido de tal forma que o associa imediatamente a precariedade e carência. Ora, a experiência internacional mostra que as áreas não densamente povoadas não estão fatalmente condenadas ao abandono e à desertificação. Com base em bibliografia internacional recente, o trabalho procura apontar, em primeiro lugar, os limites das definições

¹⁷ A propósito, Veiga et al.(2001) apontam para as bases de critérios estabelecidos na Era Vargas, ainda vigentes no Brasil.

¹⁸ “Segundo as estatísticas francesas, 27% da população do país vivem no meio rural, apenas 13 em cada 100 rurais dependem fundamentalmente da agricultura [ver Abramovay (1994)]. Estas cifras não são muito distantes das que caracterizam a maior parte dos países industrializados. Em todos os países em desenvolvimento o trabalho não-agrícola cresce mais que o agrícola no meio rural” (ABRAMOVAY, 2000, p.3).

¹⁹ “Este critério é certamente menos inadequado que os dois anteriores, já que evita que se assimile forçosamente o rural ao isolado: a maior parte das sedes de distritos brasileiros, por este critério, seria classificada como rural. Da mesma forma, caso se adotasse a classificação italiana ou espanhola (menos de 10 mil habitantes), mais de 2.200 municípios brasileiros passariam a ser rurais. A adoção do limite de 20 mil habitantes — parâmetro frequente em organizações internacionais e proposta pelo sociólogo francês Henri Mendras (1995) — ampliaria de 22% para 33% a população rural brasileira” (ABRAMOVAY, 2000, p. 5).

mais usuais de rural. Em seguida, define a importância da ruralidade para as sociedades contemporâneas, para estudar, enfim, novas medidas de ruralidade (em que as relações com núcleos urbanos desempenham papel central) nos Estados Unidos, na França e em outros países da OCDE (ABRAMOVAY, 2000, p. 6, grifos meus).

No caso brasileiro, uma das decorrências da mirada territorial é a Política de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que inclui o Programa Territórios da Cidadania. Some-se o reconhecimento político da agricultura familiar (Lei 11.326/2006)²⁰ como força econômica estratégica para o desenvolvimento sustentável do país, bem como para a segurança alimentar e nutricional de brasileiro(as), como instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir dos anos 1990. Essas mudanças originaram-se de duas Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) em 2008 e 2013 (SILVA, 2014).

Como caudatário do Pronaf, o Programa Territórios da Cidadania (PTC)²¹ (BRASIL, 2008a; 2013c), instituído em 2008, congregou políticas públicas em diversos níveis, com ênfase na agricultura familiar, promovendo a abertura de um debate sobre a reconceituação de rural no país, a qual ultrapassa a concepção de rural de origem varguista, criticada por Veiga et al. (2001). Assim, abriu-se uma discussão a partir da definição de “territórios” e “microrregiões rurais”, sendo que, conforme o MDA (MORAES, 2014a; 2015a), os primeiros,

são os territórios [...] onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem

²⁰ A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, mas, mesmo antes disso, segundo Wanderley (2000), a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social a partir da implantação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), nos anos 1990, o que teve como consequência a revalorização do meio rural, percebido como espaço de trabalho e de vida.

²¹ O extinto Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) foi regulamentado em julho de 2005, quando obteve sua chancela formal por intermédio da Portaria nº 5, de 18/07/2005, emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual reconhece territórios rurais e garante suporte legal para os Territórios da Cidadania (TC), programa adicional implantado em 2008. Os territórios da cidadania foram selecionados pelo governo dentre o conjunto de territórios rurais, com a prioridade declarada de atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis, para autonomia econômica de médio prazo (DELGADO; LEITE, 2011).

pequenas e médias cidades, vilas e povoados. (BRASIL, 2003, p. 34. Aspas no original).

Microrregiões rurais, por sua vez, são definidas como aquelas que apresentam densidade demográfica correspondente a menos de 80 habitantes por km² e população média por município de até 50 mil habitantes (BRASIL, 2003). No Brasil, o total de municípios com até 50 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), é de 4.958 (com população de 64.004.918 habitantes), ou seja, cerca de 89% dos 5.560 municípios brasileiros, o que redimensiona o tamanho do rural. Assim, podemos concordar que o Brasil é, como destacado por Jose Eli da Veiga, menos urbano do que imaginamos (MORAES, 2014a; 2015a).

Para além desses parâmetros, atualmente, no Brasil, embora não de forma generalizada, rural vem sendo também revalorizado como espaço de bens simbólicos que, ressignificados, alimentam novas dinâmicas econômicas, sociais e culturais. Essa ressignificação da natureza e da cultura faz com que áreas rurais sejam vistas como lugares não mais restritos à produção de alimentos e de matérias-primas para as indústrias, mas como territórios de produção de bens simbólicos que, inclusive, alimentam a indústria cultural (cinema, música, teatro, novelas etc.) e a comunicação entre universos culturais distintos, de origem urbana ou de origem rural (CARNEIRO, 2012).

Desse modo, com apoio em Silva e Moraes (2017a), ao tomar cultura como uma teia de significados produzidos por seres humanos para dar sentido à própria existência (GEERTZ, 2008), portanto, como condição essencial da existência humana, rural é focalizado nesta pesquisa para além de suas dimensões agrícolas, produtivas, assim como povos rurais são compreendidos para além de corpos funcionais (FERREIRA, 2008; MORAES, 2015c; 2016).

Populações rurais são pensadas atualmente sob a perspectiva teórica ou crítica de campesinato, na busca de se dar conta da diversidade empírica de sujeitos rurais que se apresentam, segundo Mauro Almeida, sob um novo nominalismo.

Caboclos, sertanejos independentes, caipiras, caiçaras, quilombolas, seringueiros, micro minorias indígenas e, mais especificamente ainda, ribeirinhos, regatões, ilhéus, seringueiros, pescadores artesanais, caçadores, coletores das matas, coletores do mangue, agricultores de pés-de-serra e de veredas e chapadas, além de garimpeiros. (ALMEIDA, 2007, p.164).

Na perspectiva desse novo nominalismo, a morte do campesinato é “a morte de um sistema de pensamento; é o fim de um código. As peças que esse código organizava no passado, contudo, estão ainda em circulação” (ALMEIDA, 2007, p. 170). Por seu turno, Moraes e Vilela (2013) indicam que conceitos como campesinato, e campesinidade não são descartáveis frente a novas interpelações da realidade e nominalismos decorrentes, e que teorias do campesinato permanecem capazes de dialogar com o novo nominalismo.

Com isto, quero dizer que não há como refletir sobre ruralidades sem referir aos atores sociais, os diversos povos e agrupamentos rurais que habitam múltiplos “territórios sociais” (LITTLE, 2002, p.2). São viventes de mundos rurais que ora estão no “[...] trabalho: necessário, duro, penoso, vazio de ritos e, não raro, até mesmo de palavras [...]” (BRANDÃO, 2009, p. 39), ora na festa.

[...] Nela, mulheres e homens reúnem-se em algum lugar sagrado ou profano para, juntos, conviverem entre gestos, palavras e objetos carregados com a leveza e a força dos símbolos, a fé, a alegria, o congoçamento, a homenagem, a data festiva de uma pessoa, de uma família, de uma parentela, de um clã, de uma tribo, de uma aldeia, de uma comunidade, de uma nação (BRANDÃO, 2009, p. 39).

A referência a trabalho e festa é uma forma de lembrar que povos rurais não são meros corpos funcionais que apenas trabalham. A partir daí, não podemos esquecer da diversidade das formas empíricas em que se encontram, Brasil afora, registradas desde os antigos estudos de comunidade a etnografias atuais sobre povos e grupos diversos: quilombolas, povos originários, quebradeiras de coco, palheiros de carnaúba; extrativistas diversos, pescadores, ribeirinhos, povos de terreiro, povos ciganos, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, congadeiros, catadores de olicuri, catadores de pequi, geraizeiros, povos de cerrados, faxinalenses, pescadores, caiçaras, comunidades de fundo de pasto, catadores de sempre-viva, assentados da Reforma Agrária, dentre outros povos e comunidades tradicionais.

Como se vê, há uma diversidade de ontologias que, academicamente, foram – em parte, ainda são – referidas pelo conceito de campesinato, com inflexões como classe, modo de produção, pequena produção, agricultura familiar, ao sabor das modas conceituais, como aponta Shanin (2005). Contemporaneamente, essa

diversidade vem sendo tratada, crescentemente, na perspectiva do que Almeida (2007, p. 173) define como “novo nominalismo” antropológico²².

1.2 Ruralidades e cultura no Brasil

Ao focalizar o tema ruralidades e cultura, remeto ao conceito de cultura como referido por Geertz (2008), embasado em Weber (1979). Da primeira definição de cultura, em termos antropológicos, dada por Edward Tylor em 1871, passando por um leque de teorias que vão do evolucionismo, funcionalismo, estruturalismo ao paradigma interpretativo, o termo cultura, segundo Bauman (2013), entrou no vocabulário moderno a partir de uma missão a ser empreendida. O conceito era um lema e um apelo à ação como o conceito que forneceu a metáfora para descrever sua intenção. A noção de “agricultura”, associando lavradores(as) aos campos cultivados, era um apelo a povos camponeses, cultivadores, para que arassem e semeassem a terra infértil e enriquecessem a colheita pelo cultivo. Assim, o conceito presumia a existência de uma divisão entre educadores, relativamente poucos, chamados a cultivar as almas, e os muitos que deveriam ser objeto de cultivo.

Como ressalta Terry Eagleton, cultura é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua inglesa, a qual passou por mudanças ao longo da história da humanidade:

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única noção tanto a base como a superestrutura. Talvez por detrás do prazer que se espera que tenhamos diante de pessoas “cultas” se esconda uma memória coletiva de seca e fome. Mas essa mudança semântica é também-paradoxal: são os habitantes urbanos que são “cultos”, e aqueles que realmente vivem lavrando o solo não o são²³. Aqueles que cultivam a terra são menos capazes de cultivar a si mesmos. A agricultura não deixa lazer algum para a cultura (EAGLETON, 2011, p. 10. Destaques com aspas no original).

No vocabulário latino, o termo *colere* (cultura) era usado para designar os cuidados com as plantas e os animais, daí *agricultura*, *bovinocultura* e muitos outros

²² Para detalhes, ver Almeida (2007). Sobre diálogos possíveis entre o conceito teórico de campesinato e esse novo nominalismo, ver Moraes e Vilela (2013).

²³ Sobre essa forma de pensar cultura, ver a crítica de Williams (1958), para quem a cultura é de todos.

termos com esse radical – *cultura* –, que indica uma ação de cuidar, dar trato a. Na origem do termo, está, pois, expressa a ideia de cultivar, inclusive as formas de relação com divindades, antepassados e os cuidados com as zonas do sobrenatural. O campo dos espíritos também se ligava à ideia do cultivo, daí a origem da palavra *culto*, que designa a cerimônia das relações com o sobrenatural e também o indivíduo que, de uma certa forma, acumulou cultura (MILANESI, 2003).

Em larga medida, pode-se dizer que, teoricamente, há duas acepções, que exigem um prévio esclarecimento a cada vez que se menciona a palavra *cultura*, se o contexto, por si, não for claro: 1. Tudo o que explica as relações do ser humano com a realidade material e imaterial (e que é estudado pela filosofia e pela antropologia); 2. Posse de conhecimento (que leva à distinção entre “cultos” e “incultos”). Em que pese o avanço do conceito científico (antropológico) de cultura, ainda perduram essas duas acepções e, embora, como observado por Williams (1958), a cultura seja de todos, ainda tem espaço no dia a dia a versão de cultura como “distinção”, no sentido analisado por Bourdieu (2007, [p. 1]). Como diz Milanesi (2003, p. 164), a cultura é de todos, mas parece que “tem dono”, ou seja, conforme a segunda acepção, somente pessoas letradas seriam detentoras de cultura, isto é, “dono(as)” da cultura.

Quando se relaciona tal concepção a bibliotecas, por exemplo, nota-se que as existentes, geralmente no centro de grandes cidades, são, em sua grande maioria, nichos formados de determinados(as) leitores(as) e pesquisadores(as), realidade distante de muitas pessoas e grupos sociais. E, quanto mais distante dos grandes centros se vive, maior é a distância desse tipo de equipamento cultural. Segundo Milanesi (2003, p. 164), dessa forma, a biblioteca é mais um lugar para pessoas iniciadas do que um espaço acolhedor e estimulante: “a própria aura que existe em torno das atividades culturais exclui a maioria que não foi convidada”. Acrescenta o autor que atividades culturais em espaços como teatro atraem o que se define correntemente como “público seletivo” em detrimento da grande maioria da população, que deixa de frequentá-lo para não correr o risco do constrangimento do “não entendi”. Em contrapartida, por vezes, algumas atrações culturais de determinadas políticas culturais dão prioridade ao “popular” – com aproximação do conteúdo vista em programas televisivos com a justificativa de que “o povo não entende” (MILANESI, 2003, p. 164) expressões que se define como cultura erudita.

A propósito, expressões como “popular” e “cultura popular” ensejam debates. Bourdieu (2004) diz que termos como *povo* e *popular* são alvos em jogo na luta de intelectuais, de políticos, de religiosos, constituindo, nas lutas internas dos diferentes campos, uma força que pode ser maior ou menor, dependendo da autonomia do campo. O autor alerta para não se cair, por um lado, no populismo, e, por outro, no etnocentrismo de classe, na perspectiva, por exemplo, da língua legítima, que é uma negação da língua popular, considerada pelos dominantes como expressão de seres naturais, selvagens, bárbaros, vulgares.

Em relação ao tema, Cunha (2007) aborda a relação entre conhecimento tradicional e científico, mostrando aproximações e distanciamentos entre eles e apontando para a necessidade de reconhecimento de culturas tradicionais cujos saberes são diferentes dos científicos, conforme abordado por antropólogos como Evan-Pritchard e Claude Lévi-Strauss, os quais afirmam que há premissas diferentes, e não lógicas diferentes, entre ambas as formas de conhecer.

Por seu turno, Stuart Hall, em uma abordagem que destaca a luta de classes, problematiza o termo *popular*, criticando algumas de suas definições/compreensões. Segundo o autor, os séculos XVIII e XIX são fundamentais para se compreender a ideia de cultura popular na sociedade moderna e a definição de cultura popular deve considerar formas e atividades cujas raízes situam-se em específicas condições sociais e materiais de classe incorporadas nas tradições e práticas populares. Para Hall (2003), os termos *popular* e *povo* (sujeito coletivo) são problemáticos, não havendo conteúdo fixo para ambos. “A cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta; é a arena do consentimento e da resistência” (HALL, 2003, p. 263). Dessa forma, o termo *popular* indica um relacionamento um tanto deslocado entre cultura e classes, e o termo *cultura popular* pressiona constantemente a sociedade, estando a ela vinculado por meio de inúmeras tradições e práticas de linhas de alianças e de clivagens²⁴.

Tais considerações não podem ser ignoradas quando, na contemporaneidade, vivemos transformações culturais em diversos planos, com “[...] a enorme expansão de tudo que está associado a ela [cultura], na segunda metade

²⁴ Ainda sobre o tema, ver Certeau (2008), quando reflete sobre cultura popular como lócus de criatividade, inclusive, nas formas de reutilização de produtos industrializados, e Santos (1988), quando discute teoricamente termos como *grande cultura*, *cultura popular* e *cultura de massas*, desconstruindo essas noções.

do século XX, e o seu papel constitutivo, hoje, em todos os aspectos da vida social” (HALL, 1997, p. 16).

Podem-se considerar tais transformações em quatro dimensões: 1/ expansão substantiva da cultura - sua crescente centralidade nos processos globais de formação e mudança, sua penetração na vida cotidiana e seu papel constitutivo e localizado na formação de identidades e subjetividades; 2/ centralidade epistemológica da cultura - sua posição constitutiva nas humanidades e nas ciências sociais de hoje e as modificações na teorização e na análise relacionadas à "virada cultural" (p. 27); 3/ regulação da cultura e 4/ governo da cultura e governo através da cultura (HALL, 1997).

Nesse contexto, cultura é abordada, cada vez mais, como “fator” de desenvolvimento e como potencializadora de soluções de problemas sociais, podendo-se aludir a um certo consenso, nos discursos de organismos multilaterais, na arena internacional, em torno da necessária relação entre desenvolvimento e cultura (MORAES, 2014a; 2014b)²⁵. O consenso nos discursos, explicam Silva e Moraes (2017a), recai, em maior peso, no potencial econômico da cultura, seja na ótica do reducionismo economicista, que prioriza um mercado mundial no qual conglomerados atuam na indústria cultural (a produção e distribuição de bens e serviços de conteúdos culturais com capacidade exponencial de geração de riqueza material), seja na ótica do que se vem denominando “economia criativa” (REIS, 2006) fundada na ideia de cultura como geradora de riquezas intangíveis (simbólicas) e tangíveis (materiais), para além dos marcos da indústria cultural, embora com importantes indefinições conceituais e políticas, confundindo-se muitas vezes com a primeira posição.

A UNESCO (1969) reconhece que desenvolvimento cultural e econômico estão intimamente ligados e chama a atenção para o poderio de países industrializados, poderosamente equipados com meios de comunicação de massa com força de penetração considerável, potencialmente capazes de sufocar culturas

²⁵Segundo Moraes (2014a) a UNESCO, a partir de 1952, vem contribuindo para a construção de acordos e documentos internacionais alimentadores de políticas públicas. “[...] já em 1982, no México, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT) chamou a atenção para o fato de ser a cultura uma base indispensável para o desenvolvimento sustentável.” (MIGUEZ, 2009, p. 2-3). Em 1998, a Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento postulou a política cultural como chave para o desenvolvimento sustentável com foco na diversidade cultural (MORAES, 2014b).

nacionais de países em desenvolvimento, distorcendo ou mal interpretando valores culturais nacionais desses países. De fato,

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos - e mais imprevisíveis - da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma "política cultural" [...] (HALL, 1997, p. 20. Destaque com aspas no original).

E, como observa Eagleton (2011), interesses político-econômicos, geralmente, governam os culturais, definindo uma versão particular de humanidade assim como, acrescento, de rural, urbano e suas relações. Assim, apesar de necessária, a relação entre desenvolvimento e cultura nem sempre se dá de forma efetiva, uma vez que políticas culturais raramente fazem parte de projetos de desenvolvimento, sobretudo, no que tange a povos e espaços rurais localizados no Brasil, como analisa Moraes (2014).

Pensar sobre ruralidades e cultura requer considerar que “cultura abarca o conjunto de processos sociais de significação ou, de modo mais complexo [...] o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2009, p. 41), daí a importância do reconhecimento cultural no sentido de que a ação afirmativa da diversidade cultural deve buscar diminuir a desigualdade social (CANCLINI, 2009). Uma dimensão dessa desigualdade pode ser vista, por exemplo, na disparidade ontológica entre rural e urbano no Texto Brasileiro, inclusive, no que se refere ao domínio do universo da leitura de textos escritos, problema importante na história do país e que se apresenta com grande intensidade entre povos rurais (SILVA; MORAES, 2017a). Além do mais, como observa Moraes (2014a), embora, em termos socioantropológicos, o Texto Brasileiro sobre ruralidades contemple uma diversidade de situações, povos, lugares, territórios e territorialidades, etnias, relações de classe, de gênero, de gerações, dentre outras, é quase mudo em relação ao tema das políticas de cultura, inclusive, no âmbito de programas de desenvolvimento territorial. Essa ausência deve muito à persistência e à força da hierarquia no campo do poder simbólico (BOURDIEU, 2009), portanto, cultural, ao se falar de rural em relação a cidade. Nessa representação, segundo Silva e Moraes (2017a), há uma hierarquização pela qual cidade é tida como pólo superior e, antagonicamente, rural é considerado pólo

inferiorizado. Daí a necessidade de se problematizar rural, conforme já mencionado, como “categoria do pensamento” (CARNEIRO, 2008, p. 9), seja como conceito, seja como representação social.

Como conceito, trata-se de “[...] um tipo especial de representação construído a partir da sujeição sistemática das representações relacionadas ao aspecto da realidade, que está sendo conceituado, a “testes” empíricos” (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 72. Destaque com aspas no original). Em relação a representações sociais, podemos dizer, com base em Moscovici (2004, p. 34), que essas “[...]‘convencionalizam’ os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram”. Assim, além de dar-lhes uma forma definitiva, as representações sociais localizam objetos, pessoas e acontecimentos em uma determinada categoria e gradativamente colocam-nas como modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Ainda, segundo esse autor, elas não apenas convencionalizam, sendo também [...] ‘prescritivas’, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível, a qual é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta ‘o que’ deve ser pensado (MOSCOVICI, 2004, p.35).

Esta pauta teórica é também política e aponta para a necessidade de abrir o debate a partir do reconhecimento da interculturalidade rural/urbana, com base na diversidade cultural. Esta premissa, longe de defender o (r)estabelecimento de hierarquias, toma cultura como eixo primordial em políticas de desenvolvimento territorial sustentável e não apenas como parte de retóricas governamentais.

No Brasil, no âmbito da delimitação administrativa, referida por Abramovay (2000), o arcabouço legal subjacente à classificação de rural e urbano, ao longo do tempo, consagrou o princípio da autonomia dos municípios para delimitar os recortes físicos das zonas urbanas. A partir desse princípio, tornou-se jurídica e politicamente impossível definir critérios objetivos e únicos de distinção entre áreas urbanas e rurais. Em pesquisas do IBGE, por exemplo, rural é definido pelo que o Município define no seu plano diretor, por sua vez, elaborado por uma equipe de técnicos e submetido à aprovação das câmaras municipais (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001; CARNEIRO, 2008)²⁶. No entanto, “observam-se classificações hierarquizadas em

²⁶Sobre critérios da Era Vargas que vigoram no Brasil, ver Veiga (2002). Sobre relações rural/urbanas, no Brasil, ver Wanderley (2009) e Favareto (2007).

uma estratigrafia na qual rural aparece, via de regra, relacionado à ideia de resíduo e de algo que “ainda não é urbano” (SILVA; MORAES, 2017a, p. 4).

Sem dúvida, embora presente nos dias atuais, no Brasil, essa concepção de rural como atraso vem perdendo força ao longo dos anos, e o que se percebe é um reconhecimento (embora tardio) de habitantes do campo como sujeitos de direitos. Como esclarecem Silva e Moraes (2017a), em que pese a trajetória sinuosa e errática de muitas políticas públicas, sobretudo, limitações no que tange à reforma agrária, o acesso a bens e serviços ganhou, recentemente, maior presença entre povos rurais, o que pode ser tomado, com restrições óbvias, como manifestação do exercício da cidadania. A ampliação de bens e serviços, como instalação de energia elétrica, estradas, transportes, água, telefonia, políticas sociais e de saúde, proporcionada pela interiorização do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros, bem como a disponibilidade de espaços culturais sobressaem-se como tão importantes quanto a oferta de empregos rurais.

Assim, no Brasil, embora de forma tímida, o ideário de rural como lugar de atraso vem passando, nos últimos anos, por inflexões. Silva e Moraes (2017a) dizem que o contexto de rápidas mudanças mundiais, na contemporaneidade, interpela o debate atual sobre o chamado “mundo rural”, instigando um repensar das configurações materiais e simbólicas de rural e urbano e suas relações. O campo passa a ser visto como lugar de vida, e não apenas como espaço de produção agrícola, entretanto a força econômica do agronegócio vem se destacando no evidente favorecimento de empresas agropecuárias e correlatas, em detrimento da população que vive da agricultura familiar e do assalariamento.

Sem dúvida, apesar dos avanços, no Brasil, ainda se pensa sobre povos rurais como sinônimos de atraso, de incivilidade, de atividades braçais, de pessoas com estereótipos de “mal vestidas” e de linguajar “inculto”, assim como rural ainda é concebido como espaço limitado à agricultura, mesmo contra as evidências.

Para além dessa estereotipia decorrente das hierarquias instituídas no campo do poder simbólico, Wanderley e Favaretto (2013) apresentam uma tipologia de rurais, apontando para diferentes condições e situações no Brasil. Para autora e autor, a construção de tipologias “se explica na medida em que se constitua como uma chave de leitura, que englobe a grande diversidade e heterogeneidade dos espaços rurais” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 456), bem como proponha as referências unitárias ou de síntese que as articulam. Assim, uma das condições para

que esse exercício teórico e metodológico ofereça resultados consistentes é a identificação de patamares ou escalas nos quais a ruralidade se reproduza de forma concêntrica, assumindo, em cada caso, uma intensidade e um significado específicos. O primeiro desses patamares é referente ao espaço imediato de moradia da população rural. Em abordagem inicial, distinguem-se as seguintes situações: 1- “rural empobrecido”; 2- “rural socialmente vazio” e 3- “rural como espaço de vida e de trabalho”. Em um segundo patamar, a análise refere-se à tipologia de municípios, capaz de distinguir municípios rurais e urbanos (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 456-457). Nesse sentido, não se pode ignorar nem homogeneizar a diversidade de rurais, no país, como defendem Almeida (2009), Brandão (2007), Moraes e Vilela (2013), dentre outros.

Embora representações de rural e de povos rurais venham ganhando novas dimensões, como destaca Carneiro (2012), pode-se reconhecer, sobretudo, na sociologia de tradição urbano-industrial, tendência à valorização de urbano como espaço da civilização, de progresso e de modernidade, e de rural – em que pesem as inflexões referidas, sobre certa valorização de rural – ainda visto pelo estigma do atraso e da representação de sociedade estática, por mais que as realidades empíricas ponham em xeque essa representação que, em larga medida, incide no fato referido por Moraes (2014a): políticas de cultura não têm protagonismo nas políticas de “desenvolvimento rural” no Brasil²⁷.

Talvez, segundo Silva e Moraes (2017a), isso tenha a ver com dois fatos importantes e constatáveis Brasil afora: primeiro, dificilmente, há equipamentos culturais (museus, bibliotecas, teatros, cinemas), à exceção de escolas, um ou outro “Centro Comunitário”, alguns equipamentos com fins turísticos, em áreas rurais, sobretudo no estado do Piauí; segundo, a cultura de povos rurais ainda é, via de regra, traduzida como folclore e, no campo de políticas de cultura, costuma ficar restrita a “políticas de eventos”²⁸, embora haja importantes iniciativas que superam essa abordagem. Além disso, existe uma ideia arraigada no imaginário das pessoas de que em territórios rurais não há “espaço” para equipamentos culturais, porque povos do campo são “incultos”. Some-se a isso a suposição enraizada, inclusive na gestão pública, de que “há outras prioridades”.

²⁷ A autora compara, por exemplo, a europeia estratégia Leader e a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Para detalhes, ver Moraes (2014b; 2015).

²⁸ Para uma crítica da política cultural restrita a política de eventos, ver Pereira (2011), que trata do bumba-meu-boi em Teresina.

Assim como há uma hierarquização no campo do poder simbólico entre rural e urbano, existe também uma hierarquização na representação de cultura. De fato, ainda existe o predomínio da associação de rural a habitantes tidos(as) como incultos(as) – em um sentido identificado por Williams (2011), na Inglaterra, a partir da sua própria trajetória familiar e da sua experiência universitária em Cambridge –, e considerados como meros corpos funcionais. Talvez seja esse um dos principais motivos para que as políticas culturais voltadas ao rural ainda não tenham recebido a devida atenção nem o devido protagonismo.

Diante dessas considerações faz-se necessário pautar esse debate, no Brasil, a partir do reconhecimento da interculturalidade e da diversidade cultural rural/urbana, tomando cultura como eixo primordial em políticas de desenvolvimento territorial sustentável (SILVA; MORAES, 2017a). Dessa forma, concordo com Canclini (2009) quando diz ser preciso ter comunicação entre diferentes, corrigir desigualdades e democratizar o acesso a patrimônios interculturais.

No Brasil, a cobrança por políticas culturais que favoreçam habitantes de regiões rurais vem de movimentos sociais, a exemplo da inclusão de equipamentos culturais no campo, inclusive de bibliotecas. Afinal, cultura como direito de todos está inscrita na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o que é reafirmado na Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Moraes (2014a, 2015b) considera que, em termos fáticos, ainda estamos distantes desse reconhecimento e que, mesmo com algumas iniciativas localizadas, no país, políticas de cultura ainda não apresentam protagonismo em programas de desenvolvimento rural. Mesmo no Programa Territórios da Cidadania (PTC), em cujo texto aparecem referências a cultura, o carro-chefe, diz a autora, são políticas de transferência de renda, econômicas e sociais, sem desconsiderar a presença de programas como o Arca das Letras e o Territórios Digitais, ambos do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de outros órgãos, como o MinC e o Ministério da Educação (MEC).

Como lembra Machado (2010), historicamente, o Ministério da Cultura tem trajetória irregular, entre existir e não existir e apresenta-se como instituição com recursos escassos e diminuta estrutura organizacional, incompatível com as

demandas atuais de um país com tamanha diversidade. O MinC foi criado em 1985 pelo Decreto nº 91.144 do governo José Sarney. Antes, as atribuições dessa pasta eram de autoridade do Ministério da Educação, que, de 1953 a 1985, chamava-se Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, o MinC foi transformado em Secretaria da Cultura vinculada à Presidência da República, situação revertida pouco mais de dois anos depois, em 1992, pela Lei nº 8.490, no governo Itamar Franco. Em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, o MinC foi reorganizado pela Lei nº 9.649. Em 2003, durante o primeiro governo Lula, o Ministério foi reestruturado por meio do Decreto nº 4805, com três diretorias (Gestão Estratégica, Gestão Interna e Relações Internacionais), sete Representações Regionais²⁹ e seis Secretarias: Fomento e Incentivo à Cultura, Políticas Culturais, Cidadania Cultural, Audiovisual, Identidade e Diversidade Cultural e Articulação Institucional. A partir de 2003, deslanchou-se um processo de institucionalização da cultura, como veremos adiante.

Importante ressaltar uma particularidade do caso estudado nesta pesquisa: é que o Programa Arca das Letras não está vinculado ao MINC, mas ao extinto MDA, que, a partir de maio de 2016, deixou de existir como ministério, sendo, primeiramente, fundido ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), resultando no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e, mais recentemente, sendo transferido do MDSA para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculado à Casa Civil da Presidência da República. As inconstâncias na existência do MINC, a extinção do MDA, rebaixado a Secretaria, a gestão do Programa Arca das Letras pelo MDA, quando poderia ser em parceria com o MinC, as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro e a falta de uma ação programática sólida de políticas culturais voltadas a povos rurais constituem parte do problema abordado.

A formação social é um dos fatores mais importantes para delinear uma política cultural, incluindo formas e funções dos espaços a ela destinados, pois cada região apresenta seu perfil, formado no tempo. As tradições locais moldam os centros de cultura e, quanto mais fortes forem, mais os seus traços serão visíveis nas suas atividades (MILANESI, 2003), mas a efetivação de políticas culturais

²⁹ Nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

depende de um conjunto de iniciativas apresentadas sob forma institucionalizada mediante leis, decretos, programas e projetos, configurando ações.

O Brasil, nas últimas duas décadas, promoveu avanços significativos no campo institucional das políticas de cultura, instituindo os referidos SNC e PNC, que, além do âmbito nacional, também foram previstos para serem instituídos nos planos estaduais e municipais. Todavia, como observam Silva e Moraes (2017a), as diretrizes da política cultural seguem a perspectiva internacional expressa na Agenda 21 da Cultura³⁰, que considera cidade como o local onde se dá a ação coletiva, espaço privilegiado de intercâmbios e elaborações; palco no qual indivíduos exercem pressões por direitos; lugar dos encontros, da conversa de longa duração que é a cultura.

Assim, cidade é representada como espaço de ampliação dos horizontes culturais, como portadora da força aglutinadora da cultura na construção de projetos coletivos. Como observa Moraes (2015b), ao foco no espaço citadino subjaz a ideia de que ele possibilita a elaboração de políticas com maior aproximação a demandas e projetos locais. Também deveria ficar evidenciado que cidade deve ser pensada na relação com o seu entorno, ou seja, com o rural, sobretudo, quando o foco na cidade pode ter desdobramentos diferentes, em realidades diferentes. No caso brasileiro, por exemplo, considerando-se a forma pela qual rural é concebido, há implicações diretas desse foco na cidade, traduzidas na ausência e/ou fragilidade de abordagens, nas agendas teórica e política, de temas como políticas culturais e ruralidades. Assim, investigações ainda são incipientes no trato da problemática da atuação do Estado no campo da cultura e das ruralidades.

Assim, as diferenças históricas de investimentos públicos em áreas urbanas e rurais, no Brasil, requerem redirecionamentos que levem em conta as realidades múltiplas, ou seja, que se considere a própria diversidade cultural nos diversos rurais, Brasil afora, na busca da paridade entre rural e urbano (SILVA; MORAES, 2017a; 2017b). E uma dessas disparidades históricas pode ser vista na experiência

³⁰“La Agenda 21 de la Cultura fue aprobada el 8 de Mayo de 2004 por las ciudades y gobiernos locales del mundo comprometidos con los derechos humanos, la diversidad cultural, lãs ostenibilidad, la democracia participativa y la generación de condiciones para la paz. **Este documento apuesta por establecer las bases de um compromiso por parte de lãs ciudades y los gobiernos locales para el desarrollo cultural.** Um creciente número de ciudades y gobiernos locales del mundo entero ha aprobado la Agenda 21 de la cultura en sus instancias de gobierno” (<http://www.agenda21culture.net/es/documentos/agenda-21-de-la-cultura>, grifo no original).

de leitura de textos escritos, considerando-se, inclusive, políticas de incentivo ao livro e à leitura.

1.3 Políticas culturais no Brasil: qual o lugar dos rurais entre propostas de democratização da cultura e de democracia cultural?

A noção de políticas culturais, nesta pesquisa, parte da perspectiva que assinala:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (CANCLINI, 2005, p. 40).

No caso brasileiro, o estudo de políticas culturais é objeto de interesse recente. Autores(as) como Rubim (2007), Calabre (2007) e Ventura (2005) abordam a tradição da relação entre autoritarismo, intervenções do Estado na cultura e políticas culturais no país.

De acordo com Calabre (2007, p. 1), “a institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais” no país, o que é corroborado por Rubim (2007), quando diz que políticas culturais no Brasil tiveram caráter tardio, sendo inauguradas apenas na chamada Era Vargas, a partir dos anos 1930, no contexto de importantes mudanças societárias. Assim, entre 1930 e 1945, ganharam corpo as primeiras políticas culturais no país, cuja trajetória produziu tristes tradições e enormes desafios. Essas tradições podem ser sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. Ausência no sentido da inexistência em tempo mais antigo; autoritarismo e instabilidade, considerando-se a errática trajetória entre sua modalidade neoliberal – cuja ênfase foi posta nas leis de incentivo³¹

³¹ As políticas culturais, no processo de redemocratização do país e criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, restringiram-se a leis de incentivo à cultura, a chamada Lei Sarney (Lei n. 7.505/86), posteriormente substituída pela Lei Rouanet (Lei n. 8.313/91). Tais leis permitem que pessoas físicas ou jurídicas doem parte do imposto de renda para apoiar projetos culturais. Contesta-se o poder dado ao setor privado para escolha do projeto a receber o incentivo, tirando a prerrogativa de o setor público investir em lugares, linguagens e grupos sociais de maior necessidade, ampliando as chances de acesso a paridades culturais, seja na região urbana, seja na rural, e a democracia cultural (MORAES JUNIOR, 2010). Além do mais, com as empresas

presentes até hoje, como a substituição do Estado pelo mercado – e regimes autoritários, seja com Getúlio Vargas, seja na ditadura civil-militar dos anos 1960 aos anos 1980, com suas respectivas ideologias nacionalistas (RUBIM, 2007, 2010), as quais se restringiram a medidas que visavam à preservação do conjunto dos símbolos tidos como formadores da nacionalidade, tais como o patrimônio edificado e as obras artísticas da chamada cultura erudita, durante muito tempo. Nessa perspectiva, expressões culturais ditas “populares” foram acionadas em ações de cunho populista, sendo classificadas como folclore nacional.

A instabilidade evidencia-se na própria referida trajetória de altos e baixos do MinC. Como vimos, e como diz Moraes Junior (2010), com o processo de redemocratização do Brasil, criou-se o Ministério da Cultura, em 1985, mas o órgão foi extinto por duas vezes: a primeira durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) e a segunda, no atual governo do presidente Michel Temer (2015-2018), sendo depois reabilitado devido à pressão do movimento de artistas brasileiro(as). Além do mais, já somam vinte e um o número de ministros da cultura, no período pós-ditadura civil-militar: cinco no governo José Sarney, dois no período de Fernando Collor, três durante o mandato de Itamar Franco, um nos governos Fernando Henrique Cardoso, dois no governo Luís Inácio Lula da Silva, quatro no governo Dilma Rousseff e quatro no atual governo Michel Temer, numa média de um e meio, mais ou menos, a cada ano. Essa instabilidade é reveladora da própria instabilidade do processo de instalação institucional da gestão nacional de cultura.

Rubim (2007, 2010) ressalta o quanto a tradição de instabilidades que caracteriza a administração estatal no Brasil afeta a área cultural³². Segundo o autor, os ministros Gilberto Gil e Juca de Oliveira, no governo Lula, tentaram resolver problemas da gestão da cultura que demandam políticas continuadas e

ficando com a decisão sobre a alocação final dos recursos de incentivos fiscais, a ação do Estado ficou fragilizada (BARBOSA, 2008).

³² “No campo da teoria antropológica, a expressão [área cultural] encontra-se no vocabulário da escola culturalista norte-americana de viés difusionista da primeira metade do século XX, referindo-se a uma região geocultural caracterizada por certos traços culturais compartilhados. No campo da institucionalização e da gestão pública, organizado setorialmente, reporta-se a uma área específica, que se afunila desde o Ministério da Cultura, no governo federal, a secretarias, fundações etc., nos níveis estadual e municipal. Essa setorialização tanto reflete uma concepção de cultura subjacente à gestão pública, como também contribui para instituir sentidos à cultura como um campo ou área específica, o que muitas vezes dificulta tomá-la em sua transversalidade. Utilizo os termos área/campo da cultura neste texto no sentido atribuído pelo vocabulário da gestão pública” (MORAES, 2012, p. 1).

consistentes. Na atualidade, ainda conforme esse autor, três movimentos assumem lugar central na formação de políticas de Estado: a instituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC)³³; a elaboração e institucionalização do Plano Nacional de Cultura (PNC)³⁴, com correspondências nos municípios e estados, e o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150, de 2003, apensado à PEC 421, que estabelece recursos financeiros destinados à cultura, permanecendo em tramitação desde o ano de 2015.

Assim, em termos de gestão da cultura, no Brasil, a partir de 2003, o Estado passou a dialogar mais amplamente com a sociedade civil e a identificar e valorizar expressões culturais até então ignoradas. A partir daí, ampliaram-se os debates e possibilidades de participação de amplos e diversos setores da sociedade na construção de políticas públicas para a área, redefinindo rumos em relação à gestão pública de cultura. Em 2005, foi criado o referido SNC, com o objetivo de integrar os órgãos, programas e ações do governo federal, e, em 2010, foi aprovado o PNC (BRASIL, 2010), que constitui um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas para os próximos dez anos, ou seja, até 2020.

Um dos grandes desafios decorre de que as principais iniciativas na área de política cultural deram-se, historicamente, no Brasil, até os anos 2000, em regimes autoritários ou em governos fortemente demarcados por políticas neoliberais, de modo que a combinação entre política cultural e democracia liberal e pluralista é um fato novo no processo contemporâneo (VENTURA, 2005, p. 79), deslançado a partir de 2003, com muitos percalços³⁵ e algumas conquistas³⁶, mas já tendo sofrido

³³ O Art. 216-A da Constituição República Federativa do Brasil (CF) de 1988 diz que o SNC, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. O SNC fundamenta-se na Política Nacional de Cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no PNC.

³⁴ O PNC, instituído pela Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira. Cf. <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->

³⁵ Apesar de ter anunciado a proposta do PNC como prioridade durante a campanha presidencial em 2002, o Governo Lula chegou ao seu segundo mandato sem conseguir implementá-lo (REIS, 2010). Essa dificuldade de implementação aponta para o fato de a democracia cultural no país ainda não ter a amplitude necessária.

³⁶ Dentre as quais, além da instituição do PNC e do SNC, a participação de diversos setores sociais e culturais, através de conferências realizadas nos níveis municipal, estadual, regional e nacional e os diversos programas e projetos com financiamento para apoio a iniciativas diversas, a exemplo do Programa “Pontos de Cultura” e “Mais Cultura na Escola”, dentre outros, que investiram no reconhecimento de culturas quilombolas, de povos originários, de gênero, de povos de terreiro e tantas outras Brasil afora. Some-se a política de capacitação de gestores e gestoras culturais, a institucionalização da base de dados Sistema Nacional de Indicadores Culturais (SNIIC) e a

forte ataque e retrocesso, a partir de 2016, com a mudança do governo Dilma Rousseff para o governo Michel Temer.

Considerando que o Brasil continua com o desafio democrático de conciliar igualdade social, pluralismo cultural, cidadania e economia política, lembro com Calabre (2007) esclarece que a cidadania cultural contribui para a superação de desigualdades e para o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural, mas, como adverte Cunha Filho (2010), ocorre uma banalização conceitual de cidadania a partir de sua adjetivação indiscriminada. Esse autor, que trabalha a temática dos direitos culturais, sugere a construção de legislação específica com a participação de todo(as) que se interessem por cultura, e não apenas de uma parcela restrita da população. Fazem-se também necessárias leis de mais fácil compreensão, em que se reconheça a produção de normas pelo sistema de costume ou oriundas da democracia direta, com participação popular.

Assim, políticas de cultura, no Brasil, devem basear-se na compreensão de cultura como direito, portanto, como pressuposto de cidadania, uma das bases discursivas do SNC e do PNC. De fato, cultura como direito de cidadania está previsto no Plano Nacional de Cultura, como se vê em seu capítulo 3:

O acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento é um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a formação da subjetividade e dos valores sociais. É necessário, para tanto, ultrapassar o estado de carência e falta de contato com os bens simbólicos e conteúdos culturais que as acentuadas desigualdades socioeconômicas produziram nas cidades brasileiras, nos meios rurais e nos demais territórios em que vivem as populações. (BRASIL, 2012, p. 189, grifo meu).

Para Simis (2007), política cultural é parte das políticas públicas que genericamente significam escolha de diretrizes gerais que incluam ação direcionada para o futuro e cuja responsabilidade é de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis. Tal premissa ganha evidência nos atuais debates internacionais sobre políticas culturais, que têm como um primeiro marco as conferências da Unesco nos anos 1970.

importante consequência da criação de cursos acadêmicos, sobretudo, na pós-graduação *stricto sensu* sobre cultura e gestão da cultura.

Como lembram Lima, Ortellado e Souza (2013), nos debates sobre políticas culturais modernas, demarcados por conferências da Unesco nos anos 1970, aos poucos, foi ganhando corpo, teoricamente, a distinção entre políticas de democratização da cultura e políticas de democracia cultural. As primeiras tidas como aquelas que visavam ampliar o acesso a atividades e produtos da cultura considerada de elite, a cultura “legítima”³⁷, na perspectiva de democratizar esse acesso. As segundas, teoricamente, visavam, com base em concepção dita socioantropológica, reconhecer, valorizar e apoiar, também, práticas culturais ditas populares³⁸, visto que, como explica Fleury (2009), as segundas podem conter ações de democratização, mas não podem resumir-se a elas.

Na perspectiva da UNESCO (1969), em uma política de cultura, viabilizar que pessoas participem de atividades culturais não significa convidá-las a estar presentes como espectadores(as) passivos(as) em um evento cultural, mas associá-los(as) cada vez mais à ação cultural e tentar estimular seus poderes de criação. Impõe-se, então, pensar cultura na perspectiva da diversidade, o que implica, sobretudo, no reconhecimento (OLIVEIRA, 2006; VENTURA, 2010), (HONNETH, 2003) dessa diversidade na esfera pública, como base da democracia cultural, pela compreensão de cultura como qualidade de todos os seres e grupos humanos.

A perspectiva da democratização da cultura, portanto, fica limitada, uma vez que se apoia na ideia de cultura “legítima”, como se só quem fosse detentor(a) de saberes da cultura letrada tivesse cultura, a qual deveria ser “expandida” para povos mais “afastados” dos grandes centros urbanos. A vertente da democracia cultural reconhece conhecimentos tradicionais e saberes próprios de cada povo e região. (SILVA; MORAES, 2017b), o que se articula ao que diz Freire (1982) sobre o fato de que uma coisa é uma unidade entre prática e teoria, numa educação orientada no sentido da libertação, outra é a mesma unidade numa forma de educação para a “domesticação”.

³⁷ Para uma problematização desse tema, cf. Bourdieu (1992, 1987, 2007, 2009), autor que reflete criticamente sobre reprodução e capital cultural.

³⁸ Sobre o tema, ver ainda Canclini (1987), quando fala sobre a oposição entre os paradigmas da democratização da cultura e da democracia participativa, e Ander-Egg (1987), que vai na mesma direção. Além disto, este último refere a outros paradigmas políticos: mecenato liberal (concedido pela burguesia e fundações industriais e empresas privadas, com base em critérios pessoais, de gosto e investimentos de capital); tradicionalismo patrimonialista (visando à coesão social pela criação de uma identidade nacional e pela valorização do patrimônio); estatismo populista (identificação entre o nacional e o popular, tendo o Estado como portador da identidade nacional); privatização neoconservadora (maior importância dada à iniciativa privada e defesa da supressão da atuação estatal).

A filosofia da democratização da cultura foi primordial no modelo francês de política cultural adotado por André Malraux quando ministro da Cultura, em 1960, o qual tinha a missão declarada de tornar acessíveis as obras capitais da humanidade ao maior número de franceses(as) (COULANGEON, 2014). A tarefa prioritária dessa política cultural era reduzir desigualdades de acesso à “alta cultura” (BOURDIEU, 2007), ou cultura erudita. Essa concepção, focada na redução das diferenças sociais e geográficas das oportunidades de acesso à cultura, é criticada, como faz Bourdieu (2007), quando trata de temas como “distinção” e “legitimidade cultural”³⁹.

A ideia de democracia cultural foi divulgada na França nos meios artísticos e culturais e baseia-se em um certo relativismo cultural. As diferenças observadas na frequência de equipamentos, ou nas práticas culturais são pensadas mais em termos de diferenças do que de desigualdades.

No entanto, as bases do paradigma da democratização da cultura podem ser encontradas na perspectiva evolucionista da cultura. Como diz Bauman (2013, p.14) a perspectiva da colonização revelou-se um estímulo poderoso à ideia iluminista de cultura. Numa imagem da visão de “esclarecimento do povo”, forjou-se o conceito de “missão do homem branco”, civilizatória⁴⁰, qual seja, a de “salvar o selvagem de seu estado de barbárie”, ganhando a forma de teoria cultural evolucionista, que promovia a ideia do mundo “desenvolvido” a ser imitado e ambicionado pelo restante do planeta. Na busca desse objetivo, o “resto do mundo” deveria ser ativamente ajudado e, em caso de resistência, coagido. Essa perspectiva teórico-política atribuiu à sociedade “desenvolvida” a função de converter demais habitantes do planeta e encontra-se na base das relações as quais, com base em Gohn (2015), Ballestrin (2013), Miglievich-Ribeiro (2014), podem ser pensadas como relações entre modernidade e colonialidade, caso da América Latina hoje.

A realização de políticas públicas, inclusive culturais, passa, portanto, conforme Cortes e Lima (2012), pela sociedade que influencia e é influenciada pelas políticas governamentais em um espaço de trocas constituídos por relações de poder. As autoras dizem que estudos sobre estratificação, estrutura social, desigualdade social, e relações com as instituições políticas constataram que

³⁹ Embora ainda prevaleça uma hierarquização, com cultura significando erudição, no sentido do que Bourdieu (2007) denomina distinção, vale lembrar que, na perspectiva antropológica cultura, reporta-se à dimensão simbólica da vida social a qual, inclusive, incide na educação formal e informal e dialoga estreitamente com o tema das relações rural-urbanas.

⁴⁰ Ver em Cucho (2002) referência ao debate franco-alemão sobre cultura e civilização, termos que reportam às visões particularista (cultura) e evolucionista (civilização) da Antropologia Cultural.

existem oportunidades desiguais de acesso a bens e serviços e que disso decorrem possibilidades diferenciadas de exercício de influência sobre processos políticos. Assim, no caso brasileiro, áreas e povos rurais não recebem a mesma atenção dada a áreas urbanizadas em diversas políticas, principalmente políticas culturais (SILVA; MORAES, 2017b).

Nesse sentido, a preocupação com acesso, produção, fruição, no que tange a bens culturais, não deve limitar-se às classes privilegiadas nem às populações urbanas, tornando-se necessário problematizar a subestimação da capacidade criadora e recriadora de povos rurais. Como aponta Freire (1982, p. 32), “desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que achem, tentar ‘enchê-los’ com o que aos técnicos lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante”. Para ele, as técnicas, o saber científico, assim como o procedimento empírico de povos rurais encontram-se condicionados histórica e culturalmente, sendo expressões culturais tanto as técnicas de especialistas quanto o comportamento empírico de povos do campo.

Como então pode ser vista, em termos mais específicos, a referida trajetória das políticas de cultura, no Brasil? Lima, Ortellado e Souza (2013) apresentam uma tipologia de três grandes gerações de políticas públicas na área da cultura⁴¹: uma geração de formação da identidade e preservação do patrimônio; outra, de intervenção e regulação econômica, e a última, de produção e difusão cultural, como detalhadas no Quadro 2, a seguir.

⁴¹“Podemos dizer que as tentativas de classificar as políticas culturais utilizam duas abordagens distintas: as classificações a partir das ideologias estatais e as classificações por meio das especificidades dos objetivos da política pública. De certo modo, essas abordagens enfatizam aspectos diferentes do objeto: uma, enfatiza a dimensão política e a outra, a dimensão de política pública (reproduzindo a distinção clássica entre *politics* e *policy*). [...], propomos uma tipologia das modalidades de intervenção do Estado no campo da cultura” (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 2).

Quadro 2 – Tipologia das políticas culturais no Brasil

Classificação das políticas	Modalidade de política	Concepção de cultura	Objetivo	Instrumentos de intervenção
De <u>primeira geração</u> : consolidação da identidade e preservação do patrimônio	Afirmação da identidade nacional	Identidade nacional	Consolidar a identidade nacional e preservar o patrimônio	Museus históricos nacionais, monumentos cívicos, missões folclóricas de resgate da cultura nacional
	Reconhecimento da diversidade	Diversidade identitária	Reconhecer a diversidade das comunidades que integram o Estado nacional	Museus étnicos, patrimônio imaterial
De <u>segunda geração</u> : intervenção e regulação econômica do setor cultural	Proteção à indústria cultural nacional	Conjunto de bens simbólicos reproduzíveis serialmente	Diminuir o impacto (cultural/econômico) da indústria cultural estrangeira e fortalecer a nacional	Cotas cinematográficas, estímulo fiscal à produção de conteúdo nacional
	Fomento à economia criativa	Setor de atividade econômica	Fomentar o setor econômico criativo	Incentivo a setores criativos, <i>clusters</i> , cidades criativas
De <u>terceira geração</u> : difusão e produção cultural	Democratização da cultura	Belas artes	Ampliar o acesso à cultura consagrada	Centros culturais orientados à difusão, orquestras públicas com entradas subsidiadas
	Democracia cultural	Modo de vida	Apoiar a produção simbólica dos diversos segmentos sociais	Fomento à cultura popular e comunitária

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação com base em Lima, Ortellado e Souza, (2013, p. 10).

Embora seja possível periodizar tais modelos, os autores chamam a atenção para o fato de que essas modalidades de políticas são, ao longo do tempo, somadas e não substituídas. Assim, tem-se um processo no qual ocorre execução simultânea, de maneira cumulativa, ou seja, uma não substitui a outra, de forma que é possível identificar todas nos dias atuais. Nesses termos, a ideia de geração não corresponde a uma sequência temporal, mas a uma forma de classificação lógica da natureza da política. Como esclarecem os(as) autores(as),

A numeração das gerações segue uma ordem cronológica de origem. No entanto, como trata-se de um modelo cumulativo, no decorrer do tempo – com a ressignificação das políticas dentro de cada uma das gerações – o conceito de geração cumpre uma função predominantemente lógica. (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 10, grifos meus)

Sem dúvida, políticas culturais são espaços de disputa de interesses, de relações de poder, de lutas pela erradicação de desigualdades sociais. Assim, concordando com Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), cultura refere a conjuntos de significados que integram práticas sociais, não se podendo desconsiderar as relações de poder envolvidas. Dessa forma, a expressão "política cultural", utilizada nesta dissertação, refere-se ao processo pelo qual a dimensão cultural torna-se fenômeno político, inclusive nas lutas pela igualdade das relações sociais. Trata-se de lutas, muitas vezes, de movimentos sociais, aos quais “os estudos culturais não deram importância suficiente como aspecto vital da produção cultural!” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 19).

Assim, a compreensão de que cultura é de todos, como afirma Williams (1958), é fundamental ao entendimento de quem somos e para onde vamos, em sentido divergente da definição de cultura pensada de forma isolada das pessoas comuns e do trabalho comum. A cultura está em toda parte, portanto não é mérito nem privilégio de uma classe especial ou de um grupo específico de pessoas, lugar ou populações. Nessa direção, para Moraes (2014b), a reflexão sobre ruralidades, cultura e desenvolvimento aponta para o tema do direito à livre participação na vida cultural e para a universalização do acesso a bens culturais que não devem ser restritos às classes privilegiadas nem a populações urbanas, mas visar à paridade ontológica entre povos urbanos e rurais.

Quanto a ações de políticas de cultura voltada a povos rurais com atuação direta do MinC, sobretudo, a partir de programas como Mais Cultura, em especial,

no que tange a pontos de cultura, o Quadro 3, a seguir, traz algumas indicações, com base em Moraes (2014b), a partir de uma “garimpagem”, como diz a autora, em comunicação oral realizada por ela em 2014.

Quadro 3 – Atuação do Sistema MinC e parceiros voltada total ou parcialmente a povos rurais

Programas/ Iniciativas/ Editais/ Eventos	Objetivos declarados	Abrangência/ lançamento	Atores envolvidos/ Parcerias
Tela¹ Rural (Iniciativas contempladas com Edital de “Pontos de Cultura”²)	1/Focar no potencial da cultura do meio rural e a importância que assume dentro da nova fase do Programa “Cultura Viva”; 2/ Coleta de informações junto aos integrantes de Pontos de Cultura a fim de elaborar edital específico para as formas de expressão da cultura rural. Tal edital, ainda em elaboração, está sendo realizado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude.	Encontro Nacional. realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 2013.	Integrantes de Pontos de Cultura de vários estados, e gestores culturais de outros países; Secret. da Cidadania e da Divers. Cultural/MinC.
Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural	Promover ações articuladas, dentro do Governo Federal, para a juventude rural brasileira, voltadas à geração de renda e à formação da cidadania.	Nacional. Setembro de 2013	Secretarias: Juventude; Cidade; Divers. Cult./MinC; INCRA, CONAB, Secr. da Agr. Familiar/MDA Secr. de Inclusão Digital/Min. das Comunicações.
Arca das Letras (Bibliotecas Rurais)	Implantar bibliotecas para facilitar o acesso ao livro e à informação no meio rural brasileiro.	Criado em 2003	MDA e MinC.
Festival da Juventude Rural	Proporcionar o encontro de diversas entidades sindicais rurais, bem como de jovens camponeses/as, a fim de discutir/debater sobre a juventude do/no campo. No evento há apresentações artísticas, palestras, e oficinas sobre juventudes e ruralidades. Dura cerca de cinco dias.	Realizado pela primeira vez em 2007, em Brasília- DF.	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG e MinC
Pontos de Cultura (rurais)	Promover o estímulo às iniciativas culturais da sociedade civil já existentes, por meio da consecução de convênios celebrados após a realização de chamada pública.	Programa criado em 2004.	MinC e Sociedade Civil
Departamento de fomento e promoção da cultura afro brasileira	Fomentar, valorizar, e preservar a cultura e o patrimônio cultural afro-brasileiro, articulando ações do Governo Federal, de grupos culturais e de atores da sociedade civil. Subsídios à formulação de diretrizes para a implantação de ações de promoção da cultura afro-brasileira e facilitação do acesso de grupos culturais aos mecanismos de fomento. Editais públicos.	Nacional	Fundação Cultural Palmares/MinC, Grupos Culturais, Sociedade Civil
Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra -CNIRC	Fomentar atividades de estudos, pesquisas, e de produção e sistematização de dados e informações relativas à cultura afro-brasileira; disseminação de informações qualificadas de temática negra.	Nacional	Coordenação Geral; Coordenações de: Estudos e Pesquisas-COEP e Disseminação de Informações-CDI
Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra – NUFAC	Ação voltada para cumprir as diretrizes estabelecidas pelos Plano Plurianual do Governo Federal e PNC – Meta 18, e contribuir para o Plano Juventude Viva, de enfrentamento à violência contra a juventude negra. Possibilita a implantação de Núcleos de Formação, voltados para capacitação profissional de jovens negro/as para o mercado da cultura. Incentivo à promoção, preservação e difusão do patrimônio e das expressões artístico-culturais afro-brasileiras.	Nacional Lançado em 2012	Fundação Cultural Palmares/MinC, Grupos Culturais, Sociedade Civil
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro- Brasileiro-DPA	Atividades relacionadas à proteção/preservação/promoção da identidade das comunidades remanescentes de quilombos e das comunidades religiosas de matriz africana. Procedimentos quanto ao registro das declarações de autodefinição apresentadas, expedindo a certidão. Apoiar e articular ações culturais, sociais e econômicas com vistas à sustentabilidade de grupos tradicionais: assistir e acompanhar ações de regularização fundiária dos já certificados, propondo atividades que assegurem a sua assistência jurídica.	Nacional	Fundação Cultural Palmares/MinC, IPHAN, Comunidades Quilombolas, Grupos Culturais

Fonte: Moraes (2014b)

O Programa Arca das Letras, por exemplo, originado de pautas do movimento social, reflete o resultado de lutas não só pelo acesso a livros e à prática da leitura entre povos rurais, mas também pela contribuição para uma política voltada à democracia cultural, necessariamente, incluindo povos rurais, como se lê no texto do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA).

O Plano de Reforma Agrária reconhece o direito das comunidades rurais à cultura, entendida como a valorização de suas práticas culturais e o acesso ao patrimônio da civilização humana. O MDA irá estender aos assentamentos de Reforma Agrária e às comunidades rurais beneficiadas pelo Plano o projeto Arca das Letras, que vem sendo implementado em caráter piloto no Nordeste e no estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de proporcionar alternativas de estímulo à leitura desenvolvida com uma metodologia apropriada ao meio rural e coordenada por monitores da própria comunidade. Ações de registro e difusão das expressões culturais no meio rural contribuirão para que as populações urbanas conheçam a riqueza e a diversidade do meio rural, valorizando e reconhecendo sua contribuição para a formação social e cultura brasileira. Mas, acima de tudo, contribuirá para fortalecer a autonomia das populações rurais. Em conjunto com o Ministério da Cultura. Será elaborada uma política cultural para o meio rural brasileiro, orientada para o conhecimento, valorização e difusão das identidades culturais, para a ampliação dos equipamentos culturais no meio rural e para o acesso a formas diferenciadas de expressão cultural (BRASIL, 2004, p. 35, grifos meus).

Nessa visão declarada no II PNRA, cultura não pode ser desvinculada da dimensão política, porque, por exemplo, ao se problematizarem relações de gênero, concepções de natureza, raça, economia, democracia ou cidadania e as próprias concepções de rural, de povos rurais e das relações campo-cidade, desestabilizam-se significados culturais dominantes. Movimentos sociais põem em ação a crítica cultural, a qual, por sua vez, age na tentativa de desafiar ou desestabilizar as políticas dominantes (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000) e, muitas vezes, demandam políticas de cultura. Como lembra Ventura (2005), trata-se de lutas por reconhecimento. De fato, discursos e ações de movimentos sociais podem desestabilizar políticas dominantes e práticas excludentes.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS DE LEITURA NO BRASIL E O PROGRAMA ARCA DAS LETRAS: ATORES, CONTEXTOS E PROCESSOS

Um país se faz com homens e livros.

Monteiro Lobato⁴²

Este capítulo trata de políticas de leitura na perspectiva das políticas culturais, e de elementos de sua trajetória no Brasil. Como parte da argumentação, evidencia a relação entre livro, leitura, biblioteca e o próprio mercado capitalista, que influencia, inclusive, a prática leitora de brasileiros e brasileiras, sendo, portanto, a prática da leitura, muitas vezes, um produto desse mercado.

O país enfrenta desafios históricos para melhorar os índices de leitura e, na tentativa de inverter o quadro, desenvolveu diversos planos e programas, porém sabe-se que, via de regra, a política expressa a linguagem do Estado. Este por sua vez, fala a linguagem normativa das leis e da administração, geralmente restrita apenas a “quem interessa” (NEGT; KLUGE, 1999, p. 37), ou seja, tais planos e programas são direcionados por determinados interesses e fins políticos, sendo que, em muitas situações, não atendem às expectativas e necessidades da maioria da população. A ênfase aqui é dada ao Programa Arca das Letras, uma política de incentivo à leitura voltada para povos rurais com características de uma política cultural de leitura, embora não gerida pelo MinC nem pelo MEC, mas pela SEAD.

2.1 Sobre a prática cultural da leitura e bibliotecas: delineamentos teóricos e históricos

Pensar sobre políticas públicas voltadas para o livro e para o incentivo à leitura como parte integrante de políticas culturais, em sentido amplo, requer que se reflita sobre a prática cultural⁴³ da leitura de livros. Tais práticas são objeto da sociologia da cultura francesa, como na pesquisa conduzida na França por Pierre Bourdieu sobre diversas práticas de fruição cultural, no ano de 1969, a qual

⁴² Do livro do mesmo autor, intitulado América (1966, p. 45).

⁴³ Sobre o tema, ver Bourdieu e Chartier (2011) e Fleury (2009).

apresenta desdobramentos contemporâneos. Para melhor entender o papel da cultura no desenvolvimento econômico e social da França, o Ministério da Cultura francês realizou pesquisas sobre práticas culturais, sobretudo, no que respeita à frequência a equipamentos culturais. Assim, evidenciaram-se estatísticas de frequência e dos custos de financiamento desses equipamentos, a partir de encomenda feita pelo diretor do *Département des Études de la Prospective et des Statistiques* (DEPS) a Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, a qual originou trabalhos como “O amor pela arte”, do primeiro, e “A invenção do cotidiano”, do segundo.

Na perspectiva francesa, práticas culturais referem a

o conjunto das atividades de consumo ou de participação ligadas à vida intelectual e artística, que abrangem disposições estéticas e participam da definição de estilo de vida: leitura, frequência dos equipamentos culturais (teatros, museus, salas de cinema, salas de concertos etc.), utilizações das mídias audiovisuais, mas também práticas culturais amadoras. (COULANGEON, 2014, p.16, grifo meu).

O tema das práticas culturais envolve o debate sobre a oposição entre o que se define como erudito e popular, no sentido de que a familiaridade com as artes ditas eruditas e a negação das artes populares e da cultura de massa opõem a classe dominante às classes populares. Esse espaço social, estruturado por uma hierarquia dos gostos e das práticas, constitui um espaço de “dominação simbólica”, baseada na interiorização da ordem de legitimidade cultural das preferências. A diferenciação social das práticas culturais está no cerne da definição dos objetivos e das modalidades das práticas culturais (COULANGEON, 2014, p. 22).

A maioria dos estudos sobre práticas culturais vem sendo pensada de um ponto de vista predominantemente economicista, voltada para o foco da cultura como um bom negócio, em detrimento de como pode contribuir para o desenvolvimento pessoal de cidadãos e cidadãs (GHEZZI; CATELLI, 2013). De todo modo, também nessa segunda vertente, o tema vem ganhando espaço⁴⁴, sobretudo,

⁴⁴ Inclusive, em experiências como a do Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais, um grupo de pesquisa formado em 2014 pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Para detalhes, ver <https://www.ufca.edu.br/portal/noticias/noticias-ufca/item/5726-observatorio-de-politicas-e-praticas-culturais-desenvolve-pesquisas-sobre-os-fenomenos-culturais-do-cariri-e-a-cultura-nas-universidades>. Ver ainda pesquisas conduzidas por Botelho e Fiore (2004) na cidade de São Paulo, com foco no uso do tempo livre, e por Sousa (2017), na cidade de Teresina, focalizando o Centro Cultural Tetro do Boi.

em um contexto no qual os usos da cultura (YÚDICE, 2006) ganham as agendas da gestão pública e privada no mundo.

Coulangeon (2014, p. 58) situa a leitura como a “mais legítima” entre as práticas culturais. Essa visão do autor deve-se tanto à crítica ao surgimento e expansão da indústria do entretenimento audiovisual, como também à consideração da leitura como atividade essencialmente solitária, matriz de aprendizados e ferramenta de circulação de ideias. Nesse sentido, a questão social da leitura é que a aquisição de aptidões para realizá-la condiciona a maioria das desigualdades socioculturais.

Mas, como observa Jean Hébrard, para a sociologia das práticas culturais, leitura é arte mais herdada que aprendida e, por essa razão, ela tem mais valor como sintoma de enraizamento nos grupos sociais que praticam as formas dominantes da cultura do que como instrumento de alguma suposta “mobilidade cultural” (HÉBRARD, 2011, p. 37).

Pensar a prática cultural da leitura de textos escritos como objeto de políticas de incentivo à leitura remete a temas como o da própria história do livro e do mercado editorial, em cujo âmbito o livro é um produto do mercado capitalista. A propósito, Machado (2010) chama a atenção para o fato de a palavra *livro* estar sempre colocada à frente da palavra leitura na concepção de vários programas, além de a palavra *biblioteca* ser excluída. Assim, observa-se uma valorização do livro como objeto relacionado ao mercado editorial, que, de forma organizada, exerce forte pressão sobre o Estado, um exemplo da forma inapropriada de participação que Chauí (2006) designa como socialdemocrata e liberal.

No século XX, a possibilidade de se publicar um livro dependia menos do teor moral de seu conteúdo do que da possibilidade de ser comprado pelo maior número de pessoas. No fim do mesmo século, não havia livros considerados como bons ou maus, mas aqueles que se vendiam rapidamente e em grandes quantidades e outros em situação precária no mercado por não serem imediatamente rentáveis, os quais eram destruídos. Dessa forma, o produto livro é submetido às regras econômicas que regem o universo da indústria (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010).

De acordo com Regina Zilberman, políticas de leitura não deixam de valorizar a leitura como ideia, mas seu sucesso depende de a leitura ser igualmente prezada como negócio. Para a autora, o livro é, também, produto do mercado na sociedade

capitalista, que transformou a prática cultural da leitura em consumo, com a obra literária significando *status* e riqueza cultural (ZILBERMAN, 2001), conceitos que se aproximam do que Bourdieu (2007) define como distinção, em sua crítica às hierarquias estabelecidas no campo da cultura.

A própria existência de políticas de incentivo à leitura interpela-nos para um debate sobre como esse mercado inviabiliza o acesso a livros por pessoas com menor poder aquisitivo. Bernard Lahire diz que um dia, talvez, haverá igualdade entre todas essas práticas culturais por ser, afinal das contas, uma questão de relação de forças⁴⁵. Ele supõe ainda que, se as práticas ditas “de entretenimento” (LAHIRE, 2017, p. 197) chegassem a subir a um alto nível de legitimidade, as pessoas não pensariam mais em legitimidade e ilegitimidade cultural. Também para Coulangeon (2014) os gostos e hábitos culturais não são só socialmente diferenciados, mas também hierarquizados, permeados por relações de poder. Nessa direção, há convergência com o que teoriza Bourdieu (2009) sobre definições do que seja ou não arte, bem como de arte legítima, decorrentes das disputas no campo do poder simbólico e da “metamorfose dos gostos” (BOURDIEU, 1983, p. 27).

Ante o exposto, políticas de leitura não devem distanciar-se da perspectiva da democracia cultural, no sentido referido no capítulo 1 desta dissertação. Isso porque a leitura, como dizem Freire (2006) e Chartier (1999), corresponde a uma elaboração de significados que não estão apenas nas palavras escritas, mas precisam ser construídos pelos(as) leitores(as), portanto insere-se no contexto mais amplo de uma leitura do mundo social das pessoas.

Nessa perspectiva, leitura é considerada como atividade de produção ou, pelo menos, de coprodução, e não mero consumo de textos (COULANGEON, 2014), sendo processo de produção de sentidos (FREIRE, 2006; HÉBRARD, 2011; GOULEMONT, 2011; CHARTIER, 2011). Assim, trata-se de uma experiência sociocultural cujo estudo ajuda a desvendar elementos importantes da vida social, para além do próprio ato de ler em sentido estrito (SILVA; MORAES, 2017b).

Tal construção de sentidos dependerá, inclusive, do suporte físico do texto lido. Historicamente, há continuidade entre a cultura do manuscrito e a do texto

⁴⁵Para Lahire (2017) não há um único mercado dominante, mas diferentes mercados, quando se trata de legitimidade cultural, assim, com uma variedade de mercados, a posição dominante em um mercado não é tão valorizada em outro.

impresso, embora, por muito tempo, tenha-se acreditado na ruptura entre uma e outra. As mudanças na relação entre o(a) leitor(a) e o material escrito determinadas pela tecnologia alteram também o próprio modo de significação. Assim, a leitura de textos na *internet*, por exemplo, costuma ser descontínua e fragmentária, e o(a) leitor(a) raramente percebe o sentido do todo e da continuidade. Para Roger Chartier, o texto eletrônico torna a relação com a leitura mais distanciada, sendo essa uma diferença fundamental da leitura de livros físicos – considerada mais profunda e duradoura –, o que faz prever a sobrevivência do formato impresso, apesar da disseminação dos meios eletrônicos. Para esse autor, o suporte então pode interferir no sentido do texto construído pelo(a) leitor(a).

Para Coulangeon (2014), as práticas de leitura se distinguem conforme os tipos de leitura e conforme as maneiras de ler. Na França, por exemplo, agricultores, na maioria (56%), não leem nenhum livro, mas em compensação mostram-se os mais fiéis leitores de jornais regionais⁴⁶. Em contrapartida leitore(as) de livros mostram-se mais numeroso(as) entre as classes média e altas. A diferenciação entre as categorias que leem mais e as que leem menos não se apoia apenas na natureza dos textos lidos, mas também nas maneiras de ler e nas motivações da leitura.

Pierre Bourdieu questiona porque lemos. Pergunta se ler é algo que se dá por si mesmo, se existe uma necessidade de leitura e apresenta a questão relativa às condições nas quais se produz essa necessidade. Para ele, é possível que se leia quando existe um mercado no qual possam ser colocados os discursos concernentes às leituras. Se essa hipótese pode surpreender e até chocar, é porque somos precisamente pessoas que têm sempre à mão um mercado, alunos, colegas, amigos, cônjuges, etc., a quem podemos falar de leituras (BOURDIEU, 2011). Em diálogo com Roger Chartier, o autor explica:

Disse já que não há necessidade de leitura; diria, um tanto jocosamente, que quando se trata da leitura, a necessidade, na sua forma elementar, antes que seja constituída socialmente, manifesta-se nas estações. A leitura é o que ocorre espontaneamente quando se vai ter tempo para não fazer nada, quando se vai ficar fechado sozinho em algum lugar. Esta necessidade de distração é talvez a única necessidade não social que o sociólogo pode reconhecer. (BOURDIEU, 2011, p. 238).

⁴⁶ Também Williams (2011) aponta para situação semelhante no rural inglês, referindo a seu próprio pai como leitor assíduo de jornais.

Para Pierre Bourdieu, na perspectiva sociológica, o bem cultural é um produto e uma crença: a necessidade de leitura dá-se porque intelectuais produzem a crença na importância do que fazem. Tal necessidade encontra-se inscrita no inconsciente de intelectuais sob a forma de um direito à leitura: “penso que os intelectuais se sentem no dever de dar a todos o direito de leitura, isto é, o direito de lê-los...” (BOURDIEU, 2011, p. 239).

Em direção oposta à desnaturalização feita por Pierre Bourdieu, Horellou-Lafarge e Segré (2010) entendem que a leitura se impõe como uma ação natural indispensável, como alimentar-se ou vestir-se. Martins (2002) amplia o debate, destacando preocupação com o futuro do livro. Se para Pierre Bourdieu a necessidade de leitura é gerada por uma crença, Wilson Martins considera o fim da palavra escrita como o fim do ser humano. Antes mesmo da popularização da *internet*, Martins (2002) preocupava-se com o futuro do livro e com o predomínio da imagem em detrimento da palavra escrita. Para ele, a imagem, pouco a pouco, transborda do seu papel meramente subsidiário de linguagem para usurpar funções tradicionalmente reservadas à palavra e com isso “não é apenas o livro que se encontra ameaçado de desaparecer: é o próprio [ser] homem [e mulher], no que tem de mais caracteristicamente seu, naquilo que o define e distingue na escala zoológica.” (MARTINS, 2002, p. 421).

A “crise do livro”, para o autor, é um aspecto de uma “crise da civilização” (MARTINS, 2002, p. 426), porque o livro depende de uma atividade intelectual, e o exercício mental não existe sem a palavra. Se é inconcebível falar, nesse sentido, em retorno às cavernas – porque o ser humano das cavernas queria evoluir, nascendo dessa forma o que se considera como civilização –, no entanto, o ser humano moderno está-se corrompendo pela atração da própria degradação. O livro “combatido na sua própria razão de ser, minado no que o constituiu, não se sabe por quanto tempo nem como resistirá – e com ele o mundo que o criou.” (MARTINS, 2002, p. 430).

Essa visão escatológica do fim do livro é uma previsão antiga que até hoje não se concretizou. Muitas tecnologias tiveram seu auge e hoje estão obsoletas, como o disquete, o *compact-disk* e até periódicos impressos, muitos dos quais não se disponibilizam mais nesse formato. A busca por substitutos desse objeto secular é longa, e o mercado está cheio de ideias e de possíveis sucedâneos, como e-

books, o *Kindle* da *Amazon*⁴⁷ etc., para alcançar amantes de livros impressos e de certa forma tentar monopolizar o mercado. Livros são, progressivamente, digitalizados e disponibilizados na *internet* e, paralelo a isso, vídeos e redes sociais fazem parte desse universo informacional com grande poder de alcance e aceitação, principalmente, entre jovens. Apesar disso, o livro físico persiste, não se sabe por quanto tempo, não sendo possível fazer previsões seguras.

Para Horellou-Lafarge e Segré (2010), o livro tornou-se e manteve-se, por muito tempo, o suporte essencial do texto, sendo, portanto, o principal objeto de leitura. Sem dúvida, a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV, transformou a relação com a leitura, pois permitiu produzir, em maior quantidade e a menor custo, obras de manuseio mais fácil.

Fato é que, em textos impressos ou não, a prática de leitura tem inquestionável importância e não se pode negar a relação entre livro, leitura e biblioteca no processo histórico-político e social do país. Importante também ressaltar que as histórias do livro, da leitura e da biblioteca estão ligadas, em um longo processo, até chegar aos dias de hoje, quando se percebem, ainda, sinais de grandes mudanças culturais no modo como essa tríade atuará na sociedade letrada.

No que tange a uma história da biblioteca, Martins (2002) explana que, dos fins do século XVI até aos nossos dias, ela é marcada, simultaneamente, por quatro caracteres principais: laicização, democratização, especialização e socialização. As bibliotecas antigas e medievais conservaram seu caráter religioso até a Renascença, após a qual a biblioteca acompanha uma evolução social marcada pela laicização. O livro, nesse sentido, “perde o seu caráter de objeto sagrado e secreto para se transformar num instrumento de trabalho posto ao alcance de todas as mãos” (MARTINS, 2002, p. 323).

Milanesi, (2003) atribui grande valor à biblioteca, afirmando ser ela a mais antiga e frequente instituição identificada com a cultura letrada. Desde que o ser humano passou a registrar o conhecimento, colecionando e ordenando tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos e papéis impressos, pode-se dizer que a biblioteca existiu. Está presente na história e nas tradições, destacando-se em Alexandria nos

⁴⁷ Em entrevista recente a um canal de televisão, um editor de livros informava que empresas como a *Amazon* estão abrindo livrarias físicas com vistas a recuperar o contato direto com clientes, o que as lojas virtuais não propiciam. Essa aparente contradição entre o avanço das possibilidades virtuais e a necessidade de contato direto com clientes resulta da própria dialética da vida social e de necessidades do mercado, que vai adaptando suas estratégias.

tempos de Cristo e proliferando nos interiores dos mosteiros como repositório do saber humano, chegando à era moderna e persistindo na contemporaneidade, sob formas diversas.

Como aponta Milanesi (2002), ainda na Idade Média, já na direção da Renascença, surgiram as primeiras universidades, ainda sob a tutela de ordens religiosas, mas a caminho da laicização, caracterizando-se o início de um novo momento para povos cristãos do Ocidente: os livros extravasavam o âmbito da religiosidade e avançavam por outros territórios temáticos, em paralelo ao desenvolvimento dessas primitivas universidades. A socialização à qual o autor se refere é uma característica presente nos dias atuais: trata-se do papel socializador da biblioteca que não somente recebe, mas ainda sai à procura de leitor(as), superando o *status* de mero depósito de livros.

Para Martins (2002), o livro e a biblioteca foram, de certa forma, responsáveis pela deflagração da Revolução Francesa, pelo fato de a biblioteca ter-se tornado, à época, um organismo democrático. Segundo esse autor, a democratização é por si só um processo de laicização e comporta um processo de especialização, visto que os livros respondem aos mais variados gostos e públicos, surgindo, dessa forma, os diversos tipos de bibliotecas.

Bibliotecas sempre desempenharam papéis de valorização cultural de uma determinada região, mas não se deve confundir animação cultural com ação cultural. Santos (2015, p. 178-179), atento a essa diferença, diz que animação cultural remete à ideia de atividades e eventos para atrair públicos e chamar-lhes a atenção para a biblioteca, podendo funcionar tanto como um *marketing*, para fazer com que o livro “desencalhe” da prateleira, ou ainda como uma forma de “arejar” a biblioteca, deixando que as vozes circulem naquele espaço de silêncio secular. Nesse sentido, *shows*, exposições, cursos fazem parte de práticas de animação cultural. Já a ação cultural, que, na maioria das vezes, inclui uma animação cultural, até como veículo de divulgação, não se limita a mostrar os bens culturais, mas visa à participação das pessoas na produção/fruição desses bens, facilitando a aglomeração de indivíduos e grupos que se apropriam dos espaços e equipamentos de uma biblioteca.

Historicamente, a ação cultural ganha destaque quando instituições culturais passam a preocupar-se mais com as pessoas que entram em contato com o que se considera cultura e arte do que com o objeto cultural ou artístico em si. No Brasil,

falava-se em ação cultural desde a Era Vargas, mas, somente na década de 1970, começaram a construir os chamados “centros de cultura” (COELHO, 2001, p. 8).

Sem dúvida, a ação cultural vai além da perspectiva de centros culturais, como bibliotecas, em diálogo com a política cultural. Essa relação deve ser permanente e é necessária na medida em que a ação cultural é também uma ação política. Para Coelho (2001), o objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consequências para que as pessoas se apossam de si mesmas e criem as condições para a totalização de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos originados na prática social concreta.

Certeau (2012, p. 195) define ação cultural como uma expressão paralela à expressão ação sindical ou ação política, dizendo que ela “designa uma intervenção que liga os agentes a objetivos (ou “alvos”) determinados. É também um segmento operacional em que os meios de realização dizem respeito aos objetivos a serem definidos”. Esse autor alerta para a problemática da sociedade do espetáculo⁴⁸, na qual ação cultural pode-se confundir com a capacidade de produzir organizada por racionalidades ou poderes econômicos, com o povo transformado em “público”, e a militância convertida em agentes culturais. O autor acrescenta que, quanto mais aumenta o tempo concedido ao lazer, menos ele é escolhido, diminuindo-se criadore(a)s e multiplicando-se consumidore(a)s, com a criação sendo mostrada, e não proposta de forma universal. A política cultural, então, tende a enfrentar grandes desafios.

Para uma melhor compreensão da natureza da ação cultural do Arca das Letras, abordo, a seguir, a trajetórias das políticas voltadas ao livro e à leitura no Brasil.

⁴⁸ Sobre o tema, ver Guy Debord, quando refere ao espetáculo como o conjunto das relações sociais como relações de produção e consumo de mercadorias mediadas pela proliferação e acúmulo de imagens. Assim, diz o autor, tudo está mercantilizado e envolvido por imagens: relações interpessoais, política, expressões de religiosidade, de modo que o poder espetacular dissemina-se na vida social (DEBORD, 2000).

2.2 Elementos de uma trajetória das políticas de incentivo à leitura no Brasil: qual o lugar dos povos rurais?

No Brasil, a história do livro, da leitura e, portanto, da cultura das letras é atravessada pela histórica da missão dos jesuítas no período colonial. Expulsos os jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal, o país ficou desprovido de seus núcleos de educação escolar e, somente com a chegada da corte portuguesa, os livros chegaram à Biblioteca Imperial.

De fato, há até pouco tempo, o acesso ao livro no Brasil esteve restrito a grupos privilegiados e, não custa lembrar, a impressão de livros só teve início com a Imprensa Régia no período colonial, autorizada pela Carta Régia assinada por D. João VI, príncipe regente do Brasil em 1808, ano de chegada da família real portuguesa ao país (MARTINS, 2002; RUBIM, 2010). Em 1810, criou-se a Real Biblioteca, hoje Biblioteca Nacional e, somente em 1824, a Real Biblioteca foi aberta ao público, com o nome de Biblioteca Imperial e Pública, permanecendo com esse nome até 1876, quando um decreto imperial mudou a denominação para Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. Em 1990, a Biblioteca Nacional foi vinculada ao Ministério da Cultura, tornando-se Fundação Biblioteca Nacional (CAMPELLO, 2006).

Mas, mesmo com a proclamação da independência política, o país “não tinha um projeto educacional consistente que envolvesse de forma ampla a disseminação [e a produção] do conhecimento” (MILANESI, 2003, p. 84). Depois de duzentos e cinquenta anos de domínio português, o Brasil permanecia em um estado frágil de desenvolvimento, sendo as suas bases educacionais um dos fatores determinantes dessa fragilidade. É, pois, antiga a precariedade nos investimentos em práticas educativas formais e no desenvolvimento intelectual universal.

A responsabilidade pela educação básica foi dada às províncias, com cada uma delas assumindo a função constitucional de garantir as primeiras letras à população, sendo que, em meados do século XIX, calcula-se que 90% de crianças e jovens não tinham acesso a nenhuma instrução. Nesse contexto, as elites econômicas trataram de garantir a instrução de seus herdeiros, surgindo colégios particulares dirigidos por leigos independentes, os quais demarcaram uma ruptura com a tradição religiosa de ensino, embora, à época, houvesse também colégios particulares fundados por jesuítas (MILANESI, 2003).

Assim, desde o século XIX, estabeleceu-se uma diferenciação entre a educação escolar das elites e a do restante da população, assim como no que tange à atenção dada à formação voltada para as artes e as práticas culturais, em especial, a prática leitora. Na década de 1920, não existiam políticas culturais para o livro no Brasil, sendo inauguradas apenas durante o Estado Novo. Assim, nas primeiras décadas do século XX, não se atentava para a promoção da prática leitora, privilegiando-se, no entanto, a disponibilização de livros, a ampliação da quantidade de bibliotecas e o estímulo ao mercado editorial (MORAES JUNIOR, 2010), sendo que tais práticas não são suficientes para tornar-se uma política cultural que possa contribuir para o aumento do número de leitores(as).

A propósito, conforme Milanesi (2003), a cidade de São Paulo, antes da década de 1930, concentrava o poder econômico do Estado, a produção de bens de consumo e bens culturais, como teatros e grandes espetáculos que só percorriam as cidades maiores. Às classes com menores possibilidades de frequentar teatros e às cidades menores restavam os circos. Em termos de produção e de disseminação culturais prevaleceu o sentido da mão única: da capital para o interior. No contexto, observa-se a importância do rádio como primeira grande mudança no campo cultural, desempenhando, na comunicação, um papel anteriormente desempenhado pela locomotiva a vapor. Pela primeira vez, um instrumento da tecnologia superava a velocidade do trem e tornava simultânea a recepção de mensagens, incorporando o imenso contingente de pessoas não-letradas ao “público receptor” (MILANESI, 2003, p. 33). A leitura deixava de ser pré-requisito para o acesso a informações produzidas nos grandes centros.

Ainda no início do século XX, na década de 1930, durante a Era Vargas, no Estado de São Paulo, a palavra cultura seria inserida na agenda pública, sobretudo, pela mediação de Mario de Andrade, Paulo Duarte e outros. Na época, à frente da prefeitura paulista estava Fabio Prado, que, aconselhado por Paulo Duarte, instituiu o Departamento de Cultura. A proposta era novidade no Brasil, por contemplar do erudito ao folclórico, conforme definições da época, nas formas que se propunha, de pôr as artes ao alcance da população, principalmente, crianças e operários(as). Como obra mais visível, a prefeitura encarregou-se de construir a Biblioteca Municipal no centro da cidade. Além disso, vários programas e atividades foram desenvolvidos pela equipe de Mario de Andrade, procurando chegar a amplos segmentos da população. Os gastos da prefeitura com a implantação do projeto

foram motivo de críticas de adversários políticos, surgindo uma questão sempre posta no Brasil quando recursos públicos são direcionados para o financiamento de atividades culturais: “se há carência em tantos setores da sociedade, como gastar o dinheiro dos impostos tão duramente pagos em empreendimentos que não dizem respeito ao essencial imediato da população?[e] se há fome, pra que [gastar com] cultura?” (MILANESI, 2003, p. 100).

Como diz Milanesi (2003, p.101), o problema central dessa questão está no conceito de cultura subjacente. Se cultura for concebida como uma prova de erudição, uma “capa de bom gosto”, não há por que estender essa capa nos ombros de quem não tem o que o comer e, muito menos, oportunidade de trabalhar. No entanto, se ela for tratada como forma de desvelamento da realidade, como possibilidade de permitir e estimular produção/acesso ao conhecimento, deixa de ser identificada como enfeite e passa a ser o centro da vida social e até mesmo um investimento essencial em projetos de desenvolvimento.

Vale lembrar que a política de Mario de Andrade não sobreviveu ao Estado Novo, assim, o teatro, que antes fornecia divertimento para as noites, foi sendo substituído pelo rádio e pela televisão. Para Velloso (1987), o Estado Novo (193-45), através do regime autoritário, tinha duas frentes de atuação na área cultural voltada tanto para as elites intelectuais quanto para as camadas populares: a primeira, através do Ministério da Educação, chefiado pelo ministro Gustavo Capanema, com incentivos à cultura erudita; a outra, com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado por Lourival Fontes, com uma política de vigilância sobre expressões da cultura popular. Essa estrutura centralizada permitiu ao governo exercer eficiente controle da informação, assegurando-lhe considerável domínio em relação à vida cultural do país. Aqui vale observar o fosso entre o que se considerava cultura erudita e cultura popular, concebida a segunda como folclore, conforme mencionado no capítulo 1 desta dissertação.

E quanto às políticas de leitura? Moraes Junior (2010) diz que, no Brasil, as políticas culturais para o livro foram inauguradas durante o Estado Novo, no governo Getúlio Vargas, todavia reconhece que pouco se fez em termos de políticas públicas para a leitura ante o alto número de não-leitores(as) na época. E, observa Milanesi (2003), as bibliotecas no Brasil deixaram de ocupar o espaço que as necessidades sociais claramente indicavam. Em 1937, nasceu o primeiro programa brasileiro de

incentivo às informações, o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão que objetivava, essencialmente, doar livros, criando bibliotecas ou ampliando acervos⁴⁹.

O princípio da distribuição de livros merece atenção, visto que eram selecionados/censurados conforme expectativas do Estado. Assim, a censura literária não atuou unicamente na interdição das gráficas ou no fechamento das editoras, mas também na distribuição de livros selecionados para bibliotecas. O Estado doava obras com interesses de ampliar estatísticas de grandes acervos nos municípios, e o resultado disso é que as bibliotecas se tornaram instituições precárias.

Paralelamente, foi criado um programa de formação de “auxiliares de bibliotecas”, com cursos rápidos de treinamento para funcionários públicos, em detrimento da profissionalização da área. Dessa forma, criou-se a ideia de substituição do(a) profissional bibliotecário(a) por qualquer funcionário(a), resultando em bibliotecas públicas com utilidade limitada e sem condições de assumir uma das atividades fundamentais do século XX: informar (MILANESI, 2003, p 119).

O INL nasceu velho e assim permaneceu. “A eficiência não se mede, unicamente, pelo número de volumes que estão nas estantes, mas pelas relações que se estabelecem entre o público [sic] [leitores e leitoras] e eles”. (MILANESI, 2003, p. 120). Em cinquenta e dois anos de existência, avalia Moraes Junior (2010), o INL contribuiu para a expansão das bibliotecas públicas e para a formação de recursos humanos na área de biblioteconomia, contudo não proporcionou o desenvolvimento de práticas que situassem o Brasil como um país de leitores(as). Isso porque o foco foi direcionado para o mercado e para a distribuição de livros, o que não foi capaz de ampliar o número de leitoras(as). Reforça-se assim a certeza de que ações de distribuição de livros, por si só, não contribuem para ampliar a prática de leitura.

O INL, cuja vigência foi de 1937 a 1985, teve, a partir da década de 1970, suas atividades revistas. Em 1976, o MEC redefiniu suas atribuições, deixando esse instituto responsável pela política de coedição de livros e reedição de obras raras e esgotadas, a preços populares, ficando por conta da Fundação Nacional do Material

⁴⁹ O INL, criado em dezembro de 1937 por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, tinha dentre suas atribuições a edição de obras literárias consideradas de interesse para a “formação cultural” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [2017], não paginado) da população, além da elaboração de uma enciclopédia e de um dicionário nacionais. No que tange à política de leitura, visava à expansão do número de bibliotecas públicas, no país. Ver <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>

Escolar (FENAME) as coedições. Nesse contexto, as ações do INL foram se desvinculando dos princípios de 1937, isto é, de uma política editorial própria para uma política de subsídios, em 1976 (ALMEIDA; MEDEIROS, 2013).

Em 1983, a FENAME foi substituída pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), a qual, em 1984, criaria o Programa Nacional Salas de Leitura e, em 1988, seria redimensionada, com a criação do Programa Nacional Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares da FAE e do INL. Em 1988, com a extinção do INL, essas atividades e responsabilidades foram transferidas para a Biblioteca Nacional, instituição ligada ao Ministério da Cultura (MORAIS, 2009).

Podem-se constatar vários atos governamentais oriundos do Ministério da Educação (MEC) e também do Ministério da Cultura (MinC) instituindo a elaboração de planos, programas e projetos voltados à prática da leitura (SILVA, 2014). Ambos os ministérios têm programas e ações de incentivo à leitura, visando – de forma menos direta e mais indiretamente – à prática de leitura entre povos rurais. Dentre eles, o Plano Nacional de Acesso ao Livro e à Leitura e o Programa Nacional de Bibliotecas nas Escolas, políticas em que o MEC vem trabalhando para a efetivação da universalização do acesso à educação e também para a redução dos resultados negativos decorrentes do processo histórico educacional, principalmente, dos povos rurais. Por seu turno, o MINC, a partir de 2003, instituiu programas e projetos declaradamente voltados à dimensão simbólica do desenvolvimento em sua complexidade, com foco na diversidade cultural, nos direitos culturais, na memória, na infraestrutura, na economia da cultura (SILVA, 2015a), dentre outros.

Segundo Paulo Tarcísio Mayrink, ao contrário de outros países⁵⁰, bibliotecas em localidades rurais é prática recente no Brasil, cujos primeiros registros encontram-se no estado de Santa Catarina, com o Sistema de Bibliotecas Públicas, ambulantes, em 1979, estendendo-se a áreas rurais. Outro registro foi em 1987 com a publicação do trabalho intitulado “Animação Cultural: Educação e Informação para Comunidades Rurais” pela Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal daria maior divulgação ao tema.

Na experiência catarinense, até 1985, contavam-se 45 bibliotecas localizadas em municípios cuja economia era de base agropecuária, declarando-se dois objetivos: Um focado na infância, com “[...] serviços [de] desenvolvimento e

⁵⁰ Para detalhes, ver Mayrink (1993).

manutenção de alfabetização funcional, pela prática da leitura da palavra escrita e desenvolvimento do gosto pela leitura [...]”, enquanto o outro estava focado em pessoas adultas, “[...] com o objetivo de manter o estado de alfabetização funcional, fornecer informações de natureza utilitária e resgatar e preservar traços culturais característicos da comunidade” (MAYRINK, 1993, p. 9, grifo meu). Escolas e igrejas foram escolhidas como pontes de serviço ou locais de atuação, onde realizavam-se cursos e palestras para divulgação do programa, cujos livros eram embalados em caixas de madeira, papelão ou plástico, sendo o transporte responsabilidade da Prefeitura Municipal. Pessoas responsáveis pela biblioteca pública, membros da escola ou da igreja, ficavam encarregadas de acompanhar a biblioteca ambulante e de realizar empréstimos (MAYRINK, 1993).

Em 1987, segundo Moraes Junior (2010), o INL e a Biblioteca Nacional (BN), através da Lei nº 7.624⁵¹, passaram a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura⁵², no âmbito do Ministério da Cultura, durante o governo José Sarney. Em 1990, no governo Fernando Collor, por meio da Lei nº 8.029, essa Fundação foi extinta, sendo suas atribuições transferidas para a BN. A Pró-Leitura não foi diferente do INL, ou seja, os mesmos objetivos do Estado Novo permaneceram: a distribuição de livros e criação de bibliotecas, que, em alguns casos, beneficiavam mais algumas editoras que a própria população.

Ainda segundo Moraes Junior (2010) após o INL, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), criado em 1992, no governo Fernando Collor, vinculado à BN, vem buscando implementar projetos que orientem a formação de leitor(as) e a qualificação de professore(as) da rede pública. Também, cerca de onze anos, depois, foi criada uma Lei Federal (nº 10.753) que instituiu a Política Nacional do Livro (PNL), no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, publicada

⁵¹ A Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987, autoriza a instituição de fundações vinculadas ao Ministério da Cultura com personalidade jurídica de direito privado, entre elas: Fundação Nacional Pró-Leitura (PRO-LEITURA), Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN) e Fundação do Cinema Brasileiro (FCB).

⁵² A Fundação Nacional Pró-Leitura foi extinta em 1990, no governo Collor, pela lei nº 8.029, tendo suas atribuições transferidas para a Biblioteca Nacional, quais sejam: promover o desenvolvimento da produção e da difusão do livro; estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; difundir e estimular o hábito da leitura; manter e incentivar cursos de biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros e demais tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens; receber o Depósito Legal, disciplinado pelo Decreto Legislativo nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907; promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas.

em 31 de outubro de 2003, e a Lei da Biblioteca Escolar - Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, no segundo governo Lula – cuja meta é que, até 2020, todas as escolas de ensino fundamental e médio no Brasil tenham uma biblioteca. Tais atos estão de acordo com a proposta de democratização do acesso aos bens e direitos, entre eles a educação, reivindicada pelos diversos movimentos sociais (SILVA, 2014).

A política cultural instituída no Brasil a partir de 2003, ainda no primeiro governo Lula, parte de uma perspectiva sistêmica, que se desdobra em três dimensões, as quais são absorvidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) para a política do livro e da leitura. Tais dimensões contemplam cultura como valor simbólico, cultura como direito de cidadania e cultura como economia, sem preponderância de uma dimensão sobre a outra⁵³. No que tange à prática cultural da leitura, pressuposto importante é o da produção de sentidos, como já referido. Isso significa que a concepção de leitura ultrapassa o deciframento do código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, para pensar leitura como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos sujeito a variáveis diversas de ordem social, psicológica, fisiológica, linguística, dentre outras. A leitura configura um ato criativo realizado por leitor(as) a partir de um texto criado por outros atores sociais (MARQUES NETO, 2010).

Assim, as próprias bibliotecas, como dínamos culturais, não são concebidas como meros depósitos de livros, mas como dinâmicos pólos produtores/difusores de informação e de conhecimento, centros de educação continuada, núcleos de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais. Outro pressuposto é o da relação entre o ato da leitura e o livro, sendo que o PNLL procura contemplar, de forma dialética, um processo de dupla face: tanto aquele moldado pelas questões que envolvem a leitura, quanto o que se configura pelos problemas relativos à cadeia produtiva do livro, buscando evitar polarizações que a tradição tem revelado inócuas, no que diz respeito aos papéis a serem cumpridos pelo Estado e à dinâmica específica do mercado (MARQUES NETO, 2010).

No Brasil, essa perspectiva, em termos de conceito de cultura e de políticas culturais, foi ampliada na gestão do então ministro Gilberto Gil (MORAES JUNIOR,

⁵³ Para detalhes, ver os textos do SNC (BRASIL, [2018a]) e do PNC (BRASIL, 2012).

2010), cujo mandato foi de 2003 a 2008, no governo Lula, quando se deu início à instituição do SNC e do PNC, bem como à formação do Conselho Nacional de Política cultural (CNPC) e das câmaras setoriais incorporadas ao CNPC. Através desses dispositivos de gestão, diversas áreas da cultura vêm ganhando espaço no campo das políticas públicas, inclusive a da leitura, com o PNL, que resultou na elaboração do PNLL, pelo Decreto n.7.559, de 1º de setembro de 2011, o qual dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (MORAES JUNIOR, 2010).

A base do PNLL, programa interministerial, envolvendo o MEC e o MinC, foi o extinto programa Fome de Livro⁵⁴, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Foi em 10 de agosto de 2006 que os ministros da Cultura e da Educação, Gilberto Gil e Fernando Haddad, respectivamente, instituíram o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, dando continuidade a toda a mobilização e aos debates do Vivaleitura⁵⁵ empreendidos em 2005, por meio de uma Portaria Interministerial⁵⁶, parceria esta que não acontecia na área da leitura desde a separação dos dois Ministérios na década de 1980 (BRASIL, 2013a).

O PNLL foi construído a partir de mais de 150 reuniões públicas realizadas em todo o país nos anos de 2005 e 2006, ocasião em que sugestões para o Plano foram colhidas. Participaram do debate representantes da chamada “cadeia produtiva do livro”⁵⁷ (editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro), bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas na temática livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e demais interessados(as) no tema (BRASIL, 2013a). O texto final, aprovado em 19 de dezembro de 2006, em reunião da Câmara Setorial do

⁵⁴ O projeto “Uma Biblioteca em cada Município”, do Ministério da Cultura, foi lançado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de implantar uma biblioteca em cada município do país, através de parcerias entre os estados e os municípios. Em 2004, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi reformulado e passou a ser chamado de Programa “Fome de Livros”, com a meta de implantação de bibliotecas em municípios que não dispusessem dessas instalações e apoio às existentes. Com a criação do PNLL, em 2006, esse projeto passou a integrar o Eixo 1 do Plano (OLIVEIRA; PRADOS, 2015).

⁵⁵ O VIVALEITURA foi criado em 2006, no governo Lula, como desdobramento do Ano Ibero-americano da Leitura, comemorado em 2005. Trata-se de uma ação conjunta do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação e integra o PNLL. Visa a estimular, fomentar e reconhecer experiências que promovam a leitura. (premiovivaleitura.org.br).

⁵⁶ A Portaria Interministerial nº 4, de 22 de outubro de 2014, publicada no DOU de 24 de outubro de 2014 (n. 206, seção 1, p. 6) dispõe sobre as regras e o funcionamento do Prêmio VIVALEITURA.

⁵⁷ Sobre o tema, que tema ver com a economia do livro, ver Eap e Kornis (2005).

Livro e Leitura (CSLL), vigorou até sua reedição em dezembro de 2010, durante o segundo governo Lula.

O PNLL, como já dito, resulta da articulação entre dois ministérios – o MinC, responsável pela gestão das políticas de cultura, e o MEC, responsável pela gestão das políticas de educação –, com vistas a políticas de formação de leitor(as). Sua instituição contou com diversos debates iniciados em 2005, com ativa participação da sociedade, no Ano Ibero-Americano da Leitura, com o Programa VIVALEITURA (MARQUES NETO, 2010). Para esse autor, o PNLL nasceu para equacionar o baixo índice de prática leitora e seu entrave no desenvolvimento do país.

No discurso governamental, o PNLL, através do MinC e do MEC, desenhou ações voltadas à leitura e ao livro com destaque para bibliotecas e formação de mediadores(as), considerando o papel dessas instâncias no desenvolvimento social e na construção da cidadania (BRASIL, 2007). Assim, apresenta quatro eixos que direcionam sua atuação para uma política pública de livro e leitura para além da mera aquisição/distribuição de livros:

- EIXO 1 - Democratização do acesso
- EIXO 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores(as)
- EIXO 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico
- EIXO 4 - Desenvolvimento da economia do livro (BRASIL, 2007)

Para implementar o PNLL, foram articuladas iniciativas em diversas instituições, como demonstrado no quadro 4, a seguir. Segundo Marques Neto (2010), dentre os pressupostos básicos sobre os quais se assenta o PNLL, está a cidadania, uma vez que a leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas baseadas na diversidade e na pluralidade. Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade cultural tem na leitura e na escrita instrumentais decisivos para as pessoas desenvolverem seu potencial humano, visto que são fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural de grupos e povos, favorecendo o intercâmbio cultural, além de gerar requisitos para se alcançarem níveis de educação formal como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico.

Quadro 4 – Iniciativas que contribuíram para a elaboração do PNLL e respectivas responsabilidades (órgãos) da gestão pública

MEC	Minc	Minc/MEC	MEC/Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)(1985)	Fórum da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura (CSLLL) (2005)	Prêmio VIVALEITURA -Ano Ibero-americano da Leitura (2005)	Projeto Fome de Livro (2004)	Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) (1992)
Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE) (1997)	Projeto Pontos de Leitura ([2008 ⁵⁸])		Livro Aberto (2004)	
Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM)(2004)	Agentes de Leitura ⁵⁹ ([2010])			
Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor[Pró-leitura (1992)]				

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, com base em Moraes Junior (2010) e Brasil (2014a).

A propósito, destaca-se a crítica de Paulo Freire à visão simplista de que cidadãos(ãs) com domínio da leitura têm maiores chances de compreender a realidade em que vivem e de realizar transformações em âmbito individual ou coletivo. Segundo o autor, não se pode limitar a compreensão do analfabetismo a algo estritamente linguístico, à parte da realidade concreta na qual se estabelecem hierarquias sociais em cujo âmbito ocorre a inferiorização de classes e grupos sociais. Assim, “a mera aprendizagem da leitura e da escrita não faz milagres. Não é ela, em si mesma, a que cria empregos.” (FREIRE, 1982, p. 46). Nesse sentido, o autor critica as cartilhas de alfabetização para adultos nas quais se encontram, ingenuamente ou não, mensagens de dominação, refletindo posições de classe, sem o reconhecimento de que a classe dominada tem capacidade de criar seus próprios textos, com os quais expressaria seu pensamento-linguagem. Assim, a

⁵⁸Os projetos Pontos de Leitura e Agentes de Leitura, referidos por Moraes Junior (2010) como iniciativas que contribuíram diretamente para elaboração desse plano, mas não constam no Caderno do PNLL, disponibilizado no *site* oficial do PNLL.

⁵⁹Na referência a “agentes de leitura” Moraes Junior (2010, p. 189) não informa a vinculação institucional, podendo ser outra que não a do Minc. Já o projeto Agentes de leitura, vinculado ao Programa Mais Cultura, do Minc, prioriza áreas situadas nos estados, no Distrito Federal e nos municípios com altos índices de violência, baixa escolaridade e outros indicadores de precarização. Diversos editais desse projeto visavam a conceder bolsas de complementação de renda no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês, para desenvolvimento de atividades de estímulo à leitura (contação de histórias e rodas de leitura, dentre outras), equivalentes às desenvolvidas por agentes de leitura do Programa Arca das Letras, do MDA, cuja atuação é voluntária.

alfabetização não deve ser um processo opaco que injeta nos aprendizes palavras e frases alienadas, mas sim uma ação cultural para a libertação, com educando(a)s e educadore(as) assumindo papel de sujeitos cognoscentes, de modo que os(as) alfabetizando(as) insiram-se criticamente no processo.

Com isso não se nega que a leitura de textos escritos seja parte importante das capacidades exigidas para a compreensão ampliada do mundo, habilidade que passou a ser condição básica para o ser humano (MILANESI, 2002) nas sociedades letradas. No entanto, embora na contemporaneidade seja visíveis, no país, movimentos mais amplos em favor da leitura e do livro⁶⁰, não significa dizer que não haja segmentos da população brasileira que permanecem sem acesso à prática da leitura e a livros (GANZAROLLI et al., [2010]). No Brasil, ainda há desafios a serem vencidos no que tange a essa temática.

Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada em 2016, 56% da população brasileira constituem-se de leitor(a)s, ou seja, de quem leu, por inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Deste(a)s, 19% costumam ler livros em formato impresso ou digital em bibliotecas. A mesma pesquisa informa que 4% da população brasileira ainda não sabem ler e que 28% afirmam não gostar de ler. Isso mostra o quanto o país ainda precisa avançar em termos de políticas de incentivo à leitura e indica a necessidade de ampliação da discussão sobre o tema, pois, como aponta Freire (1982, p. 16), “o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta.”

O resultado da referida pesquisa ainda revela diminuição no número de pessoas analfabetas nos últimos anos: 8% em 2015, 1% a menos em relação à mesma pesquisa realizada em 2011, o que mostra que a média de leitores(a)s aumentou. Quando a pesquisa foi realizada, faltavam cinco anos para o término da meta do Plano Nacional de Cultura (PNC), sob gestão do MinC. Os dados mostram que, se por um lado a meta vem sendo alcançada quanto ao número de quatro livros

⁶⁰ A exemplo dos eventos científicos regulares, como o Congresso de Leitura do Brasil (Cole), promovido pela Associação de Leitura do Brasil (ALB), reunindo profissionais de várias áreas do conhecimento, que discutem leitura sob variadas perspectivas. Além disso, os diversos “seminários temáticos sobre leitura, escola e história; biblioteca; mídia, educação e leitura; educação, políticas públicas e pessoas com deficiência; educação matemática etc.[...] Quanto aos eventos culturais, vários se destacam, dentre eles, a Bienal do Livro, a Feira Literária de Paraty, as feiras de livros espalhadas pelas capitais e outras cidades do País” (GANZAROLLI et al., [2010], p. [1-2]).

ao ano por habitante, por outro, apesar dos esforços, o número de pessoas não alfabetizadas continua elevado.

Ainda com foco na trajetória de políticas de incentivo à leitura e nas instituições envolvidas nessas políticas no Brasil, o Quadro 5, a seguir, apresenta uma síntese de ações em perspectiva diacrônica.

Além dessas iniciativas, destacam-se os Pontos de Leitura do Programa Mais Cultura do MinC⁶¹, os quais se diferenciam dos Pontos de Cultura, também do MinC, que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais, sendo parte do Plano Nacional de Cultura (PNC) (Lei nº 12.343/2010), que estabeleceu em seu plano o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2010 (BRASIL, 2015a).

Para Machado (2010), o Programa Mais Cultura ampliou o conceito dos Pontos de Cultura e criou os Pontos de Leitura, que incorporaram as experiências das bibliotecas comunitárias, ou seja, aqueles espaços de leitura criados por pessoas ou grupos sem vínculo direto com órgãos governamentais, com o objetivo declarado de ampliar o acesso de determinada localidade à leitura e ao livro. O Ponto de Cultura é uma ação do Programa Cultura Viva e articula todas as demais ações desse Programa, o qual se realiza por meio de convênio entre o MinC e responsáveis por iniciativas culturais em localidades em todas as regiões do país. Por seu turno, o Programa Ponto de Leitura deve seguir o mesmo princípio, ou seja, ser um pólo de articulação local, mas, diferentemente dos Pontos de Cultura, ser articulado às bibliotecas públicas municipais.

Nesse panorama das políticas de incentivo à leitura no país, percebe-se a carência de programas voltados para povos rurais, à exceção do Programa Arca das Letras e, em parte, o de Minibibliotecas, da Embrapa, que, em 2015 concorreu a edital do Arca das Letras, como veremos adiante, ainda neste capítulo. A seguir, abordo o tema das políticas de leitura, no rural, além de demarcar diferenças entre estas e o Programa Arca das Letras.

⁶¹O Programa Mais Cultura foi implantado em 2007, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, representando, conforme discurso governamental, o reconhecimento da cultura como direito de brasileiro(a)s, com igual importância em relação à alimentação, saúde, moradia, educação e voto (BRASIL, 2014b). Esse programa está instituído no Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007.

Quadro 5 – Políticas e iniciativas de incentivo à leitura no Brasil, em perspectiva diacrônica

Programa/Instituições	Data de implantação/ Período	Vinculação Institucional	Finalidade Declarada
Instituto Nacional do Livro	1937-1991	Minc	Editar obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas. Fonte: www.cpdoc.fgv.br
Serviço Nacional de Bibliotecas	1961-1969	MEC (até 1968). Depois, ao INL.	Coordenar e promover a integração das bibliotecas públicas. Fonte: Oliveira (2011).
Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL)	1984-1987	Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) extinta pela MP nº 1.549-27, de 14 de fev. de 1997	Compor, enviar acervos e repassar recursos para ambientar salas de leitura. Fonte: www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/pnbe.pdf Decreto nº 2.162, de 24 de fev. 1997.
Programa Nacional do Livro Didático	1985-	MEC	Subsidiar o trabalho pedagógico de docentes, através da distribuição de coleções de livros didáticos a discentes da Educação Básica. Fonte: http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao
Fundação da Biblioteca Nacional	1990-.....	MINC	Executara política nacional de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país; controle bibliográfico nacional; depositária e seguradora do depósito legal; fomento à produção de conhecimento pela pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à sua missão, dentre outros. Fonte: www.bn.gov.br
Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)	1992-.....	MinC	Promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; estruturar rede de projetos capaz de consolidar práticas leitoras; criar condições de acesso ao livro. Fonte: Decreto n. 519, de 13 de maio de 1992.
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	1992-.....	Minc	Desenvolver – em substituição ao INL – ações conjuntas com órgãos, programas e projetos na área de leitura, literatura e bibliotecas (PROLER, Agentes de Leitura, dentre outros); estimular a criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com parâmetros traçados pelo PNLL. Fonte: www.snbpculturadigital.br/historico
Pró-leitura na Formação do Professor	1992-1996	Ministério da Educação e do Desporto. Em 1995, ao MEC	Melhorar a formação de docentes e profissionalizá-los(as) essencialmente na área da aprendizagem da leitura, aliando pesquisa universitária, formação docente e prática pedagógica. Fonte: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002524.pdf

Programa Nacional Biblioteca do Professor	1994-1997	MEC	Dar suporte à formação de docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental. Duas linhas de ação: 1/aquisição/distribuição de acervos bibliográficos; 2/produção/difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. Extinto com a instauração do PNBE pela Portaria nº 652, de 16/09/97. Fonte: www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/pnbe.pdf
Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)	1997-	MEC	Promover acesso à cultura e incentivo à leitura de discentes e docentes através da distribuição de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Atende a todas as escolas públicas da Educação Básica cadastradas no Censo Escolar. Fonte: www.portal.mec.gov.br
Programa Arca das Letras	2003-.....	SEAD	Disponibilizar livros para localidades rurais e uma estante de madeira (móvel arca) para comportar os livros; capacitar agentes de leitura nas localidades para que desenvolvam atividades de incentivo à leitura. Fonte: mda.gov.br
Minibibliotecas	2003-.....	EMBRAPA	Incentivar o hábito da leitura através de doação de livros; facilitar o acesso à informação tecnológica para regiões urbanas e rurais; favorecer a inclusão produtiva no meio rural, com a divulgação de tecnologias de baixo custo. Fonte: www.embrapa.br
Fome de Livro	2004-2006	MEC e Biblioteca Nacional	Criar bibliotecas municipais em cada cidade brasileira e apoio às existentes. Fonte: Oliveira e Prados (2015).
Programa Livro aberto	2004-2011	Minc	Implantar bibliotecas públicas em todas as cidades do Brasil; concessão de bolsas na área do livro e da leitura; capacitação de agentes públicos na área do livro e leitura. Fonte: www.snbpculturadigital.br/historico/
Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	2006 -	MEC e MinC	Planejar, apoiar, articular e ser referência para a execução de ações para o fomento da leitura no país. Eixos: democratização do acesso ao livro; formação de mediadores(as) para o incentivo à leitura; valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; desenvolvimento da economia do livro. Fonte: Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011.

Fonte: Organizado pela autora desta dissertação, com base nas fontes citadas na quarta coluna do quadro.

O quadro 5 faz-nos refletir sobre inconsistências, descontinuidades e fragmentações das políticas voltadas para a educação e leitura, sobretudo, no que se refere a povos rurais.

2.3 Políticas de incentivo à leitura voltadas a povos rurais no Brasil

2.3.1 Prolegômenos: panorama das políticas de educação e sua ação junto a povos rurais

No Brasil, políticas voltadas para povos rurais, em sua ampla maioria, podem ser definidas como de caráter produtivo e de caráter assistencial. No primeiro grupo incluem-se ações de reforma agrária sob gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a política fundiária, bem como as de crédito agrícola subsidiado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁶², sobretudo, a partir dos anos 1990, além das políticas de compras públicas de alimentos (mercados institucionais) realizadas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No segundo grupo, incluem-se ações do sistema de previdência social rural, transferência de renda do Programa Bolsa Família (PBF) (CAZELLA et al., 2016) e políticas sociais e de assistência à saúde (SILVA, 2017).

Quanto a políticas de educação escolar em áreas rurais, foram por muito tempo confundidas com transferência de informação tecnológica agropecuária, de economia doméstica e de tecnologias de organização de grupos, levada a cabo pelo serviço de extensão rural, como observa, ainda nos anos 1990, Paulo Tarcísio Mayrink:

Tradicionalmente, quem tem levado informação ao[à] trabalhador[a] rural na prática tem sido o[a] extensionista rural⁶³. Entretanto, [...] é necessário desmistificar o conceito que se tem da zona rural e de suas populações, que não são mais fazendeiros, mas trabalhadores[as] rurais em constante declínio, sendo ultrapassadas e errôneas as idéias de que os serviços de extensão rural é que podem prover toda informação de sobrevivência de que necessitam os[as] moradores[as] das áreas rurais. Sem querer desmerecer o trabalho dos[as] extensionistas rurais[...] [há] uma diferença no tipo

⁶² O Pronaf tem como objetivo declarado o financiamento de modalidades diversas de projetos individuais ou coletivos que gerem renda a agricultore(a)s familiares e assentado(a)s da reforma agrária (www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa).

⁶³ Para uma crítica epistemológica, teórica e política da extensão, ver Freire (1983).

de informação que esses[as] técnicos[as] devem passar aos[às] ruralistas e a que os[as] bibliotecários[as] devem fornecer. Os[as] planejadores[as] de serviços bibliotecários para a zona rural devem ter em conta o isolamento geográfico, que leva os[as] moradores[as] a buscar contato com pessoas, e não com instituições, exceto igrejas, para se obter informação.(MAYRINK, 1993, p. 10, grifos meus).

Quanto às políticas de leitura voltada para povos rurais, estas estiveram, historicamente, vinculadas a políticas de educação escolar. Em perspectiva diacrônica, de movimentos, projetos e programas educacionais, no Brasil, que, em parte ou no todo, voltaram-se à educação escolar de povos rurais, observam-se alguns, com exclusividade, outros de forma mais abrangente. São programas como “Manifesto dos Pioneiros”⁶⁴ e “Fundamentos da “Escola Nova”⁶⁵; projetos educacionais em áreas rurais sob o ideário da Revolução Verde⁶⁶; Programa de Educação do campo, com vistas ao controle do chamado êxodo rural⁶⁷; Lei de Reforma do Ensino Superior e reestruturação dos Ensinos Fundamental e Secundarista⁶⁸; Mobral e sua apropriação da Pedagogia de Paulo Freire⁶⁹, Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC) e Programa de Educação Rural (EDURURAL)⁷⁰; Escola Família

⁶⁴ Nome atribuído ao documento escrito em 1932 por 26 educadores, intitulado: “*A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*”, que teve circulação nacional, declarando a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação (<http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>).

⁶⁵ Corrente pedagógica que repercutiria nas políticas públicas voltadas para a escolarização no campo. John Dewey (1859-1952) deixou contribuições educacionais, como a teoria pedagógica conhecida como Escola Nova, na qual o modelo de ensino-aprendizagem é focado no aluno como sujeito (PEREIRA, 2009). Representante do pragmatismo, para ele, as informações teóricas devem ter utilidade na prática, ou seja, o conhecimento transmitido pelo(a) professor(a) deve ter vínculo com a vida do(as) estudantes.

⁶⁶ Projetos do contexto do início da difusão do ideário da “Revolução Verde”, com suas tecnologias e insumos agrícolas, como sementes, adubos e agrotóxicos.

⁶⁷ A Lei nº 9.394, de diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 28º, orienta que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 1996).

⁶⁸ A Lei 5.692/71 era distanciada da realidade sociocultural do campesinato brasileiro, não incorporando exigências do processo escolar rural em suas orientações, tampouco possíveis direcionamentos para uma política educacional voltada a povos rurais. (ALMEIDA et al.,2017).

⁶⁹ Enquanto o método Paulo Freire trabalhava com palavras do cotidiano de alunos(as), no MOBRL, uma equipe técnica orientada pela norma padrão culta da língua definia as palavras com base no que consideravam “necessidades humanas básicas”. O MOBRL teve início, de fato, em 1971.

⁷⁰ Rangel e Carmo (2011) esclarecem que iniciativas como o EDURURAL são fundamentadas em princípios educativos de movimentos populares, com influências de teorias da aprendizagem com enfoque sociocultural. No contexto, o conceito de educação rural torna-se insuficiente por não contemplar a complexidade da educação destinada a povos rurais. Os autores destacam as contribuições do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, em 1998, realizado em Luziânia, Goiás.

Agrícola⁷¹; Política de Educação no Campo⁷²; Programa Educação de Jovens e Adultos - EJA⁷³.

A trajetória das referidas políticas está resumida no Quadro 6, adiante, uma vez que seu tratamento mais demorado extrapolaria os limites desta dissertação. Assim, apresento uma síntese com vistas a uma melhor compreensão das demandas e de experiências anteriores que deram origem ao Programa Arca das Letras.

Rangel e Carmo (2011) explicam que a história da educação escolar no meio rural no Brasil tem sido marcada por duas formas de organização distintas: a primeira, que se vem mantendo ao longo do tempo, é do ensino rural de acordo com o modelo de escola dos centros urbanos; a segunda, mais recente, é pautada na adoção de práticas e propostas pedagógicas que atendam a especificidades do universo rural, com suas características, interesses e contribuições sociais, políticas econômicas e culturais, sem esquecer, no entanto, a presença, nesse universo, de povos originários e de remanescentes dos quilombos. Essa forma contextualizada de percepção, que é a base do projeto de educação do campo, tem no saber de homens e mulheres um dos seus pilares de sustentação. Desse modo, as propostas atuais para a educação escolar em territórios rurais insere-se na ampliação do seu entendimento e seu alcance, que se expressam nos significados da educação do

⁷¹ No Brasil, as experiências das Casas Familiares Rurais (CFRs) foram baseadas na pedagogia da alternância, inspirada no modelo das *Maisons Familiales Rurales* (MFRS) francesas, com filho(a)s de agricultore(a)s alternando o tempo entre escola e casa da família, aplicando o conhecimento teórico adquirido e possibilitando a educação de duas gerações ao mesmo tempo. Já as Escolas Família Agrícola (EFAs) têm influência das experiências italianas, com início na década de 1960, com padre Humberto Pietrogrande do norte da Itália. Em seu trabalho pastoral e social no estado do Espírito Santo, iniciou discussão com agricultore(a)s, dando origem à primeira Escola Família Agrícola (EFA) em 1968 (ESTEAM, 2001). O mesmo padre também foi responsável pela criação da Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI), localizada no bairro Socopo, em Teresina, Piauí, que administra cinco EFAs e uma EFTUR (Escola Família Turismo) (COSTA; SANTOS, 2010).

⁷² Dentre as conquistas alcançadas estão duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; participação do Conselho Nacional de Educação (CNE) na instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e em 2003, resultando na criação do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), instituído pelo MEC, com a função de reunir entidades e movimentos sociais ligados à educação no campo para participarem do processo de definição de políticas públicas com vistas à educação no campo (PAULI; SIMOES, 2016).

⁷³ O Programa Brasil Alfabetizado apresenta três vertentes de caráter social para a modalidade de EJA: 1- Projeto Escola de Fábrica, oferecendo cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos; 2-PROJOVEM, para jovens de 18 a 24 anos com escolaridade superior à 4ª série (atualmente o 5º ano), mas com Ensino Fundamental inconcluso e sem vínculo formal de trabalho; 3 - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA), voltado à educação profissional técnica no nível médio de ensino (FRIEDRICH et al., 2010).

campo, com atenção a todos os espaços e sujeitos, reconhecendo e qualificando inquietações e questionamentos ao tipo de educação que lhes tem sido oferecida e às dificuldades de exercício pleno de seus direitos de cidadania.

Quadro 6 – Trajetória de políticas educacionais voltada para povos rurais

Período	Contexto	Ações e fundamentos	Objetivos declarados
1889-1930	República Velha. Modelo agroexportador.	Ruralismo pedagógico.	Escola em condições locais regionalistas, para “promover a fixação do homem ao campo” (ideologia do colonialismo) (MAIA, 1982, p.27).
1932	Início de transformações no modelo econômico agroexportador. Difusão dos princípios do “Manifesto dos Pioneiros”.	Fundamentos da “Escola Nova”.	Oportunidades iguais a habitantes do território nacional, no campo e na cidade.
1942	Leis Orgânicas da Educação Nacional.	Separação entre educação para a elite e educação para as classes populares.	Para a elite: educação de ensino secundário e normal; para as classes populares: educação profissional para ingresso no mercado de trabalho.
1945-1948	Pós-Segunda Guerra Mundial.	Criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR).	Implantar projetos educacionais rurais, com centros de treinamento para docentes que repassariam informações técnicas em “Semanas Ruralistas” (debates, seminários e encontros); implantar “Clubes Agrícolas” e “Conselhos Comunitários Rurais” (modelo dos EUA) (ALMEIDA et al., 2017).
1948		Instituição da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e das ACARs estaduais, no final dos anos 1970, transformadas em Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), com as EMATERs nos estados. (ALMEIDA et al., 2017)	Extensão rural, em lugar de um projeto de educação no campo.
1960	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1961. Experiências da pedagogia da alternância.	Estado preocupado com a migração campo-cidade e com o crescimento populacional das urbes.	Programa de educação do campo como estratégia para controle do “êxodo rural” (final dos anos 1960) Início da experiência da Escola Família Agrícola no Brasil, no estado do Espírito Santo.

1960-1970	Governos da ditadura civil-militar. Modernização da base tecnológica da agricultura.	Difusão da ideologia extensionista norte-americana, com técnicos(as) e extensionistas. (ALMEIDA et al., 2017) Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) de jovens e adultos (Decreto 62.455, de 22/3/1968, Lei nº 5.379, de 15/12/1967). Governo de Emílio Garrastazu Médici.	Promulgação das Leis 5.564/68 e 5.692/71 (reforma do Ensino Superior e reestruturação dos Ensinos Fundamental e Secundarista) (ALMEIDA et al., 2017); Substituição do método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, embora tenha influenciado o método de alfabetização do MOBRAL, utilizando-se, por exemplo, o conceito de "palavra geradora".
1971-1974	Processo de industrialização: necessidade de mão de obra especializada. Criação de escolas para capacitar jovens e adultos. Migração de povos rurais para cidades: necessidade de se alfabetizar.	Implantação do ensino supletivo. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB) 5692/71. Capítulo dedicado à Educação de Jovens e Adultos - EJA. Implantação de Centros de Estudos Supletivos(CES), em 1974, com mirada tecnicista devido à situação política do país.	Possibilitar que pessoas adultas que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade convencional retomassem seus estudos e recuperar o tempo perdido.
1980-1985	Transição da ditadura civil-militar para a redemocratização.	III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (PSECD)	Melhorias na condição de vida, trabalho e educação de povos rurais; expansão do ensino fundamental; redução de evasão e repetência escolar ⁷⁴ .
1988 em diante	Crescente movimento pela democratização no Brasil.	Implantação do Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC) e do Programa de Educação Rural (EDURURAL) Iniciativas populares: Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão da Pastoral da Terra (CPT); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); - Iniciativas institucionais: Casas Familiares Rurais (CFR), Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs);Escolas Famílias Agrícolas (EFAs)	Defesa de um modelo de aprendizagem em que conhecimento técnico se alie a conhecimento crítico e emancipatório; Combate ao analfabetismo.
1998	Com a democratização do país	Criação da Articulação Nacional por uma	Promover e gerir as ações conjuntas pela

⁷⁴ Mas medidas cruciais para fortalecimento da educação em áreas rurais foram desconsideradas: formação de docentes, adequação do material didático, melhorias nas instalações físicas das escolas. (RANGEL; CARMO, 2011).

	consolidada, algumas conquistas foram concretizadas.	Educação no Campo	escolarização dos povos do campo no nível nacional.
2002-2010	Avanço das conquistas por intermédio de reivindicações do Movimento da Educação do Campo.	- Resolução CNE/CEB n° 1/2002 - Resolução CNE/CEB n° 2/2008 - Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010	Instituir Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Estabelecer diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Dispor sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Fonte: elaborado pela autora desta dissertação, com base nas fontes referidas no próprio quadro e nas notas de rodapé, relacionadas ao quadro.

As Escolas Família Agrícola são políticas de educação escolar voltadas para povos rurais, com objetivo declarado de se adequar à realidade dessa população que vive no e campo. Alunos(as) dessas escolas recebem uma formação diferenciada das escolas de ensino tradicional porque têm um regime diferente de funcionamento. Essa modalidade de escola apresenta-se como uma forma de ensino alternativo na perspectiva de educação do campo, em contraposição ao modelo de educação rural que não valoriza conhecimentos dos povos rurais. Segundo Silva (2015b), no Piauí, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) receberam atualização de acervos com livros do Arca, somando um total de 17 complementações de acervos encaminhados para essas escolas.

Ribeiro (2009) afirma que a educação praticada nas Casas Famílias Rurais (CFRs), nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), através da pedagogia da alternância de trabalho agrícola e educação escolar, sofre a influência do construtivismo piagetiano aliado às concepções da Escola Nova, de Dewey. Um exemplo disso é o do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-Jovem)⁷⁵, que associa educação profissional básica e preparação para o trabalho e no qual a agricultura familiar é atividade predominante. Essa forma de educação embasada no construtivismo alterna um período de estudos durante uma semana na escola com outro de trabalho, durante três semanas, na unidade familiar, colocando em prática os conteúdos aprendidos na escola. Para a autora, Paulo Freire é um nome que aparece em todas as experiências efetuadas pelas CFRs e EFAs, pois, embora suas ideias sejam aplicadas por enfoques diferentes, umas enfatizando o método de alfabetização e outras, a possibilidade de romper com a relação entre opressor/oprimido, seu pensamento é a síntese das propostas pedagógicas desenvolvidas pelo movimento camponês que, no Brasil, tem obtido importantes conquistas, principalmente, na educação do campo, configurando uma proposta de afirmação dos sujeitos políticos coletivos que vivem do trabalho com/da terra e que, historicamente, têm sido anulados na educação formal que lhes tem sido oferecida.

Dessas conquistas, Ribeiro (2009) ressalta as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e

⁷⁵ A lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, dispõe sobre o Pró-jovem, destinado a jovens de quinze a vinte e nove anos, cujo objetivo é promover sua reintegração ao processo educação, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. Está estruturado nas modalidades Pró-jovem adolescente, Pró-jovem urbano, Pró-jovem campo e Pró-jovem trabalhador.

Reforma Agrária (INCRA), e não ao Ministério da Educação (MEC). A autora entende que o movimento camponês recria, na pedagogia em que se alternam trabalho agrícola e educação escolar, a formação humana integral referida ao movimento operário, enquanto a educação rural não considera os agricultores e agricultoras como produtores sociais de vida e conhecimento. Chaves e Foschiera (2014) reiteram tal pensamento, explicando que a educação do campo valoriza os significados e saberes das pessoas que vivem em localidades rurais, bem como suas relações culturais e econômicas de trabalho, enquanto a educação rural convencional foi pensada a partir do urbano e utilizada para favorecer o agronegócio, como forma de superar a cultura camponesa, considerada ultrapassada e ancorada em técnicas arcaicas.

2.3.2 Sobre o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras

Como observa Martins (2014), a implantação de políticas públicas no rural brasileiro é marcada pela história de conflitos e interesses do capitalismo agrário que dificultam uma política de desenvolvimento nacional com ênfase na reforma agrária. E é no contexto da luta pela reforma agrária e questões correlatas que a demanda por bibliotecas, como enfatizam Soares (2007a; 2007b) e Soares e Carneiro (2010), passou a compor pautas de reivindicações de movimentos sociais e sindicais como parte do processo de desenvolvimento educacional, cultural e do trabalho no campo. Tal demanda, segundo Silva e Moraes (2017a), faz-se presente nas últimas pautas do “Grito da Terra”, assim como em documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros grupos da sociedade civil organizada, constando, inclusive, no II PNRA, como visto.

O Grito da Terra Brasil é uma ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG), Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs)⁷⁶. Trata-se de uma mobilização de caráter

⁷⁶A recente concretização do processo de separação das centrais sindicais de agricultores e agricultura familiares e de trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados resultou, por um lado, na CONTAG e respectivas FETAGs, nos estados, congregando agricultores e agricultoras familiares e, por outro, na CONTAR e respectivas CONTARs, congregando trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados(as).

reivindicatório que, desde 1995, reúne, em Brasília, agricultores(as) familiares, trabalhadores(as) sem-terra e assalariado/as rurais do país,.

Uma das conquistas da mobilização do Grito da Terra é o referido Pronaf, sendo que, a partir de 2008, o MDA, na perspectiva de uma abordagem territorial do desenvolvimento, articulou esse programa a outros de variados matizes: Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER); Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); Comunidades Quilombolas, dentre outros, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC)⁷⁷ (MORAES, 2014a; 2014b).

Reivindicações voltadas ao desenvolvimento educacional e cultural para o campo, nas pautas do Grito da Terra, podem ser observadas nos anos de 1995 a 2003, quando o Programa Arca das Letras foi criado. No *site* da Contag, estão disponíveis as pautas do Grito da Terra de 1995 a 2015. Para fins desta dissertação, foram analisados os documentos dos anos de 1995 a 2003, ano de implantação do Programa Arca das Letras. Embora sejam oito anos de distância entre a primeira pauta até o ano de 2003, o *site* disponibiliza os anos de 1995, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003⁷⁸. O objetivo da análise foi localizar o registro de reivindicações de políticas públicas de cultura, em especial, de leitura, voltadas a povos rurais.

Na pauta de 1995, já se falava que as reformas constitucionais propostas pelo governo daquele ano, presidido por Fernando Henrique Cardoso, eram contrárias aos interesses dos povos do campo e que levaram à perda dos direitos de trabalhadore(as) rurais na questão previdenciária. Além disso, o governo não priorizava as reformas tributária e fiscal, da mesma forma como não priorizava povos rurais e suas demandas de políticas públicas para o campo.

Em 1997, a pauta voltava-se ao estabelecimento de um processo de negociação permanente para construir uma nova proposta de educação de povos

⁷⁷ O decreto de 25 de fevereiro de 2008 institui o Programa Territórios da Cidadania, o qual seria implementado de forma integrada por diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações que visam à melhoria das condições de vida, acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica de povos rurais. Tem o objetivo declarado de promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais em áreas rurais, inclusive, as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. (BRASIL, 2008b).

⁷⁸ A assessoria de comunicação da Contag informou que ainda não conseguiu localizar a pauta do Grito da Terra do ano 1996.

rurais, com revisão na metodologia e no calendário escolar, que favorecesse o aprendizado e a formação escolar de trabalhadore(as) rurais, bem como de seus(suas) filho(as); realizar uma avaliação geral e sistemática das escolas agrotécnicas e apoiar mudanças legislativas para uma gestão paritária do Senar, assegurando que 50% (cinquenta por cento) do orçamento fossem gerenciados pela Contag, para formação e capacitação de agricultore(as) e assalariado(as) rurais. A “área da educação” é citada nessa pauta como uma das mais graves deficiências em áreas rurais, inclusive com falta de prioridade do ensino fundamental, pautado em currículos inadequados às realidades rurais, e com “forte fator de desenraizamento social e cultural” (CONTAG, 1997, p.49).

Na pauta de 1998, já se reivindicava a criação de um programa nacional de alfabetização de jovens e adultos no campo, assim como reconhecimento e apoio oficial do governo às “escolas alternativas” (escolas-família, casas-família e outras), identificadas como único instrumento de educação para crianças e jovens rurais em diversas localidades, com a destinação de recursos que assegurassem o seu funcionamento.

Na pauta de 1999, destaca-se a demanda pela elaboração e implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável baseado, entre outros pontos, no acesso a políticas sociais básicas de saúde, educação, previdência e assistência social, lazer e cultura, bem como a defesa da realização de uma campanha de alfabetização de assalariado(as) rurais. Nota-se o destaque dado à cultura (embora sem maiores detalhes) e à alfabetização, para além das reivindicações de políticas agrária e agrícola.

No ano 2000 a pauta da educação foi estruturada em quatro tópicos: 1 – acesso à educação em todos os níveis, com ênfase na melhoria e ampliação do ensino público formal em todas as modalidades de ensino: infantil (pré-escolar), EJA, ensino fundamental e médio e ensino superior, além de escolas agrotécnicas federais; 2 – formação profissional com destaque ao Centro de Formação para o Desenvolvimento Sustentável; 3 – Programa Bolsa-Escola, requerendo o combate à evasão escolar e ao trabalho infantil, e 4 – Programa de educação contra a evasão escolar de filho(as) de agricultore(as) familiares.

Na pauta de 2001, reivindicaram-se mudanças nas regras de acesso ao Programa Renda Mínima/Bolsa Escola⁷⁹; reconhecimento, pelo MEC, de todas as escolas famílias agrícolas e casas famílias rurais; aprovação e liberação de recursos para construção do Centro de Formação para o Desenvolvimento Sustentável (conforme projeto encaminhado pela Contag ao Programa de Expansão da Educação Profissional [PROEP] do MEC e protocolado sob o n.º 4764); realização de um seminário nacional e de 25 seminários estaduais (um para cada estado da Federação), voltados para dirigentes e lideranças de trabalhadores e trabalhadoras rurais com o objetivo de debater sobre programas educacionais existentes, coordenados pelo MEC, com a participação dos movimentos sociais no processo de implementação desses programas; reestruturação das escolas agrotécnicas federais, mediante gestão participativa, objetivando atender aos interesses das comunidades, com prioridade para ações focadas no desenvolvimento local e regional sustentável.

No ano de 2002, a pauta do Grito da Terra voltada para as políticas de educação reivindica difusão e implementação das diretrizes operacionais de educação básica para as escolas do campo e a garantia de escolas públicas de qualidade no meio rural.

Em 2003⁸⁰, pela primeira vez, aparecem na pauta do Grito da Terra, de forma mais detalhada, reivindicações voltadas a políticas de cultura, expressando as seguintes aspirações: criação de um programa nacional de incentivo à cultura e ao lazer em áreas rurais e nas pequenas cidades; estabelecimento de políticas de incentivo à realização de festivais para a valorização e preservação das expressões multiculturais de áreas rurais; criação de bibliotecas volantes, assegurando o acesso à leitura e à pesquisa em localidades rurais. A estas somam-se reivindicações de políticas de educação, como a implementação de programa de combate ao analfabetismo de jovens e adultos em áreas rurais a partir das linhas gerais definidas nas Diretrizes Operacionais de Educação Básica do Campo⁸¹.

⁷⁹A Lei n. 10.219, de 11 de abril de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, instituiu o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação, o Bolsa-Escola. Em 2004, esse programa foi incorporado ao Programa Bolsa Família no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Trata-se de um programa de transferência de renda do Governo Federal mediante condicionalidades.

⁸⁰Ano em que ocorreram a reestruturação do Ministério da Cultura e os inícios de uma política de cultura que resultaria na instituição do PNC e do SNC (MORAES, 2015a).

⁸¹Sobre Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo ver Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.

A análise dessas pautas indica, até o ano de criação do Programa Arca das Letras, a ausência de prioridade a políticas públicas em áreas rurais, em especial, de educação e cultura. Nota-se nelas a preocupação com a erradicação do analfabetismo e com o reconhecimento das Escolas Família Agrícolas; com a educação básica e com a valorização da cultura, inclusive, com a criação de bibliotecas. Assim, embora a reivindicação específica de bibliotecas em áreas rurais tenha aparecido no mesmo ano de implantação do Arca das Letras, as pautas anteriores já evidenciavam a demanda por políticas de educação e cultura, além das consideradas como “necessidades básicas”, no jargão governamental, como se educação escolar e democracia cultural não o fossem. Aliás, as pautas apontam para a ressignificação do que sejam necessidades básicas, dentre elas, bibliotecas.

A propósito, Milanesi (2002) refere a importância de bibliotecas para medir o grau de desenvolvimento de uma sociedade. De acordo com o autor, a biblioteca, num determinado momento, é reflexo do grau de riqueza de uma sociedade, e o número de unidades espalhadas por um determinado território revela seu grau de desenvolvimento social. Nesse sentido, os países mais ricos criaram espantosos acervos, a exemplo da Biblioteca do Congresso, em Washington; por outro lado, nas regiões mais pobres, um pequeno acervo é raro e um livro, algo incomum, sendo a fala o principal transmissor de conhecimento.

A biblioteca, cujo papel é (re)socializador e político, tem a função de agregar pessoas de diferentes classes sociais, atuando como incentivadora do hábito da leitura. Bibliotecas comunitárias, tipo que mais se aproxima dos moldes pelos quais foi instituído o Programa Arca das Letras, têm função social diferenciada de bibliotecas convencionais, por proporcionarem um ambiente de leitura próximo a locais onde reside a população. Isso tem grande importância quando se considera que a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2016) mostra que a falta de bibliotecas próximas é uma das razões citadas por leitor(as) e não leitor(as) para o fato de não terem lido mais, ou não terem lido nos últimos três meses. Ter ambiente e condições favoráveis é, pois, essencial para a prática da leitura (SILVA; MORAES, 2017b).

É indiscutível a responsabilidade do Estado em disponibilizar bibliotecas e centros de leitura para a população, sobretudo, em regiões rurais onde se observa carência de equipamentos culturais. Nessas localidades, a presença de bibliotecas, mesmo em escolas, é realidade distante, daí uma política pública cultural de

incentivo à leitura, como o Programa Arca das Letras –voltado a suprir carência local de bibliotecas nessas áreas – é indicativo da situação de ausência de políticas de cultura em áreas rurais (SILVA; MORAES, 2017b). O Arca, como afirma Silva (2014), é o único programa governamental de política de leitura no plano federal exclusivo para povos e localidades rurais.

Inegavelmente, há diversas experiências localizadas Brasil afora, incluindo o próprio município de Teresina. São projetos de extensão universitária⁸² de grupos ou de ONGs. Em Teresina, por exemplo, podemos citar o Programa de Extensão Cultura Casca-Verde (2007), em suas relações com o Arca das Letras⁸³, e o de Minibibliotecas, da Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o qual não é voltado exclusivamente para áreas rurais, nem totalmente desvinculado do Arca. De fato, no ano de 2015, uma parceria entre Embrapa e MDA, através do Programa Arca das Letras, originaria uma chamada específica em edital: Minibibliotecas e Bibliotecas Rurais Arca das Letras001/2015, referente à distribuição de 270 *kits* contendo livros e materiais audiovisuais, em apoio ao Plano Brasil Sem Miséria⁸⁴. O objetivo declarado é incentivar a leitura e a inclusão produtiva no semiárido brasileiro, sendo que a participação prevê projetos de entidades governamentais e não-governamentais situadas nos municípios dos 14 territórios da região do semiárido atendidos pelo Plano Brasil Sem Miséria.

Sem dúvida, fica evidenciada a necessidade de um olhar mais atento à distribuição, no território brasileiro, de equipamentos culturais, dentre os quais, bibliotecas públicas ou comunitárias⁸⁵. No caso do Programa Arca das Letras,

⁸²Em uma perspectiva de prática libertadora, para além de mera transmissão de conhecimentos acadêmicos, “[...] A luta não é só em favor da Extensão Universitária, mas pela garantia das conquistas alcançadas no Plano Nacional de Educação, no Plano Nacional de Cultura, no Programa Nacional de Direitos Humanos, entre outras” (GADOTTI, 2017, p. 15, grifo meu)

⁸³O Projeto de Extensão Cultura Casca Verde foi vinculado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) em parceria com a Associação de Teatro Circo Negro finalizado em 2008. A partir dessa ação “[...] três agentes culturais foram incluídos no programa “Arca das Letras”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como agentes de leitura (responsáveis pela manutenção de uma pequena biblioteca comunitária doada pelo ministério). No ano de 2006, dois dos agentes culturais passaram a fazer parte dos quadros da organização do MST e outro agente cultural foi contratado como monitor da biblioteca da escola. Alguns tornaram-se colaboradores eventuais e, como não poderia deixar de ser, outros abandonaram a escola e também o ideário cultura casca-verde (ou não)”. (SOUSA, 2008, p. 111).

⁸⁴O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), foi lançado em junho de 2011, sendo declaradamente voltado para a superação da extrema pobreza no país (BRASIL, 2015b).

⁸⁵As bibliotecas públicas diferem das comunitárias por seus objetivos. A pública prioriza atender, por meio do seu acervo e de seus serviços, os diferentes interesses de leitura e informação da localidade na qual está inserida. Seguindo preceitos estabelecidos no Manifesto da IFLA/Unesco sobre bibliotecas públicas, são ainda consideradas equipamento cultural e, portanto, estão no

trata-se de uma ação de incentivo à leitura desvinculada das bibliotecas públicas, não sendo um programa ligado ao MinC, embora tenha parceria com esse ministério. Em sua concepção, o Arca é uma forma de biblioteca comunitária com uma concepção inovadora, caracterizada por propostas de práticas participativas de integração das localidades rurais em torno da disponibilização de livros e da prática de leitura. Como programa do Governo Federal vinculado à SEAD, descaracteriza-se como simples biblioteca comunitária, aproximando-se de características de biblioteca pública.

A criação do Programa, segundo Silva (2014), nasceu da necessidade de democratizar o conhecimento, bem como de oportunizar a prática de leitura de textos escritos a povos rurais historicamente excluídos do acesso à leitura e ao livro. De acordo com Soares (2007a), o Arca foi estruturado a partir de discussões em comunidades rurais, as quais resultaram na implantação de cinco bibliotecas como experiências-pilotos em três estados das regiões Nordeste e Sul: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A intenção, ainda conforme Silva (2014), era rastrear diferenças e singularidades da vida rural para construir coletivamente um projeto de bibliotecas que, com base em um só *modus operandi*, pudesse responder às expectativas plurais das comunidades e de suas especificidades regionais. O projeto-piloto deu certo, segundo a autora, e foi base para organização do programa, considerado hoje como o maior programa de bibliotecas rurais do país fora da rede escolar de ensino, dirigido diretamente a moradores(as) de localidades rurais e em parcerias com as redes Centros Familiares de Formação por Alternância (Cefas), da rede Escolas Famílias Agrícolas, e Casas Famílias Rurais (Ceffas), do Programa Educação no campo. As experiências-piloto permitiram delinear procedimentos operacionais do Programa e inspiraram um novo conceito de bibliotecas para o meio rural brasileiro.

O Programa volta-se para famílias assentadas da reforma agrária, agricultores(as) familiares, povos originários, remanescentes de quilombos, povos ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, Casas e Escolas Familiares Agrícolas, Centros de Formações por Alternâncias (Cenffas) e usuários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Apesar de funcionar desde 2003, a portaria

âmbito das políticas públicas de cultura. São criadas e mantidas pelo Estado (vínculo municipal, estadual ou federal). Por seu turno, bibliotecas comunitárias são criadas e mantidas por comunidades, sem vínculo direto com o Estado. (BRASIL, [2017]).

que institui o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras no âmbito do MDA só foi publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de janeiro de 2014. Em termos oficiais, segundo o discurso do Programa, visa-se a contribuir para que populações rurais tenham acesso a livros, de modo a reduzir desigualdades sociais: “o programa é um mecanismo de inclusão e estratégia para o enfrentamento das dificuldades de acesso à informação do ponto de vista geográfico.” (BRASIL, 2013b, p. 1).

O Arca nasceu com vinculação institucional ao gabinete do ministro, segundo Carleuza Silva, ex-consultora do Programa no MDA, sendo depois vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário, instância do MDA mais ligada à Confederação Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (Contag). Para a consultora, o programa visa a fortalecer a educação no meio rural. “[O programa Arca das Letras] estava para suprir parte dessa necessidade, seria mais uma ação dentro do conjunto de ações voltadas para fortalecer a educação no rural.” (Comunicação oral de Carleuza Silva, ex-consultora do MDA)⁸⁶.

O processo de criação do Programa Arca das Letras foi resultado de diversas somas. Cleide Soares, coordenadora geral do Programa, na gestão do MDA 2003-2012, diz em entrevista que o surgimento deu-se a partir da observação das características e necessidades do povo do campo, das suas próprias experiências com várias realidades rurais, dos seus conhecimentos e pesquisas bibliotecárias com diversos tipos de bibliotecas comunitárias no Distrito Federal, no interior do Brasil, e no exterior e, ainda, da sua formação como bibliotecária e da participação em movimentos culturais e sociais.

Como já mencionado, na análise das demandas contidas nas pautas do Grito de Terra, verifiquei uma linha voltada para a educação e, posteriormente, uma voltada para a cultura. Segundo Cleide Soares, quando refere sua própria participação na criação do Arca, a demanda na pauta do Grito da Terra teria sido incluída após experiências-piloto do MDA, conduzidas por ela, como veremos adiante. Ela inicia, dizendo:

Não me chamaram para criar o programa. Fui convidada para trabalhar no MDA como assessora cultural e também no MEC para estruturar programa de bibliotecas escolares, mas resolvi ir para o MDA e propor ações culturais tendo como base a biblioteca rural.

⁸⁶Entrevista realizada, via aparelho telefônico, no dia 5 de novembro de 2017, por Milane Batista da Silva. As citações seguintes, com a mesma referência entre parênteses, ao final, são transcrições da mesma entrevista, motivo pelo qual dispensarão este tipo de notas de rodapé.

(Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do geral do Programa, na gestão 2003-2012)⁸⁷.

Cleide Soares informa ainda que, com base em suas experiências profissionais, foi diagnosticada a precariedade na oferta de serviços culturais e de apoio à educação formal e não-formal no campo. Em 2003, em reunião de planejamento estratégico no MDA, com participação de movimentos sociais, como o MST, sindicalistas ligados à Contag e outros movimentos camponeses, foram identificadas “necessidades de incluir as ações culturais nas estratégias de desenvolvimento rural” (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do geral do Programa, na gestão 2003-2012). Segundo a entrevistada, a partir de visitas a comunidades rurais da região do semiárido nordestino e de colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, ela percebeu a total inexistência de bibliotecas. Como forma de intervir para preencher essa lacuna, após consultas às comunidades sobre as necessidades e interesses por informações e ações culturais, próprias, foram instalados alguns projetos-pilotos de bibliotecas em comunidades quilombolas, de assentamentos e de agricultura familiar, nas quais foi criada uma metodologia de trabalho com bibliotecas em comunidades rurais. Tal abordagem pressupunha, necessariamente, a indispensável participação comunitária na realização de projetos.

A ideia do programa Arca das Letras foi sendo disseminada a partir do trabalho iniciado com os projetos-pilotos e começaram a surgir demandas de outras comunidades nas regiões onde chegamos, notadamente no Rio Grande do Sul, na Paraíba e em Pernambuco. Depois, avançamos para outras áreas de atuação do Projeto Dom Helder Câmara, no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A partir daí, os movimentos sociais incluíram as bibliotecas em suas pautas de lutas. O Grito da Terra incluiu em suas demandas, o MST também, a Via Campesina e os sindicatos dos trabalhadores rurais de todo o país. Os assentamentos e os quilombolas passaram a ter prioridade nos atendimentos, seguidos das comunidades do Programa de Crédito Fundiário. (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do Programa na gestão 2003-2012, grifo meu).

⁸⁷Entrevista realizada em 15 de agosto de 2017 por Milane Batista da Silva, através de troca de mensagens por correio eletrônico entre esta pesquisadora e a interlocutora. O texto foi recebido no e-mail milane.batista@gmail.com. As citações seguintes, com a mesma referência entre parênteses, ao final, são transcrições da mesma entrevista, motivo pelo qual dispensarão este tipo de notas de rodapé.

Em relação à informação sobre a origem do programa ter partido de reivindicações de movimentos sociais, Cleide Soares esclarece:

O Arca das Letras foi uma ação governamental que atendeu demandas das comunidades que participavam de outros programas, como do Incra, do Projeto Dom Helder Câmara, do [Programa]Crédito Fundiário, Pronera (Educação do Campo), entre outros, e não necessariamente de movimentos sociais. (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do Programa na gestão 2003-2012).

Ao que parece, a ênfase é posta na ação governamental a partir de programas específicos. Mas esses próprios teriam origem apenas na ação governamental? Não seriam fruto das lutas sociais? Além do mais, por que pensar o Arca como política cultural? Como tal, não deveria o programa ser gerido pelo MinC? Certamente, aqui, cabe a necessária reflexão, com base em Vich (2013, p. 130) sobre o que esse autor define como “desculturalizar a cultura”, no sentido de considerar uma estratégia de pensamento e ação em curso na América Latina há algumas décadas, visando a posicionar cultura como agente de transformação social e a trazer à tona dimensões culturais de fenômenos que, aparentemente, não são culturais.

Podemos conceber o Programa Arca das Letras como uma política cultural com filiação institucional diferente de outras políticas culturais efetivadas pelo MinC, visto que se trata de um programa destinado a áreas rurais idealizado pela SEAD, resultante de reivindicações de movimentos sociais. Nesse aspecto, podemos pensar como Néstor Garcia Canclini, para quem política cultural não se restringe à atuação governamental ou, no caso, a um ministério específico. Ela envolve atores públicos, privados e da sociedade civil, os quais podem, inclusive, atuar em conjunto.

Uma evidência de que o Arca das Letras pode ser pensado como política cultural pode ser vista no catálogo de programas do Governo Federal do ano de 2008, destinado aos municípios. Nesse documento, os programas são classificados por tema, sendo que aparecem os seguintes relacionados a cultura:

1. Programa Brasil Patrimônio Cultural - Ministério da Cultura IPHAN/Superintendências Estaduais
2. Programa Cultura Viva-Arte, Educação e Cidadania - Ministério da Cultura -Secretaria de Cidadania Cultural.
3. Programa Monumenta - Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

4. Programa Pontos de Difusão Digital - Circuito Brasil Programa - Ministério da Cultura - Secretaria do Audiovisual/CTAv - Centro Técnico Audiovisual
5. Rede Olhar Brasil - Ministério da Cultura-Centro Técnico Audiovisual/CTAv - Centro Técnico Audiovisual
6. Programa Cultura Afro-Brasileira - Ministério da Cultura/FCP - Fundação Cultural Palmares/CGE - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica
7. Programa Engenho das Artes - Ministério da Cultura/FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
8. Programa Mais Cultura - Microprojetos - Ministério da Cultura/FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
9. Programa Livro Aberto - Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional
10. Programa Revelando os Brasis - Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual.
11. Programa Arca das Letras - Bibliotecas Rurais/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Coordenação Geral de Ação Cultural (BRASIL, 2008b, p.14, grifo meu)

É perceptível que todos os programas catalogados se vinculam diretamente à gestão do MinC, exceto o Arca das Letras, o qual pode ser visto como resultante de uma “militância alternativa pela leitura” (SOARES; CARNEIRO, 2010, p. 18), visando, segundo o texto do próprio Programa, a criar bibliotecas rurais e a formar agentes locais de leituras.

O Arca foi conduzido pelo MDA até 2016, sendo que, com a extinção desse ministério no governo Michel Temer, o Programa foi vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), sob a coordenação-geral de ação cultural da Secretaria de Reordenamento Agrário. Em 2017, passou a ser gerido pela Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, com suas ações executadas pela Coordenação de Gestão e Articulação do Políticas Públicas (CGPP), ligada à Casa Civil da Presidência da República.

Para Carleuza Silva, o Arca das Letras permaneceu no MDA, e não no MinC, porque foi uma ideia gerada pelo MDA, que tinha como parceiro o MinC, porém, ao logo dos anos, essa parceria foi perdendo força.

Foi o MDA que bancou [o Arca], só que no início do programa e até hoje se tenta trabalhar com o MinC. [...] a gente tentou trabalhar com o Ministério da Cultura. Só que, no início, nos governos Lula, essa parceria era muito efetiva, [...]por exemplo, teve algumas bibliotecas que receberam livros do próprio MinC através de chamada pública. Então era uma ação muito casada, que também nos últimos quatro anos essa ação foi “minguando”. [...] Mesmo, antes de eu sair, nós estávamos retomando essa parceria, já que o Ministério da Cultura

tinha mudado de ministro várias vezes, o que acarretava mudanças na direção [...] Já tínhamos feito várias reuniões com algumas secretarias pra ver as possibilidades, mas, aí, foi quando [houve a mudança de governo] e aí acho que deve estar meio parado com relação a isso. (Comunicação oral. Carleuza Silva, ex-consultora do MDA).

Já Cleide Soares, salientando sua própria atuação, diz que o MDA e o Minc tinham objetivos diferentes, já que o primeiro priorizava o rural, enquanto o segundo volta sua atenção para o urbano.

O Arca das Letras foi criado na estrutura do MDA e estava alinhado a todas as políticas do MDA, enquanto que o MinC sempre teve suas ações de bibliotecas mais voltadas para as áreas urbanas, bibliotecas públicas e nada para o campo. O Arca não cabia no MinC, o campo não estava nas prioridades do MinC, são atuações distintas. Acho que o MinC deveria investir mais no campo. Por falta disso, foi que o MDA assumiu para si, por causa da minha ida pra lá, bibliotecas rurais. (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora geral do Programa na gestão 2003-2012).

Nessa distinção entre objetivos e atuação do Minc e do extinto MDA, a fala de Cleide Soares enfatiza a falta de equidade entre rural e urbano nas ações do Estado, no que se refere a políticas de cultura. No entanto, em que pesem as incertezas decorrentes das mudanças ministeriais, vale citar notícia postada em 5 fevereiro de 2018, em *site* oficial do Governo Federal, que trata de parceria entre o MDA e o MinC, com vistas ao Programa Arca das Letras.

O sucesso do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, criado em 2003 pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) [sic!], chamou a atenção do Ministério da Cultura (MinC). Com mais de 11.000 arcas distribuídas em todo o País, o acervo conta com aproximadamente 200 livros de temas técnicos, didáticos e literários em cada móvel-estante. Durante o encontro realizado, na tarde desta quinta-feira(1), na Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que contou com a participação de representantes do MinC; do economista da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), Tiago Lopes Cantalice e do Subsecretário de Desenvolvimento Rural (SDR/Sead), Marcelo Martins, foi discutida uma parceria para capacitação e formação de agentes de leitura, oferecendo suporte e apoio por meio de um trabalho de monitoramento e treinamento continuado que seria realizado pelo MinC (SILVEIRA, 2018, grifos meus)⁸⁸.

⁸⁸ Conferir em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/encontro-discute-a%C3%A7%C3%B5es-e-parcerias-de-fortalecimento-do-programa-arca-da-letras>).

Com ação voltada para o campo, o Arca contabilizou metas em diversos programas, como Territórios da Cidadania, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, do Crédito Fundiário, Pronera, Pronacampo etc., porque foi uma ação do MDA (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do geral do Programa, na gestão 2003-2012).

Quanto à origem do sugestivo nome “Arca das Letras”, segundo Cleide Soares, o termo tem a ver com as consultas populares no âmbito do projeto-piloto. Segundo ela, o móvel da biblioteca⁸⁹ lembrava uma arca⁹⁰, assim, nas sucessivas discussões sobre o programa, surgiu a ideia de denominá-lo Arca das Letras. A fala a seguir indica como se chegou a essa denominação.

Decidimos que [o nome do Programa] seria Arca do Saber, mas soava esquisito. Tem gente que ainda me pergunta pela Arca do Saber. Pensamos em Arca da Leitura e, quando foi feita a logomarca por um colega nosso, do MDA, com letrinhas coloridas, quando sentamos com várias pessoas para discutir a formatação do acervo, surgiu a ideia de Arca das Letras e ficou [como] definitivo. Até a logomarca era provisória, mas gostamos e ficou definitiva. As comunidades achavam simples, alegre e movimentada. Íamos chamar [alguém] para fazer a logomarca, mas, com o desenho das letras e o nome consolidado nas primeiras arcas, ficou mesmo como Arca das Letras. (Comunicação escrita. Entrevista com Cleide Soares, coordenadora geral do Programa na gestão 2003-2012).

Vemos então como nasceu e institucionalizou-se o Programa Arca das Letras, com base em relatos de agentes da gestão pública que participaram do processo de implementação dessa política pública, a qual pode ser vista como uma política de democratização da cultura⁹¹, com incentivo à leitura de textos impressos, sendo

⁸⁹“As bibliotecas rurais existentes em diversas partes do mundo vão naturalmente variar de modalidade e formato de acordo com os recursos disponíveis. Na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá e em outros países que reconhecem a necessidade e a importância do serviço, os carros-bibliotecas são [é] a forma mais utilizada [...]. Entretanto, nesses países utilizam-se também caixas-estantes para regiões mais remotas ou para comunidades em que se convencionaram manter uma pequena coleção permanente por alguns dias ou meses [...] no Brasil [...] embora sonhemos com um carro-biblioteca doado por algum[a] mecenas ou por alguma instituição de apoio educativo e cultural (a UNESCO já distribuiu muitos carros-bibliotecas para países africanos e asiáticos), o certo é adotarmos as práticas e econômicas caixas-estantes [...], prática, aliás, já adotada pelo sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina [...]” (MAYRINK, 1993, p. 12, grifos meus)

⁹⁰Termo definido, no dicionário Houaiss, como: sf. caixa grande com tampa e fechadura; baú; cofre; burra. Fig. Tesouro. Reservatório, tanque. Marinha Cesto da gávea. Arcabouço... (<https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=arca>).

⁹¹Para além das distinções conceituais e políticas entre democratização da cultura e democracia cultural (FLEURY, 2009), muitas vezes, uma política voltada à democracia cultural terá necessidade de investir em práticas de democratização da cultura. O caso da leitura é exemplar.

destinada a regiões rurais com carência de mecanismos voltados a essa prática cultural. A propósito, o Plano Nacional de Cultura (PNC), nas suas metas, mostra a relevância das bibliotecas como fator de acesso à cultura letrada. E, como vimos, a cidadania é pressuposto básico tanto do PNC quanto do PNLL, sobretudo, tendo-se em conta o reconhecimento da diversidade cultural.

A propósito, quando compara o PNLL e o Arca, a ex-coordenadora do Programa, que representou o MDA nas discussões iniciais do PNLL no período de 2003 e 2004, especificamente no primeiro eixo (democratização do acesso), diz que o PNLL foi “virando mais uma grande discussão e o Arca das Letras foi para a prática, para cumprir o eixo”. (Comunicação escrita. Entrevista com Cleide Soares, coordenadora do geral do Programa, na gestão 2003-2012).

De fato, a análise desse eixo evidencia informações que condizem com diretrizes do Arca das Letras, como se pode ver no Quadro 7.

Quadro 7 – Relação entre Eixo 1 do PNLL e diretrizes do Programa Arca das Letras

EIXO 1 Do PNLL	Linha de ação	Conteúdos de diretrizes do Arca das Letras
Democratização do acesso	Linha 1: Implantação de novas bibliotecas (BRASIL, Decreto nº 7.559)	O Programa Arca das Letras propõe a implantação de novas bibliotecas em regiões rurais, conforme solicitação das localidades.
	Linha 3 Criação de novos espaços de leitura (BRASIL, Decreto nº 7.559)	O Programa Arca das Letras distingue-se de outras formas de biblioteca por sua instalação em locais como casas de moradores(as) da localidade, igrejas, associações de moradores ou outro espaço escolhido por moradores(as).
	Linha 4: Distribuição de livros gratuitos que contemplem as especificidades dos[as] neoleitores[as] jovens e adultos[as], em diversos formatos acessíveis (BRASIL, Decreto nº 7.559)	Os livros do programa são distribuídos gratuitamente. São cerca de 200 livros por biblioteca.

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação, com base nas referências indicadas na coluna 1 do quadro.

Cleide Soares tece críticas ao PNLL por não contemplar contribuições dos demais ministérios, além do MinC e também por não agregar o Programa Arca das Letras, o que contribui para que este não se fortalecesse enquanto plano nacional cujo objetivo era trazer avanços nos índices de leitura no Brasil.

O PNLL não virou um plano nacional que agregasse os números de bibliotecas de outros ministérios, não agregou as contribuições de

bibliotecas do MDA, do MS, do MMA, do Ministério da Agricultura (Embrapa) etc. Virou um plano do MinC e isso é pouco; se perdeu e não virou um plano de contribuição para avanços na área de Leitura. O resultado foi que o Brasil continua ruim nos índices de leitura. O PNLL não agregou e nem fortaleceu a área de livro, leitura e bibliotecas no país, infelizmente. O Arca das Letras não se fortaleceu como política dentro do MinC e nem o PNLL contribuiu para o Arca das Letras e nem para os demais programas de leitura ou de bibliotecas. Enfim, ficou tudo ruim. (Comunicação escrita. Entrevista com Cleide Soares, coordenadora geral do Programa na gestão 2003-2012).

Para essa interlocutora, “o Arca não cabia no MinC, porque o campo não estava nas prioridades do MinC, são atuações distintas” (Comunicação escrita. Entrevista com Cleide Soares, coordenadora do Programa, na gestão 2003-2012), fala semelhante à do ex-delegado do MDA no Piauí, gestão 2015-2016, para quem o Arca das Letras “não era uma política prioritária” (Comunicação oral. Marcelo Mascarenhas, ex-delegado do MDA no Piauí, gestão 2015-2016)⁹². Segundo ele, as restrições orçamentárias do MDA eram designadas para a produção onde o Arca das Letras não era prioridade. A prioridade era dada a programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ante essas falas, quando analisamos o volume de recursos destinados ao Programa pelo extinto MDA, surge a pergunta: o Arca das Letras foi, de fato, priorizado pela gestão pública, em termos de orçamento? Não é o que indicam os valores encontrados nos dados relativos ao orçamento destinado ao Programa no *site* do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPDG). Especificamente, nos projetos de leis orçamentários, não se encontram dados relativos ao período que vai do ano de 2003 (início do Programa) ao ano de 2006. Os valores que constam, destinados diretamente ao Arca das Letras são referentes ao período de 2007 a 2012. O valor inicial, para o ano de 2007, foi orçado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Em 2008, houve um aumento em relação a 2007, passando para R\$ 476.471,00 (quatrocentos e setenta e seis mil e quatrocentos e setenta e um reais), já em 2009, observa-se uma redução orçamentária para R\$ 354.912,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e doze reais), permanecendo esse valor em 2010. Em 2011 uma nova redução levaria o

⁹²Entrevista realizada na sede da Procuradoria Geral do Município, em Teresina-PI, em 9 de fevereiro de 2017, por Milane Batista da Silva e Maria Dione Carvalho de Moraes

orçamento para valor igual ao de 2007, ou seja, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e, novamente, o mesmo valor em 2012, conforme se pode conferir na tabela 1.

Tabela 1 – Orçamento destinado ao Programa Arca das Letras

Ano	Órgão Orçamentário	Ação	Projeto de lei	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total			2.086.295	2.196.295	2.196.295	1.268.221	879.486	878.431
2007	49000 – MDA	2C72 - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	300.000	310.000	310.000	244.459	13.664	12.610
2008	49000 – MDA	2C72 - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	476.471	576.471	576.471	382.847	379.604	379.604
2009	49000 – MDA	2C72 - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	354.912	354.912	354.912	175.187	175.187	175.187
2010	49000 – MDA	2C72 - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	354.912	354.912	354.912	205.480	204.718	204.718
2011	49000 – MDA	2C72 - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	300.000	300.000	300.000	93.186	61.638	61.638
2012	49000 – MDA	2C72 - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	300.000	300.000	300.000	167.063	44.674	44.674

Fonte: Painel do Orçamento Federal, do MPDG, 2017.

Nos anos subsequentes, de 2013 a 2016, há referência ao Programa nos projetos de leis orçamentárias, o que indica que o Arca entrou no orçamento, mas não se especificam valores. Somente no ano de 2016, é indicado o valor de R\$ 100.000,00(cem mil reais) para o Arca, destinado ao estado de Pernambuco. Vemos, assim, a progressiva redução de destinação de recursos, sendo que irrisória e errática destinação de recursos financeiros para um programa da envergadura do Arca, de certo modo, dá o tom de como o próprio governo o situa no rol das políticas públicas de cultura.

Outra evidencia da falta de atenção ao Programa é em relação à constante troca de gestores públicos, principalmente após a mudança do governo Dilma para o governo Temer. Carleuza Silva, na referida entrevista, diz que o Arca contava com apenas um servidor público efetivo, sendo comissionados demais cargos de consultorias e terceirizados. Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a coordenadora geral e a adjunta saíram da gestão do programa, assim como consultores(as), restando apenas servidores(as) terceirizados(as).

Ainda segundo Carleuza Silva, mudanças continuaram acontecendo na direção de acabar com boa parte das políticas públicas, principalmente para o rural, não havendo interesse da gestão atual em dar continuidade ao programa. “Ainda tem muita gente, mas está, lá,“capengando, porque muita gente saiu; quem tinha domínio dos programas saiu.No MDA, tem pouco servidor e também não há

interesse [da gestão atual em] tocar a coisa pra frente”. (Comunicação oral. Carleuza Silva, ex-consultora do MDA).

A fala de Dione Ferreira, coordenadora geral do Arca das Letras, gestão 2012-2016, coaduna com a de Carleuza Silva quanto às mudanças ocorridas no Programa. Para ela, após a extinção do MDA e consequente extinção da Coordenação Geral de Ação Cultural (CGAC), na qual o Arca estava inserido, o Programa migrou para outra coordenação criada a partir da nova estrutura, onde quase nada foi feito e, como consequência, ele estacionou.

Não houve empenho por parte dos atuais gestores em prosseguirem com esta política de incentivo à leitura. Chegaram a cogitar em reunião que um Programa de estímulo à leitura deveria estar sob a responsabilidade do Ministério da Educação. O que eles não entenderam é que a criação do Programa no âmbito do MDA surgiu da necessidade da democratização do conhecimento para oportunizar [a prática da leitura] às populações rurais que foram historicamente excluídas do acesso ao livro e à leitura. (Comunicação escrita. Dione Ferreira, coordenadora do Programa na gestão 2012-2016)⁹³.

Sobre alterações nos objetivos e diretrizes do Programa, Rodrigo Lira, que ocupou a função de coordenador do Programa na gestão 2016 a 2017, ou seja, após a extinção do MDA, afirma que não houve mudanças e que a coordenação do programa iniciou um monitoramento de todas as arcas implantadas, o qual encontra-se em andamento. Segundo ele, o programa continua em funcionamento, atendendo “demandas espontâneas” que chegam até a coordenação, já que não há mais consultores(as) regionais que as articulem demandas. Esse ano [em 2018] não houve entregas no Piauí, entretanto, foram registradas na Bahia, no Maranhão e no Mato Grosso do Sul (Comunicação escrita. Rodrigo Lira, coordenador geral do Programa, na gestão [2016]-2017)⁹⁴.

De fato, o portal da SEAD publicou, no dia 5 de fevereiro de 2018, a realização de um encontro entre representantes do MinC, um economista da SEAD, Tiago

⁹³Entrevista realizada em 14 de agosto de 2018, por Milane Batista da Silva, através de troca de mensagens por correio eletrônico entre esta pesquisadora e a interlocutora. Mensagem recebida no *e-mail* milane.batista@gmail.com. As citações seguintes, com a mesma referência entre parênteses, ao final, são transcrições da mesma entrevista, motivo pelo qual dispensarão este tipo de notas de rodapé.

⁹⁴Entrevista realizada em 19 de outubro de 2017, por Milane Batista da Silva, através de troca de mensagens por correio eletrônico entre esta pesquisadora e o interlocutor. Mensagem recebida no *e-mail* milane.batista@gmail.com. As citações seguintes, com a mesma referência entre parênteses, ao final, são transcrições da mesma entrevista, motivo pelo qual dispensarão este tipo de notas de rodapé.

Lopes Cantalice, e o subsecretário de Desenvolvimento Rural (SDR/Sead), Marcelo Martins, na Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), quando se discutiu parceria entre SEAD e MinC para “capacitação e formação de agentes de leitura, oferecendo suporte e apoio por meio de um trabalho de monitoramento e treinamento continuado que seria realizado pelo MinC”.

Segundo o Subsecretário da SDR, Marcelo Martins, esta conexão MinC e Arca das Letras é uma parceria muito interessante que está sendo viabilizada porque ela facilitará a renovação dos títulos de livros e a capacitação e treinamento dos agentes de leitura. Com a parceria, as 11.000 arcas espalhadas pelo país estariam interligadas com as 6.000 bibliotecas do Ministério da Cultura. Ganha o Minc e ganha a Sead. Renovação e capacitação foram os principais assuntos tratados na reunião[...] (SILVEIRA, 2018, não paginado, grifos meus).

O Arca das Letras é um programa cujos agentes de leitura são voluntários(as), o que pode ser relacionado ao fato de, como vimos, a dotação orçamentária ser ínfima. Aliás, vale lembrar que o termo *voluntariado* passa por debates que envolvem a interpretação do conceito de ação social, reportando a teóricos como Max Weber, Jürgen Habermas e Boaventura Santos, dentre outros, sobre ação social e seus sentidos, e a Marcel Mauss, no que tange à ideia de dádiva. Nessa perspectiva, destaca-se, por um lado, a complexidade da ação social; por outro, a crítica ao reducionismo instrumental dessa ação.

Nessa direção, vale considerar o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.)⁹⁵, originado na França, em 1981, que, “[...] em contraponto à tese de que o homem age, sobretudo, estrategicamente em função dos seus próprios interesses, busca ressaltar a irreducibilidade do social às esferas do mercado e do Estado” (LIMA, 2010, p. 22). Tal movimento baseia-se na teoria da dádiva, elaborada por Marcel Mauss, “uma crítica antirreducionista da realidade social que possibilita revelar a complexidade das motivações presentes na ação social” (LIMA, 2010, p. 23), que nos conduz a pensar que a vida social não é passível de ser reduzida ao puro interesse ou à obrigação.

⁹⁵Em 1981, em um Colóquio sobre o Dom, na França, observando a recorrência do discurso dominante segundo o qual apenas o cálculo do interesse consciente e racional ou inconsciente prevalecia nas Ciências sociais, Allain Caillé criaria uma associação com vistas à difusão das ideias contrárias a essa lógica dominante, com vistas a estimular um pensamento antiutilitarista. Daí surgiria o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS), cuja sigla é uma homenagem a Marcel Mauss (MARQUES, 2011). Disponível em: <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/07/ha-30-anos-nascia-o-movimento-anti-utilitarista-nas-ciencias-sociais/>.

Para Marcel Mauss, algo elementar às sociedades, em todos os tempos históricos, são o intercâmbio e a dádiva. O autor destaca o que chama de “prestações totais”, ou seja, contratos perpétuos entre clãs, através dos quais são compartilhados homens, esposas, crianças, ritos, festas, comidas, riquezas etc. Assim, dar, receber e retribuir são três momentos distintos, inclusive, ritualmente, cuja diferença é fundamental na constituição e manutenção das relações sociais. Na teoria maussaniana, a dádiva, além de operar uma mistura entre amizade e conflito⁹⁶, interesse e desinteresse, obrigação e liberdade, mistura não só pessoas que se presenteiam, mas também coisas e pessoas, coisas e espíritos. Marcel Mauss, no que denomina “moral da economia”, destaca “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto, obrigatório e interessado dessas prestações” (MAUSS, 2003, p. 186).

Nas sociedades modernas, via de regra, voluntariado é visto por uma perspectiva reducionista da ação social, sendo limitado ao altruísmo. Assim, o termo é relacionado, equivocadamente, a uma ação caritativa “desprovida de interesse” (LIMA, 2010, p.58). No entanto, pode haver interesse, inclusive “nas organizações quando estas colocam a noção de dar sem nenhuma intenção de receber algo em troca, sem contrair dívidas, mas obtendo sempre créditos pela sua ação” (LIMA, 2010, p. 58).

A propósito, no Brasil, a partir do final dos anos 1990, a ideia de solidariedade e de voluntariado como ação cívica ganhou corpo, sobretudo, com vistas à mobilização de pessoas, empresas e instituições da sociedade civil no enfrentamento de problemas diversos que vão da articulação de iniciativas e recursos a reivindicação de políticas públicas (VELOSO, 2004). Um dos pressupostos é que a participação direta de cidadãs e cidadãos nas chamadas “atividades sociais” é um mecanismo capaz de enfrentar questões relacionadas à liminaridade social e à consolidação da cidadania participativa. Assim, assegurar direitos torna-se corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil.

No contexto, pessoas de diferentes classes sociais são interpeladas de diversas formas e motivadas por discursos (também, variados: de matizes religiosas, políticas, das causas sociais, etc.) que acentuam valores da participação, da solidariedade, do voluntariado a doarem tempo, trabalho e talento, doações tidas

⁹⁶O que o autor chama de prestações totais agonísticas, por exemplo, acontecem quando um chefe ou grupo compete com outro sobre quem pode dar mais. (MAUSS, 2003)

como feitas “[...] de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário” (VELOSO, 2004, p. 2), Assim, o voluntariado, para além de prática historicamente vinculada a elites, em uma perspectiva caritativa, e a quem tem tempo disponível, ganha espaço em governos, empresas e setores populares subalternizados.

Nessa mirada, a ampliação do voluntariado no campo das políticas públicas, no Brasil, pode ser vista, conforme Veloso (2004), no forte apelo à participação social, em um contexto de ideário neoliberal, o qual se tem traduzido em recurso teórico-filosófico ante a crise da sociedade capitalista, em especial, no que tange ao mundo do trabalho. Neste contexto, vemos voluntariado acionado no Programa Arca das Letras, a par da insuficiente dotação orçamentária do programa.

Pelos menos em parte, os sentidos desse voluntariado para os(as) próprios Agentes de Leitura ficam expressos, nesta dissertação, tanto no que se expõe sobre a aceitação inicial da ação voluntária, quanto no que tange ao fato de deixarem-na por tornar-se, segundo relatos, incompatível com as necessidades de sobrevivência. Sem dúvida, é um tema que carece de melhor aprofundamento, visto que as condições operacionais nesta pesquisa não permitiram que fosse contemplado de forma mais consistente.

No contexto de um programa baseado na ação voluntária de agentes, nas primeiras ida a acampo, ouvi informações de que agentes teriam recebido remuneração de R\$ 300,00 (trezentos reais) para fornecerem informações de arcas de localidades vizinhas para o MDA. Questionada a respeito por mim, Carleuza Silva afirmou que houve, no início do projeto, ajuda monetária, com repasse de valores pelo projeto Missão Criança⁹⁷. O objetivo era a organização de comissões dentro dos territórios onde havia agentes de leituras, para que pudessem incentivar agentes e fazerem o monitoramento do Programa.

Além de fazer o monitoramento, de fazer a visita, também, quando tinha evento, eles eram convidados. Aí, era o Ministério que fazia o

⁹⁷Matéria no *site* do Governo do Estado do Piauí refere encontro entre agentes de leitura, realizado pelo MDA e pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Missão Criança, com o apoio da Delegacia do MDA no Piauí e dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O Encontro de Agentes de Leitura do Território da Cidadania Entre Rios (no qual se localiza o município de Teresina) seria realizado nos dias 26 e 27 de agosto de 2008, reunindo agentes de leitura e representantes de 84 comunidades do território, para discutir e avaliar o papel das bibliotecas rurais e dos agentes de leitura para o desenvolvimento comunitário e educacional (JANSEN, 2008).

pagamento do evento, da participação da pessoa, mas infelizmente nos últimos anos... Esse foi um projeto que foi é...Dois mil e oito [2008], por aí... Dois mil e nove [2009]... Durou uns dois anos, mas assim, não teve mais continuidade. (Comunicação oral.Carleuza Silva, ex-consultora do MDA).

Cleide Soares, diferentemente Carleuza Silva, diz que se trata de diárias e de ajuda de custo de viagens pagas pelo MDA, já que o Programa Arca das Letras realizou alguns encontros de avaliação e de integração de agentes de leitura, chamados de Encontros Nacionais, Territoriais e Estaduais de Agentes de Leitura do Programa Arca das Letras. Segundo ela, aconteceram quatro encontros nacionais, dois realizados no Rio de Janeiro e dois em Brasília,todos, no contexto da Feira Nacional de Agricultura Familiar-Brasil Rural Contemporâneo. Cleide Soares lamenta que poucos agentes participaram, recebendo diárias para custeio de despesas das viagens. Alguns foram em ônibus fretados por associações de agricultores(as) familiares para levarem expositores(as) à Feira e que abriram vagas para um(a) ou dois(duas) agentes de leitura.

Os recursos eram do próprio MDA e são chamados de diárias/ajuda de custo de viagem. A escolha dos agentes de leitura era feita pelas Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos estados, e alguns outros foram escolhidos por desempenharem, também, voluntariamente, protagonismo na realização de diálogos locais com outros agentes para aprimorar suas bibliotecas. Esses encontros eram muito positivos e, infelizmente, podíamos levar pouquíssimas pessoas dentro do grande universo de bibliotecas, pois não havia recursos, vagas nos ônibus ou hospedagens para levarmos mais pessoas.(Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora geral do Programa na gestão 2003-2012).

A ex-coordenadora do programa diz que os encontros estaduais de agentes de leitura foram realizados em parceria com os Estados, que garantiam o transporte, e o MDA, que custeou hospedagem e alimentação. Já os encontros territoriais de agentes foram realizados em parceria entre a OSCIP Missão Criança, que garantia alimentação, material (bolsa, caneta, bloquinho) e hospedagem, e os Municípios ou associações, que garantiam transporte das “comunidades” para o local dos eventos, geralmente, em um município central para todos(as) (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do geral do Programa, na gestão 2003-2012).

Quanto ao valor de R\$300,00 (trezentos reais), referido, trata-se de diária paga pelo MDA, através do Pronaf, para participantes da Feira Nacional de

Agricultura Familiar. A OSCIP Missão Criança não participou dos Encontros Nacionais, só organizou os territoriais, sem fazer pagamentos a agentes de leitura. Apenas eram pagos os serviços de alimentação, hospedagem e produção dos materiais a fornecedores(as) de produtos e serviços, mediante notas fiscais e atestado da equipe gestora do Arca das Letras (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do geral do Programa, na gestão 2003-2012).

Sobre a OSCIP Missão Criança, parceira do Programa Arca das Letras, durante a existência do MDA, Rodrigo Lira afirma não ter conhecimento, o que pode ser atribuído ao período da sua gestão, ocorrida após a extinção daquele ministério (Comunicação escrita. Rodrigo Lira, coordenador geral do Programa, na gestão [2016]-2017)

Já Dione Ferreira diz que, no período de 2007 a 2009, foi firmado um convênio entre o MDA e a OSCIP Missão Criança em que foram criadas, especificamente, trinta comissões de agentes de leitura em trinta Territórios da Cidadania. Entre os objetivos das comissões estava o de monitorar a situação das bibliotecas existentes, bem como fazer articulações para implantação de novas. No Estado do Piauí, foram implantadas em municípios dos Territórios da Cidadania Vale do Guaribas e Entre Rios, com doze agentes de leitura, sendo seis para cada Território.

Cada membro da comissão recebeu um *kit* de trabalho e recursos para cobrir despesas com deslocamento e alimentação, durante as visitas. Com relação às viagens para o Rio de Janeiro, ocorriam durante as edições da Feira de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, FENAFRA, promovidas pelo MDA, realizadas uma vez ao ano. Nessas feiras aconteciam os Encontros Nacionais de Agentes de Leitura do Arca, objetivando a formação e o fortalecimento de uma rede de parceiros, bem como a integração, entrosamento e troca de experiências entre os[as] agentes de leitura e as bibliotecas rurais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA custeava as passagens, diárias e hospedagem para os[as] agentes de leitura participantes. Vale destacar, que durante os Encontros, os[as] agentes apresentavam suas experiências e as mais diferentes formas e estratégias para atrair a comunidade para a biblioteca e para a leitura, como também os impactos ocorridos nas comunidades a partir da chegada das arcas em suas localidades. (Comunicação escrita. Dione Ferreira, coordenadora do Programa na gestão 2012-2016).

O Programa recorre a parcerias como forma prioritária de funcionamento, considerando a falta de dotação orçamentária e a economia de custos para a

fabricação e distribuição dos móveis do Programa. Dione Ferreira ressalta que não havia dotação orçamentária para a condução do Programa e que as parcerias formadas ao longo do seu desenvolvimento, em diversas esferas governamentais, não-governamentais e de movimentos sociais, garantiam os recursos necessários para a implantação das bibliotecas e a mobilização das localidades. Segundo ela, são parcerias tão importantes que, se o MDA tivesse que adquirir livros em editoras ou livrarias, um acervo inicial de 200 livros custaria, para cada biblioteca, aproximadamente R\$7.000,00 (sete mil reais). Porém, com doações por meio das parcerias e campanhas de arrecadação de livros, o Programa compunha os acervos sem custo para o Ministério. Se os livros tivessem que ser comprados, provavelmente seria inviabilizada a implantação e manutenção das bibliotecas, ante a dificuldade de investimentos em bibliotecas públicas no país (Comunicação escrita. Dione Ferreira, coordenadora geral do Programa, na gestão 2012-2016).

Segundo Marcelo Mascarenhas, o Programa não teve tempo suficiente para amadurecer e consolidar-se como política pública importante. Assim, há alta dependência de parceiros para fabricação dos móveis, e o Programa garante os livros. Com isso foram feitas articulações junto com a Embrapa, com o MEC, dentre outros órgãos. Houve ainda, no Piauí, uma parceria com a Secretaria de Justiça do Estado, para produzir os móveis⁹⁸ do Arca das Letras na serraria da Penitenciária Major Cesar (Comunicação oral. Marcelo Mascarenhas, ex-delegado federal do MDA no Piauí, de 2015 a 2016).

Segundo Carleuza Silva, essa parceria não chegou a concretizar-se, e alguns dos móveis arcas destinados ao estado foram doados pelo próprio Programa e por um convênio com a OSCIP Missão Criança. Esse convênio tinha o objetivo de confeccionar 300 (trezentos) móveis arca e capacitar agentes de leitura para municípios do Programa Territórios da Cidadania, mas somente parte dessas arcas teria sido, de fato, destinada ao Piauí (Comunicação oral. Carleuza Silva, ex-consultora do MDA).

Cleide Soares afirma que parceiros como o MST, Projeto Dom Helder Câmara e outros tiveram papel importante por ajudarem o Programa quando este já não tinha mais condições de atender às demandas. Para a ex-coordenadora, com o

⁹⁸Matéria no *site* do Governo do Estado do Piauí diz que a Secretaria de Justiça do Piauí e o extinto MDA firmaram parceria para possibilitar a confecção dos móveis das bibliotecas por detentos na oficina de marcenaria na Colônia Agrícola Major César Oliveira (RÊGO, 2015).

aumento das demandas, a coordenação não conseguia mais realizar as consultas comunitárias. Diretamente, então, movimentos sociais mais atuantes em cada estado ajudavam “comunidades” a realizarem as reuniões e a preencherem o formulário de consulta para se ter o perfil das necessidades relativas à formação dos acervos.

Em alguns lugares o MST fez as consultas; em outros foram os sindicatos dos trabalhadores rurais; outros, foram as prefeituras; outros, o Incra; outros, o [Projeto] Dom Helder, então, não haviam (sic) parcerias obrigatórias ou preferenciais. Precisávamos dos formulários de consultas para termos o perfil dos futuros leitores.(Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do Programa na gestão 2003-2012, grifo meu).

Corroborando informações sobre parcerias, referidas nas entrevistas com agentes da gestão pública, foi identificada referência à parceria com o Projeto Dom Helder Câmara, na seção 3 do Diário Oficial da União nº 98, no dia 24 de maio de 2006, na página 83, em dois contratos – nº 008/2006 e nº009/2006 - cujos objetivos eram

assessoramento técnico especializado, objetivando o desenvolvimento de ações/atividades destinadas à ampliação do Programa Arca das Letras junto às novas comunidades de atuação do Projeto Dom Helder Câmara, bem como de acompanhamento das bibliotecas já implantadas, conforme Projeto de Ação Conjunta entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário - MDA/SRA – Coordenação Geral de Ação Cultural, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, como Interviente, e a UGP-PDHC, parte integrante do presente instrumento contratual. (BRASIL, 2006, p. 83, grifos meus).

Ambos os contratos tinham o valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), sendo que esse convênio entre MDA e Projeto Dom Helder Câmara pode ter financiado acervos ou móveis-arcas no Piauí.

Também encontramos matérias publicadas no *site* do Governo do Estado do Piauí segundo as quais, no Piauí, algumas arcas foram fabricadas por alunos(as) portadores(as) de deficiência assistidos pelo Centro de Profissionalização Integrado (Cepi), escola de formação da Secretaria da Educação e Cultura do Piauí (Seduc), numa ação em parceria entre o MDA e o Governo do Estado, com recursos do Projeto BB/Fome Zero, do Banco do Brasil. (COMUNIDADES, 2006).

Carleuza Silva, na citada entrevista, diz que o Arca sempre foi um programa que sobrevivia de articulação política e de parcerias, porque os livros eram todos de

doação, principalmente pelo MEC e por editoras. Segundo Silva (2014), as parcerias para doação de livros são fundamentais para o Programa e envolvem os Ministérios da Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente e Agricultura. O fornecimento de livros também é obtido em campanhas de doação realizadas em escolas e bibliotecas, em eventos relacionados ao livro e à agricultura familiar e junto a instituições que publicam sobre temas julgados de interesse de povos rurais, caso da Embrapa, uma das últimas parceiras a entrar no programa. Os órgãos do Poder Legislativo fornecem exemplares da Constituição Brasileira e outros títulos de apoio ao exercício da cidadania. Editoras e escritore(a)s também participam com doações eventuais de obras.

Em termos de abrangência, o Arca está presente em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. No Brasil, até o ano de 2016, foram “implantadas 11.404 arcas em 2.509 municípios, atendendo a 1.280.760 famílias. Ao todo, foram distribuídos mais de dois milhões de livros e capacitados mais de 20 mil agentes de leitura” (MICHEL, 2016, não paginado). Segundo Tiago Lopes Cantalice⁹⁹, economista da SEAD, no Piauí, o programa foi distribuído para 92 municípios, com 550 bibliotecas implantadas. Para o município de Teresina, diz, foram distribuídas trinta e três bibliotecas. Essa mesma quantidade de bibliotecas consta no “Cadastro Geral” de agentes de leitura, porém a pesquisa de campo revelou algumas inconsistências nesse registro, inclusive no próprio cadastro, visto que, dessas trinta e três localidades, apenas trinta podem ser consideradas no total, porque a localidade EFA Soinho consta duas vezes no cadastro, enquanto a localidade Assentamento 17 de abril aparece ali de três formas. Em relação a essa localidade, constatei que as três formas cadastradas se referiam à mesma localidade, por isso, suponho, Tiago Cantalice refere-se a informações do mesmo cadastro de agentes utilizado nesta pesquisa. Portanto são trinta, e não trinta e três, as localidades que receberam as bibliotecas, sendo uma a AEFAPI.

Como veremos a partir do terceiro capítulo desta dissertação, com base nas falas de agentes de leitura, a forma como se deu o processo de implantação do Arca nos rurais teresinenses distancia-se do que apregoam as diretrizes do programa e agentes da gestão pública.

⁹⁹ As informações foram enviadas por Tiago Lopes Cantalice através de mensagens por correio eletrônico, no *e-mail* milane.batista@gmail.com, entre esta pesquisadora e o interlocutor, em 24 de outubro de 2018.

Em termos de estrutura física, o Arca tem por base uma caixa-estante de madeira (Figura 2), com portas nas laterais e na frente, que comporta uma coleção de aproximadamente 200 livros, sendo o acervo constituído de exemplares de literatura nacional, infantil e infanto-juvenil. Além do móvel e das obras, são encaminhados às localidades materiais de trabalho: carimbos com identificação da biblioteca, fichas de controle de empréstimo, marcadores de página e calendários, destinados à operacionalização de empréstimos de livros.

Figura 2 – Imagens do móvel arca



Fonte: Brasil (2013b).

Antes de fazer a entrega para as localidades, os móveis-arca são adesivados, com a logomarca (Figura 3) do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras (Comunicação oral. Carleuza Silva, ex-consultora do MDA).

Figura 3 – Logomarca do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras



Fonte: Brasil (2013b).

Figura 4 – Imagem do móvel arca com a logomarca



Fonte: Brasil (2013b).

O acervo enviado para as localidades rurais pela CGAC/SRA fica exposto nesse móvel com formato e desenho padrão para facilitar a sua reprodução por parceiros do Programa, além de produzir uma identidade visual própria ao Arca das Letras. Para isso, a CGAC encaminha a interessados em participar do Programa um manual de instruções (Figura 5) para a construção do móvel, o qual contém todas as informações necessárias, tais como as medidas físicas do móvel e a especificação técnica do material de fabricação.

Figura 5 – Imagem do site do Programa Arca das Letras



Fonte: Brasil (2013b).

Figura 6 – Imagem de página do manual do Programa Arca das Letras, com informações sobre o acervo

O Acervo: Classificação

Os livros seguem para as comunidades rurais previamente classificados por um sistema de identificação por cores que facilita a compreensão da ordem dos materiais distribuídos.

- Cor Laranja: literatura nacional e internacional;
- Cor Branca: literatura infantil e infantojuvenil;
- Cor Azul: livros técnicos e especializados;
- Cor Verde: livros didáticos e de pesquisa.

Preparação Técnica do Acervo

Os livros são selecionados da seguinte forma: primeiro é feita a triagem por assunto (literatura nacional, internacional, infantil e infantojuvenil, livros técnicos, especializados e didáticos). Em seguida, são carimbados (na folha de rosto) e recebem uma ficha de devolução que é colada na área interna da capa traseira.

Por fim, cada livro recebe uma etiqueta colorida na lombada com as cores correspondentes às áreas definidas.

Quando a comunidade receber novos livros por doação ou compra, deverá seguir o padrão do preparo técnico descrito.

Fonte: Brasil (2013b).

Quanto ao local, as bibliotecas são instaladas em casas de agentes de leitura ou em sedes de uso coletivo (associações comunitárias, sedes de pontos de cultura, igrejas, associações), de acordo com a escolha da localidade e disponibilidade de agentes. O corpo profissional voluntário não conta com qualquer tipo de remuneração pela prestação dos serviços, sendo responsável não só por controlar o

empréstimo de livros, como também pela divulgação do Programa e por campanhas para ampliação do acervo.

No que se refere ao perfil das localidades rurais contempladas com o Arca, entre elas, estão as de agricultores(as) familiares, assentamentos da reforma agrária sob supervisão do INCRA, loteamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), assentamentos estaduais, loteamentos do Banco da Terra, comunidades remanescentes de quilombo, colônia de pescadores(as), escolas famílias agrícolas, e outras. Segundo Silva (2015b), o maior número de bibliotecas implantadas foi em localidades de agricultores(as) familiares, seguidas por assentamentos da política de reforma agrária via INCRA, loteamentos do crédito fundiário, comunidades remanescentes de quilombo e as EFAs.

Para receberem as bibliotecas, as localidades devem-se inscrever junto à Coordenação Nacional do Programa, com informações para a formação de acervos, identificação de moradore(as) disposto(as) a serem capacitado(as) como agentes de leitura e informação sobre local de funcionamento das bibliotecas. Segundo documentos do Programa, cabe aos agentes de leitura atuar na divulgação das bibliotecas, cuidar da manutenção e expansão dos acervos, incentivar a prática da leitura, contribuir para a formação de leitore(as) crítico(as), desenvolver ações de valorização da cultura local, entre outras.

Agentes de leitura são classificados pelo programa em duas categorias: Agente 1 (A1) e Agente 2 (A2), como se o primeiro fosse titular e o segundo, suplente. Assim, a responsabilidade, em primeiro plano, é do(a) A1 (SILVA, 2015a), embora caibam às duas funções as mesmas atribuições. Em caso de ausência do(a) primeiro agente, o(a) segundo assume. A formação inicial dos(as) agentes de leitura ocorre durante a entrega da biblioteca na localidade ou no município, a qual pode ser realizada, atualmente, pela equipe da Coordenação-geral de Gestão Social e Articulação de Políticas Públicas da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) da SEAD ou pela equipe da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA), a representação do MDA, no estado.

O tempo destinado à formação inicial de agentes é de quatro horas-aula. Ao longo dos anos, o Programa Arca das Letras/CGAC tentou fortalecer, na medida do possível, essa formação com a realização de encontros nacionais, estaduais e territoriais, no entanto, esse tipo de atividade tornou-se esporádico e dependente de recursos disponibilizados em atas de eventos do ministério. Um grande obstáculo,

como já referido, é que não existe dotação orçamentária específica para a formação de agentes de leitura pós-instalação das bibliotecas. (SILVA, 2015b), o que se acrescenta aos vários elementos que reforçam os questionamentos sobre o Programa.

Com relação à escolaridade de agentes de leitura das cinco regiões do país, Silva (2015a, p. 6), o “Sistema Arca e dos documentos oficiais da CGAC” informa que o maior percentual de agentes tem nível médio; em segundo lugar, nível fundamental e, em terceiro, curso superior, havendo, em todas as regiões agentes com pós-graduação. Com relação ao perfil de gênero, 7.070 agentes são do sexo feminino e 3.551, do sexo masculino. As mulheres respondem por 66% das agentes e também são as que apresentam maior nível de escolarização.

No estado do Piauí, especificamente, no município de Teresina, pode constatar, no cadastro geral de agentes de leitura, datado de 22 de março de 2016, que são 64 no total, sendo 44 do sexo feminino e 20 do sexo masculino.

Como referido, o Arca das Letras encontra-se ativo no país, inclusive, com um contrato vigente de serviço de consultoria através de projeto de cooperação técnica – (PCT/BRA/IICA/12/002-SDR/SEAD) celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), por intermédio da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural. O objetivo declarado é a avaliação da metodologia de capacitação do programa, com proposição de aperfeiçoamento ou de nova metodologia de capacitação e implantação de cursos, no caso, no Estado do Pará, no valor contratual de 90.600,00, com vigência de 20 de abril de 2017 a 15 de abril de 2018, publicado no DOU do dia 23 de junho de 2017, página 3 da seção 3. (BRASIL, 2017).

Mas, como observa Cleide Soares, o Arca sofreu muitos retrocessos ao longo do tempo e, por conta disso, muitas experiências com as bibliotecas foram prejudicadas (Comunicação escrita. Cleide Soares, coordenadora do Programa, na gestão 2003-2012). De fato, essa avaliação aplica-se ao município de Teresina, como veremos, adiante, sendo difícil dizer quando ocorreu o último encontro de agentes de leitura do Programa, seja regional, seja nacional. Pesquisa em *sites* de notícias, e oficiais indicam que a maior parte dos encontros realizados no Brasil ocorreu anteriormente ao ano de 2012, restando alguns poucos encontros posteriores a essa data. Isso leva a supor que, até 2017, ano em que concluí a

pesquisa de campo, foram raras as capacitações ou acompanhamento das atividades do Programa, após 2012.

No capítulo 3, a seguir, trato do Arca das Letras, em Teresina, com base em relatos de agentes de leitura locais. A partir dessas falas e de outros dados, traço um panorama da situação do Arca nos rurais teresinenses, desde sua instalação local até os dias atuais.

PÁGINAS SUPRIMIDAS

127 À 226

esse objetivo foi alcançado, embora tenhamos feito, ao longo da pesquisa, alterações no que tange aos objetivos específicos, redirecionando nosso foco de uma leitura mais localizada, em algumas localidades, para uma leitura com abrangência territorial – no sentido, mesmo, de abarcar a totalidade das localidades nas quais o Arca foi instalado, recuperando a sua trajetória dos inícios aos dias atuais. Com esse redirecionamento, posso dizer que o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados, com o citado redirecionamento.

Em um primeiro momento, com base em pesquisa bibliográfica de cunho conceitual, procurei mostrar os desafios a uma agenda brasileira no campo das relações entre ruralidades e políticas de cultura, inclusive, trazendo elementos conceituais destas, nas perspectivas da democratização da cultura e da democracia cultural. Com isso, pude afunilar para o tema das políticas de leitura no Brasil, pensadas como políticas de cultura, embora muitas delas apresentem vinculação institucional ao Ministério da Educação, situando-se aí o Programa Arca das Letras, em um amplo panorama de atores, contextos e processos. Em seguida, indiquei o lugar e a especificidade do Arca das Letras na trajetória das políticas de leitura no Brasil, evidenciando, ao mesmo tempo, como o país, historicamente, vem lidando com povos e áreas ruraisnessas políticas.

Assim, pude mostrar que o Programa Arca das Letras como política de cultura vinculada ao MDA é resultante de demandas dos movimentos sociais de povos rurais, em especial, o Grito da Terra Brasil, em cuja pauta consta a demanda por bibliotecas em áreas rurais, sendo que o Arca consta no II PNRA. Para tanto, recorri a pesquisa bibliográfica e documental, reunindo informações acerca dessas pautas, provindo algumas delas de contato direto com a secretaria da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da agricultura (CONTAG), nas quais constatei a citada demanda. A escassez de trabalhos de pesquisa sobre o Programa Arca das Letras levou-me a buscar contatos com agentes da gestão públicavinculados(as) ao Programa, para melhor compreender e sistematizar uma análise.

Na pesquisa de campo, além dos contatos referidos, visitei as 29 localidades rurais de Teresina onde o Arca foi instalado, mais a AEFAPI, e construí um mapa dessa presença e sua distribuição nos rurais teresinenses, referidos no plural com vistas a apontar para a sua diversidade: assentamentos, escolas, localidades rurais mais ou menos agrupadas. Também foi possível produzir imagens fotográficas para

registro das situações diversas de como e onde se encontram móveis arca e acervos de livros.

Os dados construídos a partir das informações fornecidas por participantes da pesquisa, assim como pela observação direta, *in loco*, permitem compreender algo da forma pela qual o Programa foi implantado em Teresina, com foco em quatro elementos que caracterizam a implantação: formulário inicial, cadastro, capacitação de agentes e definição do acervo. A análise retrospectiva do processo foi possível com a contribuição de informações documentais e de agentes públicos, sobretudo, sobre as diretrizes do Programa, e com a escuta de agentes de leitura. De fato, quase nada foi encontrado em termos de registros da gestão pública do Arca em Teresina, a não ser um cadastro das localidades, o qual, como informei, apresenta algumas informações contraditórias.

Com essa análise inicial, pude trazer alguns elementos do processo de implantação do Programa, inclusive, atores sociais envolvidos, os quais já possibilitam vislumbrar certos problemas que vieram a ocorrer com o Arca no município de Teresina. Nesse sentido, quero dizer que, pelas informações recolhidas, após quinze anos de instalação do Arca das Letras nos rurais teresinenses, vê-se que o processo sofreu alguns problemas relacionados à seleção de agentes e definição de acervo. Em ambos, pude concluir que faltou maior envolvimento das populações locais, que a capacitação de agentes foi insuficiente e que faltou acompanhamento do Programa por parte da gestão pública. Tais problemas tiveram peso na (des)continuidade do Arca.

Como ficou evidenciado nas informações de agentes de leitura, não teria havido um processo mais cuidadoso de informação sobre o Arca e de envolvimento de habitantes das localidades que possibilitasse uma seleção de agentes de leitura e definição do acervo de forma coletiva e participativa. De fato, alguns(mas) agentes disseram não ter conhecimento do Programa quando foram indicados(as). Além disso, a distribuição dos acervos deu-se de forma aleatória, sem os cuidados necessários para que fossem, minimamente, adequados às realidades locais, visto que a maior parte foi recebida sem participação prévia de moradores(as). Se a seleção do acervo partisse, pelo menos, de agentes de leitura, a escolha poderia refletir o meio cultural no qual esse(a) agente vive. A seleção é necessária por conta do número limitado de livros disponibilizados (cerca de 200) por localidade. Algun(mas) agentes mencionaram que o “pacote” já veio pronto e, nesse caso, como

pensar numa democracia cultural? Nesse sentido, o Arca das Letras aproxima-se mais da perspectiva de democratização da cultura letrada.

Os sentidos agenciados por agentes de leitura nas 29 localidades rurais teresinenses e na AEFAPI, ao longo da pesquisa, revelam que a maior parte das localidades recebeu o Arca não por iniciativa de seus/suas habitantes, mas por intermediações da PMT, de pessoas ligadas ao MST, de algum(a) agente da gestão pública que tenha indicado pessoas para exercerem a atividade de agente de leitura. Tal situação, como mencionado, contraria o que consta no manual do Arca quando diz que a implantação de uma biblioteca se dá por meio da mobilização das localidades que decidem aderir ao programa, ou seja, houve contradições entre o discurso do Programa e sua prática no rural teresinense, desde a implantação.

Após o desenho inicial da conceituação e da implantação do Arca em Teresina, os resultados da escuta de agentes de leitura e de agentes da gestão pública, na busca de apreensão dos sentidos que atribuem à sua própria experiência com o Programa, evidenciam que, em termos gerais, entre agentes de leitura, predominam, por um lado, sentimentos de abandono do Arca pela gestão do Programa, e, por outro, praticamente na mesma medida, expressões de que o programa “foi bom” para o estímulo à prática de leitura demoradores(as), em especial de “jovens”. Entre agentes da gestão pública, as falas, por um lado, apontam para a relevância do Programa; por outro, para a situação crítica na qual ele se encontra, principalmente, dizem, devido à mudança no Governo Federal, em 2016, e ao fim do MDA.

Uma das conclusões da pesquisa leva a questionamentos da ideia de cultura como acúmulo, presente na forma como o Arca foi implantado em Teresina. Refiro-me à ideia de cultura que faz com que crianças e jovens tornem-se “público preferencial”, como mencionado no texto desta dissertação, de determinadas políticas públicas de cultura, pela crença de que devam ter acesso facilitado a alguma herança cultural acumulada. O pressuposto é que, se mães e pais não têm esse capital, deverão ser utilizados os “benefícios” públicos, obrigatoriamente, a escola e, eventualmente, a biblioteca municipal, comunitária ou pública, quase nunca identificada como um serviço para pessoas adultas. A biblioteca é pública, mas pessoas adultas não fazem, necessariamente, parte do “público” de bibliotecas públicas, e a sua presença ali poderia parecer estranha, pois o espaço é direcionado

ao “público infanto-juvenil”. Ao que parece, enquanto durou, o Arca das Letras, em Teresina, atuou nessa direção.

Sem dúvida, o discurso do Arca é que o programa se destina a moradores(as) das localidades de todas as idades, mas, na pesquisa, ficou evidenciada a ideia de um incentivo maior para o acesso de crianças e jovens, como aparece nas falas de agentes de leitura. E, de fato, o Programa Arca das Letras está inserido no decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016, que institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, no eixo promoção da qualidade de vida, com a estratégia de acesso a bens culturais, tendo como meta a ampliação do Programa Arca das Letras.

Algumas falas indicam que a proximidade de moradores(as) com os livros ajudou alguns(mas), com preponderância de jovens, em pesquisas, concursos, trabalhos escolares, em geral, e no estímulo à leitura, reforçando que a biblioteca se voltou, prioritariamente, para essa geração de leitores(as). Observamos, inclusive, que esse aspecto foi considerado algo positivo. Mas essa situação leva a se indagar: isso não significaria que as bibliotecas escolares estão carecendo de reforço?

De fato, constatei que livros do Arca, nas EFAs, exceto na EFATUR, encontram-se no acervo das bibliotecas das escolas. No caso de algumas EFAs, esse acervo foi acrescentado ao existente nas escolas, por isso, nessas situações, observam-se acervos maiores do que o distribuído pelo Programa e maior acesso a livros por aluno(as) das escolas. No caso da EFTUR, os livros do Programa foram distribuídos para as outras EFAs, porque se trata de uma EFA específica para área do turismo e, portanto, os livros direcionados para temas agrícolas não correspondiam às necessidades daquela escola. No caso das outras EFAs (Baixão do Carlos e Soinho), o acesso é limitado a aluno(as) da escola, não se estendendo aos demais moradores(as) das localidades. Vale lembrar que a AEFAPI fez parceria com o MDA para receber o Arca e fazer a distribuição do material para as EFAs no estado do Piauí.

Pude ver, assim, um conjunto de situações em que é possível dizer que há bibliotecas do Arca ativas nos rurais teresinenses, mas elas funcionam, predominantemente, nas sedes de escolas e creches, que integraram o acervo às suas bibliotecas. Sem dúvida, tal localização dos não atende às diretrizes do Programa, segundo as quais os livros não devem ficar em escolas. Destaque-se que

estas são soluções baseadas no senso prático de agentes, entregues à própria sorte em suas localidades, os quais buscam adequações às necessidades e condições locais. Tais soluções são reveladoras de que, por um lado, nas localidades, a representação de biblioteca está vinculada a necessidades escolares de crianças e jovens e, por outro lado, à ausência de investimento da gestão do Programa em um trabalho de construção coletiva com vistas a uma biblioteca para todas as gerações.

Outra das conclusões da pesquisa é que, embora em Teresina o Programa tenha sofrido descontinuidade, ele é considerado uma ação que foi importante nas localidades. As falas de agentes de leitura apontam para envolvimento e interesse inicial em serem mediadores(as) na ação cultural de promover o acesso a livros para habitantes das localidades rurais onde vivem. Nenhum do(as) agentes de leitura fez alguma apreciação do Arca como desnecessário, no entanto, apesar desse reconhecimento, ficaram patentes três grandes fragilidades do programa: 1/ orçamento insuficiente, como demonstrado nas tabelas orçamentárias expostas nesta dissertação e como referido em falas de agentes da gestão pública; 2/ trabalho de agentes com base no voluntariado – situação diretamente relacionada à do orçamento –, em uma situação de vulnerabilidade social de muitos(as) agentes, na luta cotidiana pela sobrevivência; 3/ ausência de supervisão/acompanhamento por parte da gestão do programa, a qual foi enfatizada por agentes de leitura e por agentes da gestão pública.

Ante o exposto, indaga-se: como implantar uma política pública dessa forma? Isso porque orçamento insuficiente, trabalho voluntário (na base) e falta de acompanhamento formam um trinômio da insustentabilidade do Programa. Como resultado, mesmo aqueles(as) agentes de leitura que se dizem interessados(as) pelo Arcarevelam as dificuldades do trabalho voluntário e o sentimento de abandono do seu trabalho pela gestão do Programa, ao longo do tempo. A referida ausência de acompanhamento, assistência e supervisão aparece unanimemente nas falas como fator de desestímulo. Mesmo em localidades nas quais os móveis arcas encontram-se em casas de agentes de leitura, integrados à mobília doméstica, o Programa já não está ativo, aparecendo de forma recorrente o tema da desistência de agentes de leitura por diversos motivos (casamento, trabalho, mudança para a região urbana, mudança de estado etc.), além de problemas provocados por fenômenos naturais, como mencionado. Mas, sobretudo, a falta de acompanhamento, por parte da

gestão do Programa não permitiu que essas situações fossem identificadas e que fossem buscadas soluções com vistas à continuidade do Arca.

Durante a pesquisa, quando busquei contato com gestores municipais, estaduais e federais, pude constatar que, além das informações de cunho mais geral sobre o programa, pouco foi dito por eles(as) sobre a situação do Arca no Piauí e em Teresina, o que me levou a detectar um distanciamento das situações concretas e a falta de agentes da gestão pública atuando diretamente no campo, junto a agentes de leitura. Aliás, o trabalho de localizar vários(as) desses(as) agentes tanto de leitura quanto da gestão pública foi uma operação de paciência e determinação, mas, em compensação, aqueles(as) que consegui contactar demonstraram interesse em contribuir com a pesquisa.

Em relação a agentes da gestão pública, os sentidos mais frequentes são de que o Programa é uma política afirmativa e inclusiva, com reconhecimento enquanto uma política pública de êxito/sucesso, por contribuir para progresso/evolução das pessoas. No geral, as falas apontam para o Arca das Letras como ação que merece reconhecimento enquanto iniciativa para amenizar o distanciamento de povos rurais do acesso a livros e à prática da leitura, mas que precisa de acompanhamento, avaliação e dotação orçamentária para se tornar uma política capaz de mudar os índices de leitura no país.

Em que pesem essas atribuições de sentidos positivos, o Arca é tido como limitado, sendo um programa jovem que carece de amadurecimento. Em algumas falas, há referências que apontam para uma hierarquia estabelecida entre políticas públicas em cujo âmbito o Arca é tido como “política inferior, de pouca visibilidade e prioridade”, além da tristeza em relação à situação em que ele se encontra no estado. São significações que guardam estreita relação com a questão da insuficiente dotação orçamentária do Programa e, na quase totalidade, os(as) agentes da gestão pública culpam as mudanças na gestão decorrentes da mudança de governo como fator limitador da ação para desenvolvimento e ampliação do Programa no país. Assim, dão a entender que, mesmo com a manutenção da SEAD, o futuro do Arca é incerto, principalmente quando se considera a histórica (des)atenção dada a políticas culturais direcionadas a povos rurais.

Sem dúvida, pode-se considerar que o Arca das Letras intenta, dentro de uma perspectiva de democratização da cultura letrada, proporcionar o acesso à leitura de

livros impressos, entretanto fica patente, a partir do caso de Teresina, que não basta distribuir livros, sendo necessárias políticas consistentes, que respeitem as peculiaridades de cada localidade, e, para isso, o interesse do Estado deve se alinhar aos de cidadãs e cidadãos.

A luta por direitos é uma constante no Brasil, e a história prova a não-linearidade dos ganhos sociais. Nesse contexto, a prática cultural da leitura é fundamental para uma sociedade mais igualitária, sendo dever do Estado e direito de cidadania a implantação de políticas culturais com devido acompanhamento e avaliação, independentemente da região onde os atores sociais habitem. O êxito de tais empreendimentos deve estar na agenda dos órgãos gestores que não podem, simplesmente, deixar nas mãos de iniciativas locais e de um voluntariado a responsabilidade de uma ação governamental. O Estado não pode abrir mão de sua responsabilidade, nem pretender que as próprias localidades assumam um papel que, por obrigação, é da Administração Pública. Em alguns casos, a estratégia pode até ser bem sucedida – aliás, fica o desafio de saber como vem ocorrendo em outros municípios e estados – mas, em muitos outros, realizada de forma inadequada, sem o devido acompanhamento, tende ao fracasso, como é o caso dos(as) voluntários(as) agentes de leitura do Arca nos rurais teresinenses, em sua maioria.

E não se pode ignorar que, embora aparentemente desativado no rural teresinense, isso não significa um fracasso do Programa. Como os(as) próprios(as) agentes dizem, “o programa foi bom”, “a iniciativa foi boa”. Apesar de uma análise da situação nacional extrapolar os limites desta pesquisa, busquei informações sobre o Arca no plano oficial, constatando que se encontra ativo e com um leque de ações em curso em diversos estados do Brasil. Claro está que trata-se de uma informação que carece de aprofundamento, mas, posta em perspectiva com a situação encontrada em Teresina, têm-se margens para comparações que desafiam a outras possíveis pesquisas.

Nesta investigação, ficou evidenciado que a mera distribuição de livros e a definição de agentes de leitura, sem acompanhamento, à espera de que o voluntariado transformasse realidades, contribuiu para que o Programa se fragilizasse enquanto política pública. Possivelmente, a presença de outras tecnologias, como a *internet*, paralelamente à distribuição do acervo, à sua renovação e ao acompanhamento, pudesse ser acionada para contribuir no próprio acompanhamento e na continuidade do Programa.

A demanda de movimentos de povos rurais por bibliotecas evidenciou a necessidade de mudar a forma como tais povos são vistos quando se revelam como atores sociais para além de corpos funcionais. É, pois, fundamental que políticas de cultura voltadas a povos rurais invistam na mudança da própria forma como são vistos no Brasil, visto que se fragilizam as políticas públicas de cultura se não há o reconhecimento da cidadania dos habitantes, seja das cidades, seja do campo.

O Arca nasce da demanda de povos rurais, mas, apesar de ter-se expandido Brasil afora, com números impressionantes, o Programa parece não ter atingido a força política necessária, nem a dotação orçamentária devida. Além do mais, poderia ter sido abraçado, de forma mais efetiva, por ministérios como o Minc e o MEC, funcionando nas localidades rurais e compondo indicadores que contribuam para o PNC do país. Provavelmente, uma pesquisa voltada a esse fim poderia elucidar as relações interministeriais, em seus consensos e dissensos, no que tange ao Arca.

Apesar disso é preciso reconhecer que se trata de uma iniciativa notável no campo das políticas públicas e que, mesmo com poucos recursos orçamentários, alcançou algum êxito, como indicam vários relatos de pessoas que usufruíram dos livros disponibilizados. Pelo menos no Piauí e, especificamente, em Teresina, atingiu diretamente populações com pouco acesso a livros, sendo que, conforme vários relatos, possibilitou, embora no plano micro, uma iniciativa comumente vista em regiões urbanas. No entanto, o Programa carece de uma avaliação nos planos nacional, estaduais e municipais, o que se coloca como mais um desafio tanto à pesquisa acadêmica quanto à gestão pública.

Em termos gerais, no Brasil, o discurso da gestão pública sempre defendeu e ressaltou a importância das políticas para livro e bibliotecas, mas pouco se veem termos de investimentos e ações para concretização da prática da leitura em áreas rurais do país. Nesse sentido, o Programa Arca das Letras, resultado de lutas encabeçadas por movimentos sociais, destaca-se como iniciativa que requer que outros setores da sociedade também estejam mais próximos desse programa, exigindo prioridade na alocação de recursos públicos. Os desafios são grandes, e grande também tem sido a luta por soluções. Só o tempo será capaz de dizer se o Programa manter-se-á ativo, se permanecerá com a mesma metodologia adotada ou se reinventará, na medida do reconhecimento e do interesse público.

A partir da situação encontrada em Teresina, esperamos que esta pesquisa estimule outras sobre o Arca, ampliando o ainda tímido debate sobre o tema das políticas públicas culturais voltadas a povos rurais. Também contamos com que ela possa fornecer subsídios a agentes da gestão pública para que possa ser repensada a atuação do Estado no Programa e em outros semelhantes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 702, ISSN 1415-4765, 2000.
- ALBUQUERQUE, L. M. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, ano XVIII, n. 20, p. 50–53, 1999.
- ALMEIDA, A.W.B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *In*:GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidades de campesinatos**: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. São Paulo: EdUnesp; Brasília: NEAD, 2009. v. II. p. 37-68.
- ALMEIDA, L.S.; MEDEIROS, V.S. Breve panorama das políticas públicas para a leitura no Brasil. *In*: I Simpósio de Linguística, Literatura e Ensino do Tocantins, 1., 2013, Araguaína-TO. **Anais...** Araguaína-TO: UFT, 2013. p. 325-334.
- ALMEIDA, M.W. Narrativas agrárias e morte do campesinato. **RURIS**, v. 1, n.2, Campinas: Unicamp, setembro/2007, pp 157-188.
- ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. *In*:_____. **Cultura Política nos movimentos sociais latinoamericanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.p. 15-57.
- ANDER-EGG, E. **Política cultural a nível municipal**. Buenos Aires: Humanitas, 1987.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **Hist. Cienc. Saúde**, Manguinhos, v. 21, n. 2, p. 385-402, 2014.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- BARBOSA, F. Ministério da Cultura no governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. *In*: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais**: um campo de estudo. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008. p. 59-86.
- BAUER, M.W.; GASKEL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BEAUD, S.; WEBER, F. Conduzir a pesquisa. *In*: _____. **Guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 65-90.
- BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. *In*: FELDMAN-BIANCO, B; LEITE, M.L. M. (Orgs.). **Desafios da imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998. p.197-211.

BOTELHO, I. **Dimensões da cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo, 2016.

BOTELHO, I.; FIORE, M. Ouso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. *In*: CONGRESSO LUSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS CULTURAIS, 8., 20104. Coimbra. **A questão social no novo milênio**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, 2004.

BOURDIEU, P. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. *In*: CHARTIER, R. (org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação liberdade, 2011. p. 231-53.

BOURDIEU, P. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. Compreender. *In*: _____ (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-732.

BOURDIEU, P. Introdução. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. Metamorfose dos gostos. *In*: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 127-135.

BOURDIEU, P. Os usos do “povo”. *In*: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 181-7.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 295-336.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. *In*: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 7-16.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. *In*: CHARTIER, R. (Org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação liberdade, 2011. p. 231-53.

BRANDÃO, C. R. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Preto de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. *In*: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (Orgs.). **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.133-66.

BRANDÃO, C.R. O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. *In*: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. (Orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS**, Campinas, v.1, n.1,p. 37-64, mar. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto 25 de fev. 2008b. Institui o Programa Territórios da Cidadania. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 fev. 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/noticias/decreto_de_25_de_fevereiro_de_2008_-institui_o_programa_de_.doc>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Decreto n. 8.736, de 3 de maio de 2016. Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de maio 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8736.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 7.559, de 1 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 set. 2011. Disponível em: <<http://www.impresanacional.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>. Acesso em 23 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art92>. Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: Minc, 2012.

BRASIL. Ministério da cultura. **Caderno do PNLL**. Edição atualizada e revisada em 2014a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Mais cultura**. 2014b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Pontos de cultura**. 2015a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 060, de 23 de setembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de set. 2008c.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Executiva Sistema nacional de bibliotecas públicas. **Tipo de bibliotecas**. [2017]. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

BRASIL. Ministério da cultura. **Sistema Nacional da Cultura - SNC**. Brasília, [2018a]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/snc>>. Acesso em 20 set. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. [Brasília, 2004.]

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de desenvolvimento territorial. Extratos de contratos. [Contratos 08/2006 e 09/2006]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de maio 2006. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/05/2006&jornal=3&pagina=83&totalArquivos=128>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. **Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras**: manual. Brasília: MDA/Secretaria de Reordenamento Agrário, 2013b. 52 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/Programa_Arca_das_Letras_2014.pdf>. Acesso em: 24 de ago. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social.[Brasil Sem Miséria]. Apresentação**. 2015b. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. **Territórios da cidadania**. Brasília. 2008a, 19p.

BRASIL. PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Matriz de Ações**. Programa Territórios da Cidadania. Matriz de Ações do Governo Federal. Matriz 2013. Brasília, 2013c.

BRASIL. Presidência da República. **Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios**. Brasília, 2008b.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: RUBIM, A.A.C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 88-107.

CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2006.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1995.

CANCLINI, N.G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CANCLINI, N. G. Definiciones en transición. *In*: MATO, Daniel (Comp.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: ClascoLibros, 2005, p. 35-41. Disponível em: <http://www.culturarecreacionydeporte.gov.co/sites/default/files/cultura_politica_y_sociedad._perspectivas_latinoamericanas.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

CANCLINI, N. **Políticas culturales em America Latina**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1987.

- CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.
- CARNEIRO, M.J. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CAZELLA, et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política e sociedade**, Florianópolis, v.15, edição especial, 2016. P. 49-79.
- CELLARD, A. Análise documental. *In*:POUPART, J. et al.**A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos; Petrópolis: Vozes, 1997. p. 295-316.
- CERTEAU, M. A cultura na sociedade. *In*:_____. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2012. p. 191-220.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHARTIER, R. Do livro a leitura. *In*: _____.**Práticas de leitura**. 5.ed. São Paulo: Estação liberdade, 2011. P. 77-106.
- CHAUÍ, M.S. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAVES, K.M.S.; FOSCHIERA, A.A. Práticas de educação do campo no Brasil: Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural e Escola Itinerante. **Revista Pegada**, v. 15, n.2, p. 76-94, 2014.
- COELHO. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever a pesquisa empírica. *In*: MELUCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 265-88.
- COMUNIDADES rurais do Piauí recebem 20 Arca das Letras. *Assessoria de Comunicação da SRA/MDA*.18 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.ccom.pi.gov.br/materia.php?id=18988>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- CONTAG. **Grito da Terra Brasil**. Pauta IV grito da Terra Brasil. 1997. Disponível em:http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2116486163_09112017113858.pdf. Acesso em: 21 set. 2018.
- CONTAG. **Grito da Terra Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=281&dc=1&ap=1&nw=1>>. Acesso em: 30 set. 2017
- CONTAG. **Grito da Terra Brasil**. 1999. Disponível em<:<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=281&dc=1&ap=1&nw=1>>. Acesso em: 30 set. 2017
- CONTAG. [**Grito da Terra Brasil**]. [2000]. Disponível em <:http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1441487879_09112017114702.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

CONTAG. **Grito da Terra Brasil**. 2001. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=281&dc=1&ap=1&nw=1>>. Acesso em: 30 set. 2017.

CONTAG. **Grito da Terra Brasil**. 2002. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_2002.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017

CONTAG. **Grito da Terra Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_2002.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017

CONTAG. **Grito da Terra Brasil**. Por um país sem fome, sem violência e com trabalho. Pauta nacional de reivindicações 1995. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_1995.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017

CORTES, S.V.; LIMA, L.L. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua nova**, São Paulo, n. 87, p. 33-62, 2012.

COSTA, M.; SANTOS, M. **Escolas Família Agrícola**, FUNACI – Piauí. São Paulo: FGV, 2010. (Projeto Conexão Local da Fundação Getúlio Vargas/ Escola de Administração de Empresa)

COULANGEON, P. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2014.

CUCHE. D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA FILHO, F.H. Cidadania cultural: um conceito em construção. In: CALABRE, L. **Políticas culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2010. p. 177-202.

CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saberes científicos. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 75, p. 78-84, set./nov.2007.

DEBORD, G. **A sociedade espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DELGADO, G. et al. Concepções de ruralidade e políticas públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções de ruralidades contemporâneas: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. p.149-210.(Serie Desenvolvimento Sustentável, v. 21)

DELGADO, N.G.; LEITE, S.P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos autores. **DADOS**. Revista de ciências sociais, v.54, n. 2, p. 431-73, 2011.

DELL'ISOLA, R.L.P. A interação sujeito-linguagem em leitura. **Ensaio de semiótica**, Belo Horizonte, v. 28, n. 30, p. 163-170, 1996. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/inscricoes-abertas/-/asset_publisher/kQxYTMokF1Jk/content/i-concurso-pontos-de-leitura-projetos-de-estimulo-a-leitura/10883>. Acesso em: 15 ago. 2017.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2011.

EARP, F.S.; KORNIS, G. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

EQUIP. **Projeto “monitoramento e avaliação das bibliotecas rurais do Programa Arca das Letras”**. Relatório de cumprimento do objeto. Recife, 2017.

ESTEVAM, D.O. **Casa familiar rural: a formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina.** 2001. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FAILLA, Z. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FAVARETO, A.S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**, v.1, n. 1, p. 157-190, 2007.

FERREIRA, P. R. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas.** São Paulo: HUCITCH/ANPOCS, 2008.

FLEURY, L. **Sociologia da cultura e das práticas culturais.** São Paulo: SENAC, 2009.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. *In:* GUIMARÃES, A. Z (Org.). **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 77-86.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade outros escritos.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** 48 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação.** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

FRIEDRICH, M. et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

FROELICH, José Marcos. O campo semântico rural-natureza e o híbrido „rurbano”: o rural ressemantizado. *In:* **Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul.** Tese. Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002, p. 135-160.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A era Vargas: dos anos 20 a 1945.** Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): educação, cultura e propaganda. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, [2017]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>. Acesso em: 21 set. 2018.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

GANZAROLLI, M. E. et al. **Programa de extensão borboletas da leitura: a literatura infantil e juvenil na comunidade, na escola e na biblioteca pública: um relato de experiências.** Florianópolis, SC: Udesc; Depto. de Biblioteconomia, [2010]. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Trabalhos/S6/mariaganzarolli.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In:* BAUER, M.W.; GASKEL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GHEZZI, D.R.; CATELLI, R.E. Indicadores quantitativos, pesquisas sobre hábitos culturais, e políticas públicas de cultura. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013. Rio de Janeiro. **Políticas culturais**. Blog do setor de pesquisa. Rio de Janeiro: Setor de políticas culturais, Fundação casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicacultural/casaderuibarbosa/files/2013/11/Daniela-Ribas-Ghezzi-et-alii-.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, p. 59-67, 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.

GOHN. M. G. Desafios para a Pesquisa em Ciências Sociais na América Latina na Temática da Participação Social. **Polis**, n. 41, p. 1–10, 2015.

GONÇALVES, J.R.S. A obsessão pela cultura. In: PAIVA, M.; MOREIRA, M.E. (Coord.). **Cultura, substantivo plural**. Rio de Janeiro: CCBB: 34 Letras, 1996. p. 159-176.

GOULEMONT, J.M. Da leitura como produção de sentidos. *In: Práticas de leitura*. 5.ed. São Paulo: Estação liberdade, 2011. P. 107-116.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e realidade**. v.22, n.2, jul./dez. 1997.p.15-46.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. Notas sobre a desconstrução do “popular”. *In:_____*. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.p. 247-64.

HÉBRARD, J. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler?. *In: CHARTIER, R. (org.)*. **Práticas de leitura**. 5.ed. São Paulo: Estação liberdade, 2011. p. 35-74.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: ed. 34, 2003.

HORELLOU-LAFARGE, C.; SEGRE, M. **Sociologia da leitura**. São Paulo: Ateliê editorial, 2010.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <[http://: www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 7 ago. 2017.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 254-294

JANSEN, R. **Encontro de Agentes de Leitura acontece no Piauí**. Governo do Estado do Piauí/CCS. Teresina, 22 de ago. 2008. Disponível em: <<http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=31355>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

KAISER, B. **La renaissancerurale**: sociologiesdescampagnesdu monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

LAHIRE, B. A singularidade das práticas culturais. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24, n.2, p.181-199, 2017.

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Setor de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasadeuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

LIMA, V.S. **As múltiplas faces do voluntariado**: profissionalização e humanização do tratamento do câncer infantil. 265 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco.CFCH. Sociologia, 2010.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: <www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 137-55.

MACHADO, E.C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010.

MAIA, E.M. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **Em Aberto**, Brasília, ano 1, n. 9, setembro, 1982, p. 27-33.

MARQUES NETO, J.C. (Org.). **PNLL**: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARTINS, C.W.S. **Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento**: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no município de Codó-MA. Curitiba: CRV, 2014.

MARTINS, J. S. A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. *In*: _____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 33-62.

MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002.

MAYRINK, P. T. Bibliotecas ambulantes rurais. **R. Bras. Bibliotecon. e Doc.**, v. 26, n. 1/2, p. 5-25, jan./jun., 1993.

MENEGON, V. M. Por que jogar conversa fora? *In*: Mary Jane Spink (Ed.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: Aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 215-241.

MICHEL, V. **Arca das Letras distribui livros em comunidade quilombola do RN**. Brasília, dez. 2016. Notícias. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br/sitemda/sitemda/noticias/arca-das-letras-distribui-livros-em-comunidade-quilombola-do-rn>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevistas não-diretivas em sociologia. *In*: THIOLLETN, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial. Desafios ético-políticoepistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 66-80, jan./abr.2014.

MIGUEZ, P. Cultura e desenvolvimento. **Políticas culturais em revista**, v. 2, n. 1, p. 1-3, 2009.

MILANESI, L. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

MILANESI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MORAES, M.D.C. “A gente quer comida, diversão e arte” (Cultura e desenvolvimento regional e territorial com foco nas ruralidades). *In*: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE SOBER, 9, 2014a. Caruaru-PE.

MORAES, M.D.C. **Cultura e direitos culturais na Constituição Estadual do Piauí: uma leitura**. 2010. 6 f. Trabalho de conclusão da disciplina Direitos Culturais e Legislação da Cultura (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste), 2010.

MORAES, M.D.C. Cultura, ruralidades, e desenvolvimento: reflexões a partir de políticas públicas no Nordeste brasileiro. *In*: JOINPP, 4, 2015, São Luís. **Anais...** São Luís, 2015a.

MORAES, M.D.C. Institucionalização da “áreacultural” no Piauí: um esboço analítico. **Curso de Especialização para Gestores Culturais do Nordeste**. Trabalho de conclusão de disciplina. Recife, 2012, 10 p.

MORAES, M.D.C. Mulheres que trabalham cantando (Pesquisando sobre cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu). *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS - SINESPP, 1., 2016, **Anais...** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016.

MORAES, M.D.C. Para além de um corpo funcional: cantos de trabalho no Brasil rural. *In*: SEMANA DA MÚSICA VOCAL, 1., 2015, Montes Claros. 2015c

MORAES, M.D.C. **Ruralidades, cultura, e desenvolvimento, no Brasil: provocações para um debate necessário**. Texto para o seminário “organização e impactos da cultura no desenvolvimento regional”, Recife-PE, 2014b.

MORAES, M.D.C. Ruralidades, desenvolvimento e políticas de cultura no Brasil: desafio à paridade entre regiões rurais e urbanas. **Revista EspacioRegional**, Chile, v. 1, p. 73-84, ene/jun.2015b.

MORAES, M.D.C.; VILELA, S. L. O. Trilhas de um combate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, p. 59-85, jan./mar. 2013.

MORAES JUNIOR, J.V. Políticas culturais do livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. *In*: RUBUM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 179-99.

MORAIS, E.M.C. **Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2009.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, L.P.O.S. **“Aqui já e quase cidade”**: sentidos de lugar na relação rural-urbano – o caso de Lagoa da Mata, Teresina-PI. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NEGT, O.; KLUGE, A. **O Que Há de Político na Política?** relações de Medida em Política: 15 propostas sobre a capacidade de discernimento. São Paulo: UNESP, 1999.

OLIVEIRA, D. **Programa Arca das Letras vai arrecadar livros**. Governo do Estado do Piauí/Secom, Teresina, 04 de jun. 2004b. Disponível em: <<http://www.ccom.pi.gov.br/materia.php?id=7719>>. Acesso em: 05 out. 2017.

OLIVEIRA, D. P. W. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura**: política nacional, agenda governamental e práticas locais. 2011.143 f.Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, L.L. Cidadania e cultura: do povo à sociedade civil. *In*: CALABRE, L. **Políticas culturais**: diálogos e tendências. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2010. p. 247-58.

OLIVEIRA, R.C. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. Caminhos da identidade. **Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo/Brasília: UNESP/Paralelo 15, 2006, p. 19-58

OLIVEIRA, L.R.C. Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. *In*: VICTORA et al. (Orgs.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

OLIVEIRA, N.S.; MAIO, M.C. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e estado**. v. 26, n. 3, p. 521-50, set./dez. 2011.

OLIVEIRA, A.D.; PRADOS, R.M.N. Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil. **Informacion, cultura y sociedad**. n. 32, p.99-112, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n32/n32a06.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

PAULI, M. M.; SIMÕES,B.S. Desafios e conquistas da educação do campo na legislação brasileira: um olhar para o sudoeste do Paraná. **Ciência e Natura**, v. 38 n. 3, p. 1312–18, 2016.

PEREIRA, E.A. *et al.* A contribuição de John Dewey para a Educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1, p. 154-161, maio 2009. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 15 out. 2017

PEREIRA, F.S. **Bumba meu boi! A cultura popular em Teresina –PI e a política cultural de eventos**: encontros e desencontros na arena pública da festa. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

PIAUI. Secretaria do Planejamento. Diretrizes para o desenvolvimento 1974-1975: Governo Alberto Silva. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 28, n. 2, p. 67-154, jul./dez. 2016a.

PIAUI. Secretaria do Planejamento. Plano de desenvolvimento integrado do Piauí 1992/95: Governo Freitas Neto. **Carta CEPRO**, Teresina, v.28, n.2, p.135-54, jul./dez. 2016b.

PORTAL da cidadania. **Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Piauí (PI)**. [2016]. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/one-community?page_num=0>. Acesso em: 01 maio 2016.

RANGEL, M.; CARMO, R. B. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. **Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 2011.

REEDY, J.; SCHULLO, S.; ZIMMERMAN, K. **Marketing eletrônico: a integração de recursos eletrônicos ao processo de marketing**. São Paulo: Bookman, 2001.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. São Paulo: Manole, 2006.

REIS, P. F. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para 10 anos. *In*: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 49-66.

RÊGO, I. **Arca das letras vai beneficiar penitenciárias no Piauí**. Portal do Governo do Estado do Piauí, Teresina, 23 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/21374>>. Acesso em: 29 out. 2015.

RIBEIRO, M. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 423-601, set./dez. 2009.

RUBIM, A.A.C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, A.A.C.; BARBALHO, A. (Orgs.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIM, A.A.C. Políticas culturais no governo Lula. *In*: _____ (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 9-24.

SANTOS, J.M. Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-89, jun./dez. 2015.

SANTOS, M.L.L. Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas). **Análise social**. v. 24 (101-102), 1988, p. 689-702.

SASTOQUE, M.J.M. Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, supl. 1, p. S031-S048, 2014.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

SILVA, C.A. **Produto 1**. Documento contendo identificação, estudo e sistematização das metodologias de acesso à leitura existentes no meio rural. Brasília: PCT/BRA/IICA, 2014.

SILVA, C.A. **Produto 2**. Documento contendo identificação, estudo e avaliação do perfil dos agentes de leitura do Programa Arca das Letras. Brasília: PCT/BRA/IICA, 2015a.

SILVA, C.A. **Produto 5**. Documento contendo proposta de implementação das técnicas e metodologias de capacitação e mediação apropriadas aos públicos das comunidades rurais dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. Brasília: PCT/BRA/IICA, 2015b.

SILVA, L.R.B. Política de assistência social e “usuários”: o lugar de sujeitos e direitos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos, 1., 2015. Londrina, PR. **Anais...** Londrina: UEL, 2015c.

SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, K. B. **Psicologia nas políticas sociais e ruralidades**: aproximações e desafios para a profissão. 2017. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017

SILVA, M.B.; MORAES, M.D.C. “Arca das letras” – produção de sentidos sobre a política de incentivo à leitura voltada para o rural: uma pesquisa em curso no rural teresinense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE, 2., 2017, Teresina. **Anais...** Teresina: EDUFPI, 2017b. p. 192-201.

SILVA, M.B.; MORAES, M.D.C. “Arca das letras”: itinerários de uma pesquisa no rural teresinense. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v.7, n. 1, p.189-215, jan./jun. 2017a.

SILVEIRA, A. **Encontro discute ações e parcerias de fortalecimento do programa Arca da Letras**. SEAD. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/encontro-discute-a%C3%A7%C3%B5es-e-parcerias-de-fortalecimento-do-programa-arca-da-letas>>. Acesso em: 24 out. 2018

SIMIS, A. A política cultural como política pública. *In*: RUBIM, A.A.C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133-54.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O. conceito de rural. *In*: GIARRACCA, Norma (Comp.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 67-79.

SOARES, C. C. Arca das Letras e a leitura no meio rural. **Blog do Galeno**. 21 nov. 2007a. Disponível em: <<http://www.blogdogaleno.com.br/2007/11/21/arca-das-letas-e-a-leitura-no-meio-rural>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOARES, C.C. Arca das Letras: bibliotecas públicas rurais no Brasil. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL LA BIBLIOTECA PÚBLICA: un continente entre los continentes. Biblioteca EPM, 2007b. Comfenalco Antioquia Medellín, Colombia.

SOARES, C.C.; CARNEIRO, M.E.R. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 15-25, jan./jun. 2010.

SOUSA, N.J.S. **Por dentro do teatro**: etnografia dos públicos da cultura no complexo cultural Teatro do Boi em Teresina (PI). 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SPERRY, Suzana. Cooperação bibliotecária no Brasil para o desenvolvimento rural. **R. Bras. Bibliotecon. eDoc.**, São Paulo, v. 25 n.3/4, p. 60-68, jul./dez. 1992. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19221>>. Acesso em: 20 set. 2018

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, M.J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, M. J. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro:Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Diagnóstico da infraestrutura sócio-econômica e cultural da cidade de Teresina**: contribuições da agenda 2030. Prefeitura de Teresina/SEMPPLAN: Teresina, 2014. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Diagn%C3%B3sticoS%C3%B3cioEcon%C3%B4mico-e-Cultural-da-Cidade-de-Teresina-Contribui%C3%A7%C3%A3o-da-Agenda-2030.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2018.

UNESCO. **Cultural policy**: a preliminary study. Paris: UNESCO, 1969.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57,p. 333-353, maio/ago. 2006.Disponível em:<[ww.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003)>. Acesso em: 17 set. 2018.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001. (Texto provisório para discussão).

VICH, V. Desculturalizar la cultura: retos actuales de las politicas culturales. **Latin American Research Review**, special issue, v. 48,2013.

VELLOSO, M. P. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VELOSO, E.G. O apelo da solidariedade e do voluntariado nos programas de qualificação profissional de jovens: boas intenções e efeitos duvidosos. **Revista de políticas públicas**. Maranhão, v. 8, n. 2, 2004.

VENTURA, T. Cultura e representação política. *In*: ALVES, Paulo Cesar (org). **Cultura**. Múltiplas leituras. Bauru-SP: EdUSC; Salvador: EdUFBa, 2010, p. 115-134

VENTURA, T. Notas sobre política cultural contemporânea. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p. 77-90, jan./abr. 2005.

WANDERLEY, M. N. B; FAVARETTO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. *In*: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções de ruralidades contemporâneas**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. p. 413-72.(Serie Desenvolvimento Sustentável, v. 21).

WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 29-37. jul./dez. 2000.

WANDERLEY, M.N.B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estud.Soc.Agric**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 60-85, 2009.

WANDERLEY, M.N.B. **Um saber necessário**. Os estudos rurais no Brasil. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2011.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WEBER, M. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WILLIAMS, R. **A cultura é de todos**. São Paulo: EdUSP, 1958.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?**. São Paulo: Senac, 2001.